

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários

Roberta Cristina de Oliveira Saçço

Narrativas da dor: entre o silêncio e a representação

Juiz de Fora

2016

Roberta Cristina de Oliveira Saçço

Narrativas da dor: entre o silêncio e a representação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, área de concentração em Teorias da Literatura e Representações Culturais, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Prof. Dra. Enilce do Carmo Albergaria Rocha

Juiz de Fora

2016

Roberta Cristina de Oliveira Saçço

Narrativas da dor: entre o silêncio e a representação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, área de concentração em Teorias da Literatura e Representações Culturais, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Enilce do Carmo Albergaria Rocha(Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dra. Helena da Motta Sales (Co-orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Alexandre Graça Faria (membro interno)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dra. Marília Salles Falci Medeiros (membro externo)
Universidade Federal Fluminense

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os heróis anônimos que lutaram pela democracia no Brasil. Em especial à Mariléa Porfírio, Marília Falci e Nair Guedes, mulheres cuja trajetória engrandece o nome de Juiz de Fora e faz com que a “capital do golpe” também seja reconhecida pela luta e pela resistência.

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos a Deus, autor e consumidor da minha vida. Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente.

Aos meus pais, que se abriram mão de seus próprios sonhos em detrimento dos nossos, meus e dos meus irmãos. Vocês merecem meu eterno agradecimento!

Ao meu marido, que soube entender minhas ausências e que muitas vezes vez o papel de “pãe” por entender que tudo isso era para o bem da nossa família. Obrigada por ter feito do meu sonho o nosso sonho!

Aos meus irmãos, que sempre me tiveram como espelho. Eu sabia que por eles devia chegar mais longe, para ser exemplo. Vocês são essências na minha vida!

Ao meu pequeno-grande príncipe, Lucas. Meu presente de Deus, no qual encontro forças para nunca desistir. Filho, você me inspira a ser mais a cada dia!

À Prof^a. Dr^a. Enilce do Carmo Albergaria Rocha, profissional exemplar. Se envolveu num universo que não era dela e deu o melhor de si. Obrigada por acreditar tanto em mim!

À Prof^a. Dr^a. Helena da Motta Sales, presidente da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora e co-orientadora deste trabalho. Não tenho palavras para agradecer, seu apoio foi decisivo!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da UFJF. Vocês são os melhores!

Aos amigos do PPG, em especial à amiga Elisângela Oliveira Gomes, pelas conversas e pelas palavras de incentivo, tão necessárias nesse processo. Sem vocês tudo seria mais difícil!

"A injustiça que se faz a um é uma ameaça que se faz a todos."

(Montesquieu)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a obra literária de Bernardo Kuscinski, *K* (2014) e depoimentos de sobreviventes da ditadura militar brasileira. Exploram-se, neste trabalho, a relação entre ficção e testemunhos orais. Em termos comparativos, nosso objetivo é mostrar como a literatura elabora imagens da violência contra o corpo e contra o psiquismo e como as vítimas elaboram os traumas dessa época. O embasamento teórico que norteia essa investigação compreende uma série de trabalhos que ocupam-se das relações entre testemunhos e trauma. Como forma de validação dessa hipótese baseamos nossa análise nos estudos de Franz Fanon, Márcio Seligmann-Silva e Maria Rita Kehl. Concomitantemente, analisamos o testemunho de mulheres que prestaram depoimento para a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. O intuito é resgatar vozes silenciadas na militância feminina juiz-forana e compreender como esse período foi pensado pelas mulheres da cidade que resistiram ao regime. Nesse cenário, a literatura surge como a possibilidade de representação do trauma. Na análise do texto literário ainda é viva a ferida aberta na memória da nação brasileira. O papel da literatura é justamente esse, retomar o passado sob um olhar diferenciado, o olhar literário numa tentativa de transformar dor e sofrimento em arte e não deixar que a história caia no esquecimento. Através de um compromisso ético, a literatura devolve aos sobreviventes e aos desaparecidos o direito à memória e à justiça.

Palavras-chave: Ficção. Trauma. Testemunho. Ditadura Militar.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objeto de estudio la obra literaria de Bernardo Kuscinski, K (2014) y los testimonios de los sobrevivientes de la dictadura militar brasileña. Ese trabajo se detiene más en la relación entre la ficción y los testimonios orales. En términos comparativos, nuestro objetivo es mostrar cómo la literatura elabora imágenes de violencia contra el cuerpo y en contra de la psique y cómo las víctimas elaboran el trauma de esa época. La fundamentación teórica que guiará esta investigación comprende una serie de trabajos que tienen que ver con la relación entre el testimonio y el trauma. Con el fin de validar esta hipótesis basaremos nuestra análisis en los estudios de Franz Fanon, Márcio Seligmann-Silva y Maria Rita Kehl. Al mismo tiempo, analizamos los testimonios de mujeres que han dado pruebas a la Comisión Municipal de Juiz de Fora. El objetivo es rescatar las voces silenciadas de la militancia "juiz forana" de las mujeres y entender cómo este período fue considerado por las mujeres de la ciudad que resistieron al régimen. En este escenario, la literatura parece ser la posibilidad de la representación del trauma. En el análisis del texto literario hay todavía una herida abierta en la memoria viva de la nación brasileña. El papel de la literatura es precisamente esto, reanudar el pasado bajo un aspecto diferente, el aspecto literario, en un intento de transformar el dolor y el sufrimiento en arte y no dejar que la historia se hunda en el olvido. A través de un compromiso ético, la literatura devuelve a sobrevivientes y a desaparecidos el derecho a la memoria y a la justicia.

Palabras clave: Ficción. Trauma. Testimonio. Dictadura militar.

SUMÁRIO

Introdução	11
1. Identidades em guerras: a situação emocional de pessoas vítimas de violência.....	17
2. As vítimas e suas marcas	34
3. O silêncio da testemunha	50
4. A Escritura do Corpo	
4.1 Narrativas do corpo: A dimensão psíquica da dor dos torturados	63
4.2 O luto inconcluso dos familiares de desaparecidos	83
5. Memórias femininas da repressão em Juiz de Fora	106
Considerações Finais	132
Referências Bibliográficas	137

INTRODUÇÃO

O fim do regime militar no Brasil inaugurou um período marcado pela sede de justiça porque o governo militar e sua truculência deixaram marcas irreparáveis na sociedade brasileira. De modo arbitrário, a lei da anistia funcionou como um apagamento nacional da memória, um Alzheimer coletivo, daqueles que foram os anos mais violentos da nossa história. O Brasil não puniu seus algozes e tem uma dívida com sociedade, a busca do passado é um resgate necessário haja vista os pedidos de intervenção militar propagados por entusiastas do regime ditatorial.

A memória coletiva da ditadura foi construída por meio da manipulação dos meios de comunicação que formataram a história oficial. Nesse sentido, não podemos negar que, embora tenhamos vividos os anos mais sangrentos da nossa história, há uma disputa de memória entre os militares e a militância. Assim sendo, constatamos que muitos desconhecem a verdade em sua integralidade. A história oficial, escrita pelos militares, ainda encontra eco nos dias de hoje, caso contrário nenhum brasileiro defenderia o retorno desse sanguinário regime.

Os estilhaços da catástrofe podem ser analisados no relatório final da Comissão Nacional da Verdade e nas diversas comissões instauradas em todo país, entre elas a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Além da despolitização da população o regime visava na total anulação de seus opositores, qualquer um que ousasse ir contra as vontades da elite civil-militar eram tomados como terroristas. Muitos dos sobreviventes hoje têm dificuldade em compartilhar o horror do passado, seja por constrangimento ou mesmo por bloqueio desenvolvido pelo trauma.

Buscamos através dessa pesquisa escutar as histórias silenciadas, voltar ao tempo e reviver um pouco do que representou aqueles anos para a história do Brasil. A academia precisa ingressar nessa luta por memória. Parafraseando o texto conclusivo da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, memória é patrimônio e faculdade. Como patrimônio deve ser salva, defendida e resguardada e como faculdade deve ser estimulada, impulsionada e intensificada (CMV-JF, 2015, p.207).

Entre as recomendações da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora estão mais e novas pesquisas, há um vasto campo de pesquisa a ser explorado. Propomos investigar nessa dissertação, sem a pretensão de esgotar esse complexo

campo do conhecimento, as histórias de torturas e consequentes traumas sofridos por militantes através de testemunhos dados por eles ou por familiares (em caso de morte ou desaparecimento) para a Comissão Nacional da Verdade. De forma paralela analisaremos a obra “K. relato de uma busca” do escritor Bernardo Kuscinski. O autor é irmão de Ana Rosa Kuscinski, desaparecida política na época da repressão. O objetivo é analisar as histórias de vida de personagens reais da repressão, e através da análise das narrativas investigar as consequências da violência e da tortura na vida dessas pessoas. Com esse recorte, buscamos compreender como essas pessoas lidam com a memória do trauma e se é possível elaborá-lo. Ficção e narrativas orais complementam-se na busca pela verdade, no resgate de vozes e histórias silenciadas.

Focalizaremos nossa análise dentro da teoria psicanalítica através de Maria Rita Kehl, no conceito de stress pós-traumático da psiquiatria fanoniana e na narrativa do trauma de Márcio Seligmann-Silva. Paralela à discussão teórica estabelecida analisaremos a obra literária “K. Relato de uma busca”, de Bernardo Kucinski e testemunhos de mulheres militantes juizdeforanas que resistiram ao regime. Nesses casos a elaboração do trauma perpassa pela reconstrução da memória traumática em que o sujeito através da narrativa oral ou escrita passa da imagem recorrente da cena traumática à sua representação. Nosso objeto é a representação literária do trauma.

Nesse cenário, a literatura surge como a possibilidade em representar a catástrofe uma vez que ela age no imaginário social. Na análise do texto literário ainda é viva a ferida aberta na memória da Nação brasileira. O papel da literatura é justamente esse, exprimir o inexprimível, sem perda da função testemunhal dos textos. Retomar o passado sob um olhar diferenciado, o olhar literário numa tentativa de transformar dor e sofrimento em arte e não deixar que a história caia no esquecimento. Através de um compromisso ético, a literatura devolve aos “desaparecidos” o direito à memória e à justiça.

Panorama histórico

O Brasil, entre 1964 e 1985, viveu os mais tenebrosos anos de sua história, a ditadura silenciou vozes e tirou os mais elementares direitos da cidadania: sequestrou, manteve cárceres clandestinos, torturou, assassinou e ocultou cadáveres de seus opositores. Repressão, violência, anulação dos direitos constitucionais, perseguições,

prisões, torturas e censura aos meios de comunicação permanecem como uma dolorosa ferida aberta em uma considerável parcela da sociedade brasileira.

Como forma de legitimar o “novo governo”, os militares, ainda em 1964, promulgaram o AI-1 que cassava e reprimia todos os opositores do sistema. A partir dele foi criada em 1968 a lei de segurança nacional, que daria suporte para todas as perseguições e torturas que decorreriam naquele e nos próximos anos. Com base no AI-1, o governo exonerou servidores públicos contrários a ele. Cientistas e pesquisadores da esquerda, na melhor das hipóteses, foram afastados de seus cargos nas universidades públicas, alguns foram enviados para a prisão, torturados e eventualmente, mortos. Não só os professores eram perseguidos como também os estudantes. Os militares revistavam os estudantes e detinham aqueles ligados à organizações de esquerda, como o movimento estudantil, por exemplo.

O cerco à oposição se intensificava. Embora a repressão tenha começado logo após o início do golpe, foi no quarto ano da ditadura que o cenário piorou. Como marca do momento mais duro do regime, sobrepondo-se à constituição, os militares promulgaram o quinto e mais duro ato institucional, o qual concedia plenos poderes ao presidente. Neste ano, o então presidente Costa e Silva fechou o congresso, cassou mandatos de deputados, suspendeu as eleições diretas, proibiu manifestações públicas, censurou a produção cultural e institucionalizou a repressão.

Nesse cenário, qualquer pessoa suspeita de atividades políticas contrárias ao regime podia ser presa sem direito a habeas corpus, direito revogado no AI-5. Além disso, muitos dos presos políticos não tinham seus nomes publicados oficialmente e eram dados como desaparecidos pelas autoridades. Famílias buscavam por informações nos quartéis da marinha, do exército e da aeronáutica e a única informação que conseguiam é que não haviam sido presos, quando em muitos casos, já estavam mortos.

Dando continuidade à política do terror, são oficialmente criados os Destacamentos de Operações de Informação – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), órgão repressor que funcionava como centros de tortura, assassinatos e “desaparecimento”¹ de presos políticos. Com o fim da ditadura esses centros foram extintos, no entanto ainda hoje não se sabe o destino de muitos “desaparecidos”.

Ao fim da ditadura, a memória coletiva construída da ditadura militar é vaga e ambígua. A Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como Lei da Anistia foi

¹Termo usados para se referir àqueles cujos corpos jamais foram entregues às famílias.

uma afronta ao estado democrático por manter impunes os agentes públicos responsáveis por aqueles anos de horror.

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.
BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências.

Passados mais de cinquenta anos do golpe militar, os crimes cometidos naquela época ainda permanecem sem que tenham sido devidamente esclarecidos. Por isso, parte da sociedade vem lutando, por diversos meios, para que o Estado apure toda a verdade.

Embora a Lei da Anistia impeça a condenação penal dos agentes do Estado, a criação da Comissão da Verdade mostra um compromisso do governo brasileiro com o passado e seus mortos, esquecidos e criminalizados por aqueles que, ao manipularem as informações em prol da vigência da ditadura, construíram uma imagem negativa dessas pessoas. A criação da Comissão é fruto de uma longa luta dos familiares de mortos e desaparecidos, e se configura como uma oportunidade das pessoas envolvidas apresentarem seus testemunhos. Esses testemunhos têm contribuído para a reescrita daqueles que foram os anos negros no Brasil.

Entre as tarefas primordiais da Comissão da Verdade estão: acabar, do ponto de vista social, com o apagamento das atrocidades cometidas, criar uma memória coletiva que restaure a dignidade das vítimas, reconhecer formalmente os abusos e educar a população sobre a realidade.

Pretendo analisar o impacto da ditadura em obras que tentam resgatar do ponto de vista literário esses anos de chumbo. Através deste trabalho, busco, quem sabe, dar uma pequena contribuição para que se mude a memória popular construída sobre os desaparecidos, que como sabemos foi manipulada por aqueles que escreveram a História oficial. Busco nas narrativas meios de atualizar essa luta pelo direito à memória e dignificar aqueles que, com suas próprias vidas, lutaram para a reescrita da nossa História.

Urge no Brasil a necessidade de se pensar em políticas públicas que visem educar as novas gerações sobre aqueles que foram os anos mais sangrentos da nossa história. Não se trata apenas de não esquecer o passado, mas, sobretudo de agir sobre o presente. As narrativas nos lançam aos “anos de chumbo” da ditadura e mostram as consequências sofridas por personagens que resistiram ao regime colocando em risco suas próprias vidas e a de seus amigos e familiares.

O processo de transição democrática no Brasil foi sufocado pela elite dominante que além de impedir o testemunho das vítimas foram responsáveis por escrever a história oficial. Embora seja necessário que essa parte da nossa história deixe de ser uma zona obscura e se torne tema de debates sociais há quem considere essas iniciativas meros revanchismos. Precisamos fechar essa conta com o passado. Boa parcela da sociedade daqueles anos ainda está viva, ainda podemos ter a história contada por fontes primárias. Por outro lado, há entre esses que viveram os anos de repressão aqueles que nasceram pós redemocratização: jovens e adultos que precisam ser educados de modo a conhecer o que representou e representa nos dias de hoje um governo de exceção.

O debate político não foi capaz de dar voz às vítimas, ao contrário, no Brasil as vítimas foram silenciadas e retiradas da cena política. De acordo com Seligmann “nossas vítimas não puderam se transformar em acusadores, os eventos da ditadura não puderam sequer ser transformados em fatos” (SELIGMANN, 2010, p.13). Aqueles que lutaram pela redemocratização foram colocados à margem do debate, entregues às políticas do esquecimento.

Manipulados pelos meios de comunicação, a sociedade se comportou tal como previam os algozes: minimizou os efeitos da tortura, silenciou as vítimas e não deu espaço para o testemunho. Assim, somos um povo que cultiva a amnésia coletiva, não haverá perdão enquanto não houver reconhecimento do crime. No Brasil, no que se refere à ditadura militar, esse trabalho de elaboração do trauma foi impedido por conta da negação provocada pela perpetuação do discurso oficial, que funcionou como uma das mais graves violências do regime. A ficcionalização desse discurso causa até os dias de hoje uma disputa de memória entre os militares e os militantes. Passados 50 anos do golpe civil-militar há ainda quem reproduza o discurso dos militares e olhe com desconfiança os relatórios das diversas comissões da verdade que dão espaço aos testemunhos dos militantes e de familiares das vítimas. O grande desafio hoje é quebrar as barreiras do silêncio, o Brasil precisa ouvir essas vozes violentamente caladas pelo

regime. “O testemunho pode, justamente, servir de caminho para a construção de uma nova identidade pós-catástrofe” (SELIGMANN, 2010, P.12).

Avançaremos apenas quando os testemunhos dos sobreviventes se tornarem parte dos currículos escolares, quando arquivos forem abertos, quando mais memoriais forem construídos, quando a verdade começar a se delinear e os responsáveis forem levados a pagar pelo que fizeram, aí sim teremos a nossa cultura da memória. (SELIGMANN, 2010, p.15)

1. IDENTIDADES EM GUERRA: A SITUAÇÃO EMOCIONAL DE PESSOAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Mas a guerra continua. E teremos de passar anos ainda pensando os ferimentos múltiplos e as vezes indelévels feitos aos nossos povos. (Franz Fanon, 2005, p.287)

Na época de grandes catástrofes históricas surge um problema que demanda estudos aprofundados, as psicoses reacionais. Abordamos nesse capítulo os distúrbios mentais originados nas guerras de libertação da Argélia e durante a ditadura militar no Brasil. Procuramos compreender como as imagens do trauma são elaboradas pelos testemunhos orais e pela ficção. Neste sentido, abordamos os distúrbios psicológicos na obra “K. Relato de uma busca”, de Bernardo Kucinski, a partir dos exemplos analisados por Frantz Fanon em *Os condenados da terra* (2005).

Buscamos nesse capítulo entender as experiências traumáticas oriundas das guerras e dos regimes autoritários que se estabeleceram ao longo do século XX e sua relação com a literatura. Nosso objeto é a representação literária do trauma e suas relações com os testemunhos orais. Assim, busca-se entender a obra literária como testemunho dos traumas de uma época.

Para refletir sobre as relações entre trauma e literatura nosso estudo fará referência às guerras de libertação da Argélia, à invasão alemã da Polônia, ao Holocausto, e à ditadura militar brasileira. Em todos esses traumas históricos chama atenção a violência que desencadeará nos envolvidos, direta e indiretamente, distúrbios pós-traumáticos.

Através da análise comparada abordaremos os distúrbios pós-traumáticos tendo como referencial teórico Franz Fanon, e como material analítico a obra de Bernardo Kucinski: “K. relato de uma busca” (2014). Num primeiro momento apresentaremos os casos analisados por Fanon (2005), nos quais ele apresenta distúrbios mentais do tipo reacional apresentados por argelinos durante a guerra de libertação da Argélia. Paralelamente, apresentaremos casos na obra de Kucinski em que ele trata desses distúrbios. Nossa intenção é mostrar como a literatura elabora a representação do

passado traumático e pode se mostrar uma importante ferramenta para a reconstrução da memória dos povos afetados por grandes catástrofes históricas.

Na mesma linha de pensamento, a ficção elabora a representação do passado traumático. Na obra literária “K”, Bernardo Kucinski constrói a narrativa a partir de sua história familiar. O autor é irmão de Ana Rosa Kuscinki, desaparecida política da ditadura militar brasileira. Filho de Majer Kucinski e de Ester Kucinski, seu pai teve duas irmãs que foram mortas, uma, num campo de extermínio, na Alemanha; e outra, pelas forças de ocupação nazista na França. Sua mãe teve toda a família exterminada pelas tropas nazistas durante a invasão da Polônia.

O romance no qual basearemos nossa análise se passa no Brasil, durante o regime de exceção que assolou o país por vinte e um anos. A narrativa se estrutura em torno do desaparecimento da irmã do autor que narra como o pai reagiu ao sumiço forçado da filha, e a sua incansável busca por informações sobre o seu paradeiro. A narrativa é fragmentada: cada capítulo constitui uma unidade textual independente que faz avançar a intriga como se fora um puzzle, ou um quebra-cabeça, e entre a ficção, a imaginação, e relatos do contexto da realidade desses anos de chumbo, o autor tece a história da família Kuscinski e os traumas por ela vivenciados.

A tortura no Brasil e a influência francesa

No Brasil, os estilhaços da catástrofe podem ser analisados no relatório final da Comissão Nacional da Verdade ², publicado em 10 de dezembro de 2014 que revela o processo de desumanização à que eram submetidos os opositores ao regime: torturas físicas e psicológicas, desaparecimentos forçados e mortes. Todo esse arsenal de violência dava suporte ao projeto de governo autoritário dos militares que permaneceram no poder durante 21 anos. A tortura foi uma política de Estado e não poupava ninguém, até crianças eram consideradas subversivas. As mulheres, além das torturas impetradas aos homens, ainda sofriam violência sexual, e eram chantageadas pelos militares que lhes faziam ameaças em relação a seus filhos em troca de

² Comissão Nacional da Verdade (CNV) é o nome da comissão que investigou as graves violações de direitos humanos cometidas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988, por "agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado".

informações, que muitas vezes elas não detinham. Boa parte dos sobreviventes hoje tem dificuldade em compartilhar o horror do passado, seja por constrangimento ou mesmo por bloqueio psicológico desenvolvido pelo trauma.

O Brasil importou da França as teorias de tortura. Essas teorias foram usadas pela primeira vez pelo exército francês contra o movimento de independência da Argélia. De acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, o militar francês Roger Trinquier, um dos veteranos da guerra da Argélia e o maior teórico da repressão, defendia que:

“todos os membros de uma força opositora, quando nas mãos do Estado, fossem de imediato submetidos a interrogatório, na qualidade de fonte de informações importantes para o sucesso das operações de repressão, com o uso de uma “metodologia qualificada” de tortura” (CNV, 2014, p.330).

Foi Paul Aussaresses quem difundiu entre os militares brasileiros as teorias de Trinquier. Ele foi responsável por ministrar aulas de técnicas de interrogatório no Centro de Instrução de Guerra. Mantinha relações com o general João Baptista Figueiredo, na ocasião chefe dos serviços secretos, e também com Sérgio Fleury, chefe dos “esquadrões da morte” e, sem dúvida, o maior torturador do sistema repressivo brasileiro. Essa influência francesa no treinamento repressivo brasileiro produziu entre aqueles que militavam contra a ditadura, e que foram vítimas da tortura, distúrbios pós-traumáticos semelhantes aos apresentados pelos argelinos durante e após a guerra da Argélia. Nossa intenção é analisar nesse estudo comparativo como a guerra da Argélia e a ditadura militar no Brasil produziram suas cotas de doenças psicológicas. Trataremos desses distúrbios tendo como referencial teórico a obra de Franz Fanon, “Os condenados da Terra”. Franz Fanon, psiquiatra e ensaísta francês martinicano, comprometido com a luta pela independência da Argélia, foi um dos mais importantes teóricos a se debruçar sobre os traumatismos da psique causados pela violência física e psicológica. No último capítulo de sua obra Franz Fanon analisa e classifica diversos traumatismos psicológicos que pode observar no discurso de seus pacientes argelinos e franceses no contexto da guerra da Argélia.

O caso argelino

As grandes catástrofes históricas produzem a eclosão dos distúrbios mentais. Em “Os condenados da Terra” Fanon (2005) menciona casos de doentes argelinos e franceses que apresentam distúrbios pós-traumáticos cujo acontecimento desencadeante é a generalização das práticas desumanas da guerra que produzem o que a psiquiatria clínica classifica como “psicose reacional”. Trata-se de distúrbios que comprometem a vida familiar e social dos pacientes, bem como o seu futuro, e quase sempre deixam sequelas que um leigo pode identificar.

Etimologicamente dizendo, a palavra “trauma” vem do grego cujo significado é ferida. Trata-se de uma ferida causada por um agente externo produzindo no sujeito danos irreparáveis. De acordo com Maria Rita Kell trauma é “aquilo que não se consegue esquecer, mas que, ao mesmo tempo, é intolerável recordar” (KEHL, 2011, p.310). É tudo aquilo que não cabe na estrutura psíquica, que excede suas capacidades.

É necessário, antes que comecemos a discutir a questão da elaboração ou cura, diferenciar stress pós-traumático do conceito de trauma propriamente dito. Stress pós-traumático é um termo da psiquiatria usado para caracterizar os distúrbios físicos, psíquicos e emocionais desenvolvidos no sujeito vítima ou testemunha de situações traumáticas que, em geral, representam ameaça à vida. Os distúrbios podem se apresentar sob diversas formas: sonhos, pesadelos, pensamentos ou sentimentos incontroláveis, alucinações, flashbacks.

No sentido psicanalítico, o trauma caracteriza-se por uma grande quantidade de excitação que ultrapassa a tolerância do sujeito e sua capacidade de reagir a ele de forma adequada produzindo marcas duradouras ou até permanentes em seu aparelho psíquico. A psicanálise trabalha na dimensão subjetiva do sujeito, o foco está no inconsciente. É através da palavra, mediante o discurso que o sujeito pode se livrar da carga pesada do mal.

O que a psiquiatria chama de stress pós-traumático para psicanálise são neuroses traumáticas. De acordo com Fenichel (2005), os sintomas das neuroses traumáticas são: bloqueios de várias funções do ego, ataques emocionais incontroláveis (ansiedade), ataques convulsivos, insônia, transtornos severos do sono, sonhos nos quais se experimenta repetidamente o trauma, repetições mentais da situação traumática sob

forma de fantasias, pensamentos ou sentimentos e complicações secundárias neuróticas.

Como é possível perceber trata-se de um mesmo conceito com nuances distintas, de um lado a psicanálise e de outro a psiquiatria. Convencionalmente a psiquiatria ocupa-se da terapia medicamentosa e da psicoterapia de pacientes que apresentam problemas mentais; já a psicanálise vem para contestar essa intervenção. A psicanálise é um método criado por Sigmund Freud, então médico neurologista, que tem como principal caminho para a elaboração, a linguagem.

Franz Fanon utilizou métodos psicanalíticos em pacientes neuróticos, naquela época alguns médicos psiquiatras que se encontravam em campo de guerra, como era o caso de Fanon, tinham a necessidade de estudar a natureza das doenças oriundas desses conflitos e seu possível tratamento utilizando a psicanálise, haja vista o êxito obtido quando se tratavam neuróticos de guerra através da catarse, técnica psicanalítica. A catarse era utilizada como um dos caminhos para a consciência; de acordo com a teoria freudiana os afetos que de alguma forma eram impedidos de encontrar caminho para descarga ficavam presos, “entalados” exercendo seus efeitos patogênicos. A catarse era o tratamento, funcionava abrindo caminhos para a consciência e a descarga normal do afeto através de uma desejada elaboração psíquica (LAPLANCHE, 1991).

Tanto a psicanálise quanto a psiquiatria fanoniana acreditam na elaboração psíquica pelo processo de rememoração das vivências traumáticas. No que concerne à elaboração do traumático, busca-se apenas uma possibilidade de elaboração daquilo que é passível de ser elaborado, uma vez que a experiência traumática possui um núcleo que dificilmente seria transposto em palavras. Os casos analisados por Fanon nos mostram que a elaboração pode acontecer de forma completa ou estar sempre em processo.

Fanon (2005) apresenta alguns casos de distúrbios mentais observados por ele, em franceses e argelinos. Suas análises se dividem em três grupos: os distúrbios mentais do tipo reacional, de que sofrem argelinos e europeus; os distúrbios desencadeados pela atmosfera de guerra que reina na Argélia e que atingem a população em geral; e os distúrbios mentais pós-tortura. Trataremos aqui os casos do primeiro grupo, os distúrbios do tipo reacional, que possuem relação direta com os casos que serão analisados na ficção brasileira.

No primeiro grupo, no qual o autor aborda os distúrbios do tipo reacional, analisa casos terapêuticos tanto de argelinos quanto de franceses, civis e militares. Neste primeiro grupo, Fanon descreve cinco casos terapêuticos, e para cada um dos

diagnósticos realizados narra a história de vida dos pacientes. A fim de ilustrar a análise de Fanon apresentamos, abaixo, um resumo de cada caso, dando ênfase aos distúrbios desencadeados pela guerra.

O primeiro caso analisado por Fanon refere-se a um argelino de 26 anos que, após o estupro de sua mulher, desenvolveu, entre outros sintomas, impotência sexual. Ele, ex-taxista e militante do partido nacionalista, transportava em seu taxi responsáveis políticos, e panfletos em defesa da independência da Argélia. Um dia, seu táxi foi interceptado, ele conseguiu fugir e perdeu o contato com a família. Dois anos depois, recebeu uma carta da mulher na qual esta lhe pedia que a esquecesse porque estava desonrada. Depois que os soldados franceses descobriram o taxi abandonado, eles estiveram em sua casa onde a família morava, e, diante da ausência do marido, levaram a mulher e a mantiveram detida por uma semana. A mulher fora interrogada, brutalmente esbofeteada, e estuprada duas vezes seguidas, sendo que na segunda vez na presença de outros militares. Ao receber a carta, o argelino pediu autorização para visitar a família, o que lhe foi negado pelo comando, que lhe garantiu que outro membro entraria em contato com a sua mulher e os filhos.

Foi encaminhado para tratamento psicológico e imediatamente hospitalizado por apresentar insônias, ansiedade, sorrisos exagerados e euforia de fachada. No segundo dia o quadro se acentuou, revelou-se deprimido, anorético, sempre deitado e desinteressado pelas questões políticas. Além disso, relatou impotência sexual, que Fanon detectou estar relacionado ao estupro da mulher. O paciente revelou ao médico que antes de cada tentativa sexual pensava na mulher. E foi a partir dessa revelação que deixou fluir a fala e, assim, iniciou o longo processo de elaboração do trauma. Contou do relacionamento com a mulher e que se cobrava por ela ter sido violentada, repetia a si mesmo que se tivesse deixado alguma pista dele para os militares franceses talvez sua mulher tivesse sido poupada. Conclui em sua fala que, após a guerra, desejava retomar a sua vida com a mulher. “A partir desse dia, aceitou progressivamente ouvir discussões políticas, enquanto as cefaléias e a anorexia regrediam consideravelmente” (FANON, 2005, p.298).

Este caso é bastante profundo, porque ele desencadeia na vítima reações emocionais complexas. A impotência diante do estupro da mulher se voltou na forma de impotência sexual do marido. Ela por sua vez se sente impura e responsabiliza o marido pelo que lhe aconteceu. Nessa situação a vítima direta tende a imaginar que ninguém vai

aceitar o que aconteceu e que o parceiro pode rejeitá-la por ter sido estuprada. Nesse evento específico, como mecanismo de defesa ela escreve ao marido pedindo que ele a esqueça. Além disso, no centro da discussão estão as questões políticas com as quais ela, principal vítima, não se envolvia.

O segundo caso trata de um camponês de 37 anos que após presenciar um massacre coletivo passou a ter pulsões homicidas. O camponês, que nunca se envolvera com política, viu uma aldeia toda ser dizimada por soldados franceses; ele foi ferido mas conseguiu sobreviver. Havia sido encaminhado para o hospital, tratado e liberado. No entanto, seu comportamento preocupava a escolta. Uma noite apoderou-se da arma de um combatente e atirou em soldados adormecidos. Daí para frente teve as mãos amarradas.

Entre os distúrbios apresentados pelo paciente, Fanon destaca: a excitação, que se manifestava através de fases violentas, gritos, tagarelice incessante, e a vontade expressa de matar. A partir do terceiro dia foi submetido à sonoterapia e a entrevistas diárias, as quais foram determinantes para a compreensão do seu processo patológico. Numa linguagem entrecortada, e numa atitude hostil, o paciente narrou aos médicos o que se passava em sua cabeça: sentia culpa por ter sobrevivido, imaginava que todos à sua volta fossem franceses disfarçados, e que por isso devia matá-los, a todos. Três semanas após o relato a excitação desapareceu, embora sua tendência ao isolamento fosse talvez indício de uma possível evolução da doença. Mas após algum tempo, fora diagnosticado como curado, e liberado do tratamento.

É indiscutível que há sequelas psicológicas que acompanharão os sobreviventes pelo resto de suas vidas. O medo e o trauma vivenciados despertaram no camponês o pavor de ser eliminado a qualquer hora, todos que se aproximavam dele eram possíveis assassinos. A seu ver, ele como único sobrevivente era uma testemunha que tinha que ser aniquilado. Como mecanismo de defesa inconsciente ele mata, pois como único sobrevivente do massacre, caso não matasse, seria a próxima vítima.

O terceiro caso analisado pelo autor é a história de vida de um jovem militar argelino de 19 anos. Saiu de casa cedo e fora para o maquis, onde se refugiavam os que combatiam em prol da independência da Argélia. Órfão de pai, ele sonhava em melhorar a vida da mãe e das irmãs. Depois de vários meses passados no maquis recebeu a notícia que a mãe estava morta, e que duas de suas irmãs haviam sido levadas por soldados franceses. Ficou terrivelmente abalado com a morte da mãe o que acabou

desencadeando uma tragédia em sua vida. Uma noite, saiu juntamente com outros militantes à procura de um colonialista que havia matado dois argelinos. Chegando à casa do homem procurado, encontrou sua mulher que o suplicou que não a matasse. À medida que olhava a mulher lembrava-se da mãe e num ímpeto a esfaqueou. A mulher morreu e, após esse ato criminoso, todas as noites o jovem tinha o mesmo pesadelo: via o quarto “invadido” por mulheres, todas iguais, que vinham cobrar o sangue derramado. O quarto enchia-se de sangue enquanto as mulheres se tornavam rosadas e tinham seus ferimentos estacados.

Entre os distúrbios apresentados por este paciente estão: depressão, lábios secos, mãos úmidas, suspiros incessantes, insônias, tentativas de suicídio, escutas alucinatórias, pensamentos vagos, sensação de vampirização (sentia que seu sangue se derramava, suas artérias se esvaziavam e seu coração falhava), complexo de culpa inconsciente e pesadelos seguidos de sudorese. O doente foi tratado por várias semanas e os pesadelos desapareceram, mas tão logo pensava novamente na mãe a imagem da mulher ainda o aterrorizava. Nesse caso, Fanon pontua que a narrativa do trauma ajudara a tratar o paciente, mas que quanto à sua cura, só o tempo lhe traria alguma melhora.

Neste caso o trauma é marcado pela revivência da cena traumática por meio de sonhos, as mulheres descritas por ele, que vinham todas iguais cobrando o sangue derramado seriam a censura do soldado acompanhado pelo sentimento de culpa. Num ímpeto de vingança, o jovem fez o que acreditava ser justiça com as próprias mãos, no entanto não ficou em paz, os sonhos vinham para acentuar a culpa. Na verdade, o jovem não queria matar, age com precipitação e precisa conviver com o arrependimento e o remorso.

Os sonhos são de grande importância para a elaboração do trauma, trata-se de restos diurnos de desejos reprimidos, algo que o paciente queria que acontecesse. Neste caso, as mulheres rosadas com ferimentos estacados evidenciam o desejo de ver as feridas saradas, de voltar atrás do que fez.

No quarto caso analisado, o autor trata de um agente de polícia europeu que é encaminhado para tratamento psicológico pelos seus superiores por apresentar distúrbios de comportamento. O homem espontaneamente falara de suas dificuldades: apesar de usufruir de um bom relacionamento tanto profissional quanto familiar, algo o atormentava; e escutava gritos que o impediam de dormir durante a noite. Para não

ouvir esses clamores noturnos, fechava as janelas, colocava algodão nos ouvidos e ligava a música, bem alto, em plena noite. O homem havia sido um torturador: no começo, não encontrara dificuldades em torturar, mas com passar do tempo começara a ficar abalado a ponto de pensar em pedir demissão de sua função. Fora afastado por doença e continuara o tratamento fazendo sessões de terapia. Numa dessas sessões, diante da ausência do terapeuta, resolvera não esperá-lo, mas sim procurá-lo no hospital. Chegando lá se deparara com um argelino que havia sido torturado por ele e sofria de distúrbios pós-traumáticos. Esse encontro produziu reações psicológicas tanto no torturador quanto no torturado. O torturador ficara visivelmente atribulado, tremia e transpirava. Já o argelino, ao se deparar com o torturador, acreditou que este teria ido buscá-lo para infligir-lhe mais sessões de tortura. Foi encontrado escondido no banheiro tentando suicidar-se. Mais tarde, o torturador foi repatriado para a França, e o patriota argelino foi persuadido a acreditar que tudo não passara de uma ilusão, já que policiais não tinham acesso ao hospital.

Nesse caso, um dos quadros psíquicos descritos por Fanon é a perturbação do paciente, que ouvia gritos dos que sofriam torturas todas as noites : “Agora, eu escuto esses gritos até na minha casa. Principalmente os gritos de alguns que morreram na delegacia”. (FANON, 2005, p. 306). Além da perturbação, outros quadros psíquicos encontrados foram os seguintes: crises de ansiedade; e uma possível taquicardia paroxística³: “Estava apoiado em uma árvore, visivelmente acobalhado, trêmulo, banhado de suor em plena crise de ansiedade” (FANON, 2005, p. 306). Uma particularidade desse caso terapêutico, é que o próprio paciente deseja narrar o que o atormenta ao psiquiatra na necessidade premente de elaborar a dor de seu trauma: “Espontaneamente ele nos falou de suas dificuldades” (FANON, 2005, p. 304). Aceitou prosseguir com a terapia e desejava deixar o trabalho: “Doutor, estou com nojo desse trabalho. E se o senhor me curar, pedirei para ser mandado embora. Se eles recusarem peço demissão” (FANON, 2005, p. 306).

O último caso analisado também diz respeito a um francês, um inspetor, torturador, que tortura sua mulher e seus filhos em virtude da perturbação causada pelo seu trabalho no sistema repressivo. Narra sua história com fluidez, pois tinha

³ Entende-se por taquicardia paroxística a aceleração brusca do ritmo cardíaco, acompanhada de angústia e marcado por uma forte sudorese.

consciência de que todos os seus problemas eram causados pelo tipo de atividade que desenvolvia: ele torturava as suas vítimas, às vezes dez horas seguidas. No entanto, não considera a possibilidade de não mais torturar, e, pelo contrário, realiza com tranquilidade o seu ofício. Procura, portanto, o médico para continuar a torturar sem remorsos de consciência, e sem sofrer distúrbios comportamentais. Procurou ajuda quando percebeu a gravidade de seu comportamento no âmbito familiar: a mulher o criticara por bater nas crianças e ele, contrariado, a espancava e a amarrava em uma cadeira na frente dos filhos que logo começaram a chorar. Entre os distúrbios de que é acometido, o autor cita os seguintes: sono agitado, dependência de cigarro, falta de apetite, pesadelos, e o que ele chamava de “crises de loucura”.

Em todos os casos analisados por Fanon o tratamento se dá pela narrativa: o caminho que leva à cura do paciente pressupõe o seu reencontro com o passado traumático. Segundo o autor, quando trabalhava como psiquiatra em um posto médico durante a guerra da independência da Argélia, em alguns casos por ele analisados, pode observar uma melhora significativa do paciente, e em outros casos, concluía que apenas o tempo poderia ajudar o paciente nesse longo trabalho de superação do trauma.

Cada um reage de uma forma, duas pessoas podem viver a mesma situação traumática e terem reações distintas. Por exemplo, expostas a situações de extrema violência há quem se controle e há quem se desespere. São modos diferentes de lidar com a mesma situação. Nos casos mencionados acima há dois que nos chamam atenção, trata-se de dois torturadores que reagem de maneiras diferentes em relação à família. Um atormentado pelo “trabalho” acaba espancando a mulher e filhos e o outro mesmo atordado pelo ofício convive bem com a família.

As discussões propostas por Fanon são indispensáveis aos estudos sobre literatura e regimes de exceção, por oportunizarem considerações a cerca das personagens que desenvolvem distúrbios psiquiátricos gerados pelos traumas sofridos durante a vigência desses regimes que submetem suas vítimas à violência física e psicológica. Para ilustrar esta nossa afirmação, focaremos o nosso olhar a partir de agora sobre a obra literária “K. relato de uma busca”.

“K. relato de uma busca” e os distúrbios pós-traumáticos.

"Tudo nesse livro é invenção, mas quase tudo aconteceu" (KUSCINSKI, 2014, p. 8).

A narrativa de Kucinski é um misto de ficção e realidade. A escrita é literária, mas a história narrada aconteceu de fato, e as personagens são construídas a partir de sua atuação na história real: a irmã desaparecida existiu; o personagem do pai em seu sofrimento indizível em busca da filha foi real. O aparato repressivo foi muito bem ilustrado pela ficção, ele maltratou e maltrata, até os dias de hoje, famílias inteiras que seguem sem conhecer a verdade sobre o que realmente aconteceu aos seus; e, igualmente, até os dias atuais, familiares ainda recebem falsas pistas sobre o paradeiro dos desaparecidos, tal como acontece na ficção.

“Passadas quase quatro décadas, súbito, não mais que de repente, um telefonema a essa mesma casa, a esse mesmo filho meu que não conheceu sua tia sequestrada e assassinada; voz de mulher, apresenta-se, nome e sobrenome, moradora de Florianópolis. Diz que chegara havia pouco do Canadá, onde fora visitar os parentes e que conversavam em português numa mesa de restaurante quando se aproximou uma senhora e se disse brasileira dando seu nome completo, o nome da tia desaparecida”(KUSCINSKI, 2014, p. 181).

Bernardo Kucinski escreve na condição de irmão de Ana Rosa, e a transfigura em personagem no romance estudado. Ele foi, assim como a irmã, um militante político, e é um sobrevivente da ditadura militar brasileira. Sofre a culpa de ter sobrevivido, traz as marcas da ditadura na sua escrita literária, e consegue, quarenta anos depois do desaparecimento de sua irmã, transformar a dor em manifestação artística. Seligmann em “Literatura e Trauma” cita as pesquisas do psicanalista alemão Werner Bohleber, o pesquisador explica, com base nos estudos de Martin Bargmann, uma importante voz na análise pós-freudiana, alguns distúrbios traumáticos desenvolvidos pelos sobreviventes essenciais aos estudos da teoria do trauma: entre os sobreviventes há um longo período de latência que pode chegar a atingir décadas. Nesse caso, só depois desse período a neurose traumática aparece.

“O sobrevivente só vive o presente por algum tempo; vencido o espanto por ter sobrevivido, superada a tarefa da vida normal, ressurgem com forças inauditas os demônios do passado. Por que eu sobrevivi e eles não? É comum esse transtorno tardio por parte do sobrevivente, décadas depois dos fatos” (KUSCINSKI, 2014, p. 166).

A história da família Kuscinki tem como fio condutor o engajamento nas causas políticas. O próprio K , assim como o filho, foi um sobrevivente. Veio para o Brasil fugido da polícia polonesa que o perseguiu por ajudar a fundar um partido político sionista de esquerda, o Poalei Tzion Smal (Partido dos Trabalhadores Sionistas de Esquerda). As duas irmãs de K não tiveram a mesma sorte do irmão: ambas foram mortas, uma, num campo de extermínio e a outra, pelas forças de ocupação nazista na Polônia.

A história do pai se repete na vida do filho. Assim como o pai, Bernardo perde a irmã e carrega a culpa por ter sobrevivido. Outro ponto em comum na história do pai e do filho é o silêncio, Bernardo demorou quase quarenta anos para elaborar o trauma da morte da irmã. Já o pai nunca falou à família sobre a morte de suas irmãs. “K nunca revelou a seus filhos a perda de suas duas irmãs na Polônia, assim como sua mulher evitava falar aos filhos da perda da família inteira no Holocausto” (KUSCINSKI, 2014, p. 166). Podemos citar esse distanciamento emocional como um distúrbio reacional pós-traumático, pois há no sobrevivente a necessidade de se afastar de tudo que possa desencadear as lembranças traumáticas. Recordar-se do fato significa para o traumatizado reviver o episódio como se estivesse ocorrendo naquele momento, e com a mesma sensação de dor e sofrimento vivenciados na primeira vez.

“... não fala de suas perdas a filhos e netos; quer evitar que contraíam esse mal antes mesmo de começarem a construir suas vidas. Também aos amigos não gosta de mencionar suas perdas e, se são eles que as lembram, a reação é de desconforto” (KUSCINSKI, 2014, p. 166).

Mesmo diante da dificuldade do pai em falar do passado traumático, Ana Rosa envereda-se pelos mesmos caminhos que ele seguiu na juventude, mesmo que em países distintos ambos se unem pela mesma causa. Senhor K , como dito anteriormente, veio para o Brasil fugido da polícia polonesa, e desenvolveu como mecanismo de defesa uma apatia política no Brasil. No entanto sua postura apática não foi suficientemente determinante na formação de seus filhos, Ana Rosa e Bernardo se envolveram a fundo com as causas políticas brasileiras. Tamanho foi o distanciamento de K com questões da

ordem política que ele não percebeu o engajamento dos filhos, em relação à Ana Rosa “surpreendera-o a revelação de sua militância política, embora fosse tradição de família.” (KUCINSKI, 2014, p.44). Há em pai e filha um engajamento que Seligmann (2002) baseado no pesquisador Werner Bohleber cita:

“os traumatismos sofridos foram além da capacidade de elaboração dos sobreviventes e vieram marcar a geração seguinte. (BOHLEBER, 2000, p 814s.) Sobretudo nas famílias em que os pais se protegeram do trauma negando-o e se recusando a falar dele, as crianças receberam de modo inconsciente os fatos, relacionam-se com ele e via fantasia e — dentro de um esquema mítico-repetitivo — “agindo”. Em certos casos, a identificação com o sofrimento dos pais levou ao que já foi denominado “télescopage” de duas ou até três gerações (BOHLEBER, 2000, p 817): um desastre de engavetamento múltiplo que reduz três gerações ao espaço de tempo — fora do tempo! — do trauma” (SELIGMANN, 2002, p. 141).

A busca de informações sobre o paradeiro da filha faz com que K reative sua memória de militância na Polônia. Assim, por exemplo, no momento em que iria ser recebido por um general a pedido de um dirigente da comunidade judaica do Rio de Janeiro, à medida que subia as imponentes escadarias do Círculo Militar lembrava-se de outras escadarias, em Varsóvia, quando procurava por notícias da irmã Guitta. Essa memória, soterrada no passado, mas não elaborada pelo Sr. K, emerge como um distúrbio pós-traumático, pois as memórias recalçadas vêm à tona de forma intensa a partir de um elemento ou de um signo externo, ou interno, desencadeador. A associação entre o evento traumático vivenciado no passado e situações ou evocações semelhantes vividas no presente, faz com que as lembranças passadas invadam o seu pensamento e sobreponham-se à situação do presente parecendo-lhe reais e causando-lhe dores, muitas vezes, insuportáveis.

“Lembrou-se subitamente de outra escadaria em outros tempos, em Varsóvia, igualmente em mármore e também no estilo neoclássico, que ele galgara aos saltos, ainda jovem e valente, para indagar o paradeiro de sua irmã Guitta, presa num comício do partido que ajudara a fundar, o Linke Poalei Tzion. Alarmou-o a emergência da lembrança, que julgava soterrada sob os escombros da memória” (KUCINSKI, 2014, p. 36).

Na narrativa observamos, igualmente, o transtorno tardio por parte dos sobreviventes, pois este permanece intenso décadas após os fatos. O sobrevivente se culpa de ter sobrevivido, ao passo que outros não tiveram a mesma sorte, e pensa que se tivesse agido diferentemente a tragédia poderia ter sido abortada. É o caso de K, o pai

da personagem desaparecida, cuja culpa emerge numa crescente na narrativa, atormentado por seu monólogo interior, suas perguntas sem resposta: Por que escolheu o Brasil, ao invés da América do Norte? Por que não participou mais da vida da filha? Por que deu mais atenção à literatura fídiche do que ao que acontecia com sua família? Por que se casou com aquela alemã com quem a filha não simpatizara? Onde ele errou?

“A culpa. Sempre a culpa. A culpa de não ter percebido o medo em certo olhar. De ter agido de uma forma e não de outra. De não ter feito mais. A culpa de ter herdado sozinho os poucos bens do espólio dos pais, de ter ficado com os livros que eram do outro. De ter recebido a miserável indenização do Governo, mesmo sem a ter pedido. No fundo a culpa por ter sobrevivido” (KUSCINSKI, 2014, p. 167).

O isolamento político de K. no Brasil pode, igualmente, ser considerado um distúrbio pós-traumático de seus tempos de militância na Polônia. No Brasil, K não se envolvia em questões políticas, e foi somente após o desaparecimento da filha, e do desespero gerado por sua busca vã, que se deu conta da rede de informantes a serviço da ditadura que havia em seu bairro Bom Retiro, em São Paulo.

“Além do mundo que você vê e nos acalma com seus bons-dias e boas-noites, como vai tudo bem, há um outro que não se deixa ver, um mundo de obscenidades e vilanias. É nele que vicejam os informantes. Não fosse o sequestro da filha, K. nunca teria percebido esse outro mundo tão perto de si” (KUSCINSKI, 2014, p. 29).

Ainda em relação à família Kucinski, temos o caso da esposa de K, Ester Kucinski, que também silenciara aos filhos que tinha tido toda a família exterminada pelas tropas nazistas. No caso da mulher de K, os distúrbios reacionais foram emocionais e físicos. Ela se afastou das amigas, rejeitou a filha e acabou desenvolvendo um câncer de mama.

“Desde que perdera o seio direito, na extração de um câncer de mama, a mãe quase não saía. Antes visitava as amigas com frequência, orgulhosa de seu porte elegante, seu rosto moreno, harmonioso, de nariz aquilino, bem talhado, e de seus cabelos negros ondulados” (KUSCINSKI, 2014, p. 39).

“A falta de fotografias da mãe explicava-se por sua abulia permanente. A filha nascera em plena guerra, a mãe assombrada pelos rumores de chacinas de sua família na Polônia. Pior, ao crescer com a mãe já derrotada pelas certezas dessas chacinas” (KUSCINSKI, 2014, p. 117).

O papel da narrativa na elaboração do passado traumático

“Ora a escrita, enquanto instrumento do pensamento, tem o poder de penetrar nestas marcas, anular seu veneno, e nos fazer recuperar nossa potência.”
Suely Rolnik

A dor da família Kucinski e o seu passado traumático são elaborados na tessitura da narrativa literária. Na verdade, a escrita desse romance começou bem antes de o autor idealizar esse projeto, já que a escrita da dor é conduzida pelas marcas, pelas feridas acumuladas ao longo dos anos após o trauma. K, o pai, não conseguira transformar a história da família em produção literária assim como o fez o filho, anos depois. Seu bloqueio pode estar relacionado à questão temporal, porque a transfiguração de um evento traumático em narrativa solicita um distanciamento que K, personagem mergulhado na busca da filha, não podia ter.

No início K pensou em registrar, ainda que em forma de diário, seus contatos, suas buscas; no entanto nada escreveu. Pensava em retomar seu ofício de escritor, dessa vez para lidar com seu próprio infortúnio. Chegou a escrever alguns episódios, mas ao reuni-los em uma narrativa algo faltava, não conseguia expressar sua desgraça através da semântica das palavras, por mais minuciosa que fosse a escolha. “Ele, poeta premiado da língua iídiche, não alcançava pela palavra a transcendência almejada” (KUSCINSKI, 2014, p. 135). K, enfim, se dá conta de que não poderia escrever um romance a partir da dolorosa realidade sobre o desaparecimento de sua filha. Desaparecimento cuja sordidez e violência lhe foram revelados através dos percalços, encontros, obstáculos, mentiras, farsas, extorsões, e tortura psicológica de que fora alvo em sua busca.

E, aos poucos K percebera que a sua limitação não era linguística, e sim moral, pois considera que estava errado em querer fazer da tragédia da filha objeto de criação literária. Além disso, fora devido à sua dedicação à literatura iídiche que não percebera o que acontecia com a filha. Jurou então, não mais escrever em iídiche, mas queria relatar às netas tudo o que havia acontecido; escreveu sua primeira carta às netas em hebraico. “Assim não era mais o escritor renomado a fazer literatura com a desgraça da filha, era o avô legando para os netos o registro de uma tragédia familiar” (KUSCINSKI, 2014, p. 137).

Quatro décadas se passaram até que a história da família Kuscinski fosse materializada. Bernardo, o filho, conseguiu o que o pai tentara, e assim eternizou em palavras a história de vida da irmã desaparecida. Ao fazê-lo, penetrou nas marcas e no recalçado, lançando mão da narrativa literária para elaborar o trauma do desaparecimento de sua irmã. Nas páginas iniciais do livro o autor cita Mia Couto e Guimarães Rosa numa espécie de desabafo literário e diz o que se propõe a fazer, nota-se pelas citações que escrever é uma necessidade, colocar para fora tudo aquilo que o sufocou durante anos. Os versos poéticos de Mia Couto traduzem o sentimento do irmão sobrevivente, ele precisa compartilhar do horror, talvez essa seja a forma que ele escolheu para se livrar da carga do mal e se fazer ouvir.

“Acendo a história,
Me apago a mim.
No fim desses escritos serei
De novo uma sombra sem voz.”
Mia Couto Terra Sonâmbula

Os versos de Guimarães Rosa revelam a necessidade da ficção no relato autobiográfico. O autor diz que contará o que sabe e o que não sabe se sabe, mas que imagina ter acontecido. Completa dizendo que o que não sabe pode ser que o leitor saiba.

“Conto ao senhor é o que eu sei e o senhor não sabe;
mas principal quero contar é o que eu não sei se sei,
e que pode ser que o senhor saiba.”
Guimarães Rosa, Grande Sertão: veredas

Como conclusão ao nosso estudo, podemos citar KEHL(2011) quando explica que: “na medida em que se transforma a memória traumática em narrativa, ou em história – tornamo-nos, paradoxalmente, menos sensíveis ao que um dia foi sofrimento quase insuportável” (KEHL, 2011, p.321). Dessa forma, a literatura surge como um meio para a elaboração da cena traumática, dando-lhe visibilidade, através da representação, ela transforma em palavras e em sensações o que, em outro momento, se configurara numa dor quase insuportável.

Não há dúvidas de que a literatura permite dar voz ao que antes era silenciado. Poderíamos dizer que Kucinski, ao optar pelo exercício testemunhal e ao mesmo tempo ficcional, volta aos seus momentos mais dolorosos numa tentativa de elaboração

da dor, num processo de “prática da cura”. Bernardo Kucinski conseguiu trazer à tona toda a inquietação com a qual conviveram ele, seu pai e toda a sua família durante quase quarenta anos. E, ao fazê-lo, sua narrativa resgata para a memória histórica dos brasileiros a história de vida e a dignidade de Ana Rosa Kucinski, Profa. Dra. do Departamento de Química da Universidade de São Paulo, torturada e morta pelas mãos dos torturadores a serviço da ditadura militar que vigorou no Brasil durante 21 anos, de 1964 a 1985.

2. AS VÍTIMAS E SUAS MARCAS

Não passamos nada a limpo, não elaboramos nossos traumas nem valorizamos nossas conquistas. (KEHL, 2011, p.327)

Em situações de extrema violência, em que o sujeito é levado ao limite de suas capacidades físicas e psíquicas a experiência traumática impõe-se pela repetição. As vítimas não conseguem superar o horror sofrido porque a elaboração está além de suas defesas. Pretendemos discutir o conceito de trauma associado à situações de torturas físicas e psicológicas produzidas no Estado de guerra e de resistência política. A ditadura militar no Brasil produziu sua cota de doenças traumáticas que nos dias de hoje ainda trazem sérias consequências na memória tanto individual, daqueles que sofreram na pele a truculência do estado opressor, quanto na memória coletiva de toda nação. O reencontro com o passado é um mal necessário, segundo KEHL “Há eventos que não se consegue esquecer; outros não devem ser esquecidos” (KEHL, 2011, p.310). Lembrar como se produziu a injustiça é condição para transformar e reparar socialmente o mal produzido (KEHL, 2011, s/p). Em “Os crimes do Estado se repetem como farsa: artigo de Maria Rita Kehl sobre o trauma da ditadura”, a autora completa:

“Se o reconhecimento dos fatos que um dia se tentou apagar não costuma trazer boas notícias, em contrapartida a supressão da verdade histórica produz sintomas sociais gravíssimos –a começar pela repetição patológica de erros e crimes passados. Melhor encarar as velhas más notícias e transformar a vivência bruta em experiência coletiva, no sentido proposto por Walter Benjamin. Para isso é preciso construir uma narrativa forte e bem fundamentada, capaz de transformar os restos traumáticos da vivência do período ditatorial em experiência coletiva. “Para que se (re)conheça, para que nunca mais aconteça” (KEHL, 2013, s/p).

Quando Kehl afirma que “é preciso construir uma narrativa forte e bem fundamentada, capaz de transformar”, ela reconhece o poder da narrativa na elaboração do trauma. O Brasil precisa dar voz às vítimas, silenciadas na transição democrática. O contato com as histórias de vida daqueles que ousaram lutar contra o sistema pode ser o que falta para a nação entender a cena política atual e não deixar que, mais uma vez, a história se repita. É urgente “encarar as velhas más notícias”, nesse sentido as comissões

da verdade são um importante mecanismo para que haja um verdadeiro revisionismo, tanto histórico quanto político no Brasil.

Nossas análises serão baseadas nos estudos de Maria Rita Kehl sobre o trauma. A autora, além de trabalhar como psicanalista acompanhou durante o tempo em que participou da Comissão Nacional da Verdade⁴ relatos de vítimas ou parentes de desaparecidos políticos que através da narração dos momentos de dor buscaram contribuir para o processo de reescrita da história no Brasil. Com base em uma de suas obras, “O Ressentimento”, e em dois artigos publicados por ela no site Boitempo, buscamos investigar como a literatura se associa à psicologia e trás para o campo simbólico o que representou o traumático na vida dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente com torturas físicas e psicológicas, especificamente no caso brasileiro da ditadura militar.

Começaremos fazendo uso de alguns conceitos de trauma. O trauma “é aquilo que não se consegue esquecer, mas que, ao mesmo tempo, é intolerável recordar. Ou impossível de se transmitir.” (KEHL, 2011, p.310). Encontramos também outra definição importante para o trauma no vocabulário de psicologia Laplace e Pontalis:

“Acontecimento da vida do sujeito que se define pela sua intensidade, pela incapacidade em que se encontra o sujeito de reagir a ele de forma adequada, pelo transtorno e pelos efeitos patogênicos duradouros que provoca na organização psíquica” (LAPLACHE E PONTALIS, 1991, P. 522).

O termo trauma inicialmente era utilizado pelas ciências médicas e está relacionado à ferida. A partir de Freud, a psicanálise se apropria do vocábulo e, no sentido psicanalítico, o trauma será definido como aquilo que está além, que excede as nossas capacidades psíquicas e não permite elaboração. De acordo com o relatório final produzido pela Comissão Nacional da Verdade, o trauma é o termo que designa as sequelas produzidas por um evento desorganizador das defesas psíquicas, cujas marcas se atualizam ao longo da vida e são transmitidas de forma inconsciente aos descendentes através da forma de se relacionar da vítima com o outro. Os impactos do traumático na vida do sujeito têm relação com a forma como ele reconstruiu suas relações com o mundo exterior, ou seja, suas relações de afeto com o sexo oposto e com

⁴ Comissão Nacional da Verdade (CNV) é o nome da comissão que investigou as graves violações de direitos humanos cometidas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988 , por "agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado".

familiares, enfim, o trauma se manifesta no relacionamento que a vítima se permite com o mundo (CNV, 2012).

“Um trauma é mediado, necessariamente, pela maneira como cada vítima vivenciou e elaborou a experiência e pela forma como pôde reconstruir suas relações com o mundo exterior, a partir dos eventos marcados pelo sofrimento. O trauma representa uma forma de sofrimento continuado que, no limite, leva ao emudecimento” (CNV, 2012, p.426/427).

Encontramos vários depoimentos no relatório da Comissão Nacional da Verdade em que os relatos mostram que as torturas deixaram marcas permanentes nas vítimas. Localizamos nas narrativas pessoas que ficaram cegas, surdas, estereis, com danos cerebrais, paralisias, entre outros. Faremos uma análise dos danos físicos e psicológicos produzidos pela tortura, seja ela física ou psicológica. Para representar o trauma dispomos de casos reais encontrados no relatório final da Comissão Nacional da Verdade, os quais serviram de inspiração para a ficção.

Anos se passaram e as vítimas e seus familiares ainda convivem com as avarias da repressão. Os danos psicológicos da tortura foram gravíssimos a ponto de haver relatos em que o suicídio foi a única saída encontrada. A ditadura militar no Brasil não poupou ninguém - crianças, mulheres grávidas e idosos -, e o grau de violência dos relatos retrata um pouco do que foram os anos de chumbo.

Vejamos abaixo alguns fragmentos de depoimentos em que os sobreviventes descrevem as sequelas físicas que sofreram. Sabemos que toda sequela física vem acompanhada de sérias complicações psicológicas; no entanto, nossa intenção aqui é apresentar casos que dialogam com a teoria de KEHL e podem ter servido de matéria para ficção.

Não podemos falar de tortura sem mencionar o caso da presidenta Dilma Vana Rousseff, ex-militante da luta armada de esquerda, membro do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e posteriormente da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR- Palmares). Foi presa e torturada, inclusive na cidade de Juiz de Fora, onde foi colocada no pau de arara, apanhou de palmatória e levou choques.

Dilma tem uma frase prototípica que resume bem o que representa o estigma da tortura na vida do sobrevivente, “As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim.” (CNV, 2014, 387).

“Uma das coisas que me aconteceu naquela época é que meu dente começou a cair e só foi derrubado posteriormente pela Oban. Minha arcada girou para outro lado, me causando problemas até hoje, problemas no osso do suporte do dente. Me deram um soco e o dente deslocou-se e apodreceu. Tomava de vez em quando Novalgina em gotas para passar a dor. Só mais tarde, quando voltei para São Paulo, o Albernaz completou o serviço com um soco arrancando o dente” (CNV, 2014, p.386).

É nessa atmosfera de terror e agonia que Bernardo Kuscinski constrói sua narrativa. As imagens da violência, recorrentes na obra, vão ao encontro dos depoimentos prestados pelos sobreviventes ou pelos familiares dos desaparecidos à Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo e com sua própria história de vida enquanto irmão de Ana Rosa, desaparecida política. Nesse sentido a narrativa dá voz a essas histórias silenciadas, como é o caso do ex-deputado federal, citado por Kuscinski, mas que não teve seu nome revelado na obra. Ao todo 173 deputados tiveram seus mandatos cassados nesse período, muitas histórias foram contadas e muitas outras ainda permanecem ocultadas, alguns até hoje não tem sua biografia conhecida. Em Juiz de Fora, por exemplo, o deputado estadual Clodesmidt Riani foi preso logo no início do golpe em 5 de abril de 1964, teve seu mandato cassado pela resolução nº 580 da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e foi enquadrado na lei de Segurança Nacional como subversivo. Riani foi torturado, mas sobreviveu e contou à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora as violações a que foi submetido.

O caso nacional mais emblemático que se refere a parlamentares é o caso do deputado federal Rubens Beyrodt Paiva, sequestrado, torturado e morto nas dependências do DOI-CODI. Após intensas sessões de tortura o deputado não resistiu e veio a óbito, as torturas impetradas ao deputado foram relatadas pelo tenente-médico do Exército Amílcar Lobo em depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade.

“ao examinar o paciente verificou que o mesmo encontrava-se na condição de abdômen em tábua, o que em linguagem médica pode caracterizar uma hemorragia abdominal, sendo que naquela situação parecia ter havido uma ruptura hepática; que ao examinar o paciente este disse ao declarante chamar-se Rubens Paiva; que o declarante aconselhou a pessoa que o conduziu até aquela dependência que o paciente fosse imediatamente hospitalizado; que ao retornar para a sua jornada normal de trabalho, naquele batalhão, o declarante recebeu a notícia de que a pessoa a quem fizera atendimento de madrugada havia falecido” (CNV, 2014, p.566).

No capítulo intitulado “A cadela”, Kuscinki faz menção a um ex-deputado federal morto por envenenamento pelos militares. Como foi dito anteriormente, muitas histórias foram silenciadas, e a ficção se encarrega de quebrar as barreiras do silêncio, não importando aqui a identidade do ex-deputado, e sim a representação do momento histórico. Nesse capítulo, o narrador é um militar que trabalha para Fleury, e decide junto com o comparsa o que fazer com a cadela de Ana Rosa e Wilson capturada junto com o casal. A cadela havia sido usada como isca para a captura. Ana Rosa costumava passear com ela e num desses passeios os dois foram pegos, encapuzados e jogados num carro junto com a cadela. Por ordem de Fleury sumiram com o casal, mas ficaram com o animal que deveria ser poupado mesmo representando risco.

“...quando eu falei em sacrificar a cadela, levei o maior esporro, me chamou de desumano, de covarde, que quem maltrata cachorro é covarde; quase falei para ele: e quem mata esses estudantes coitados, que tem pai e mãe, que já estão presos, e ainda esquarteja, some com os pedaços, não deixa nada, o que é?” (KUSCINSKI, 2014, p. 65).

Embora a cadela fosse protegida pelo chefe não recebia o mesmo apreço dos subordinados, que pensavam em matá-la, assim como fizeram com o ex-deputado federal.

“Mas nós ficamos aqui o tempo todo, com essa cadela nos atormentando, mas eu já sei o que vou fazer: dou mais dois dias, se ela não morrer sozinha, boto veneno na água, boto o veneno que demos àquele ex-deputado federal” (KUSCINSKI, 2014, p. 65).

Mas não foram as sequelas físicas as únicas marcas deixadas pela tortura: as sequelas psicológicas acompanham as vítimas até os últimos dias de suas vidas. Algumas delas se põem a falar e dessa forma cooperam para que o sofrimento perca a força, e o trauma ganhe representação no campo simbólico. Em outras palavras, as narrativas são o único meio do sobrevivente enfrentar o passado traumático e elaborá-lo. Separamos alguns depoimentos em que o traumático submerge como sequela da tortura psicológica.

O primeiro caso é o de Jessie Jane Vieira de Sousa, que falou à CNV sobre o que representa ter sido presa. A liberdade conquistada não apaga as marcas produzidas pelos anos de reclusão, mesmo “livre” o sobrevivente convive com as marcas, apesar de querer livrar-se delas. Isso porque, pelas palavras de Jessie, parece que lhe faltam forças.

“Eu sempre digo também que ter vivido muitos anos presa, de certa forma, tem o lado dramático, principalmente nove anos presa. É muito tempo, mas também é um tempo de aprendizagem e a... você tem também o tempo de assentar, de certa forma de apaziguar aquilo que havia sido vivido nos porões. Eu imagino... eu imagino não, eu sei, que os companheiros que saíam do DOI-CODI direto pra rua, muitos não suportaram. Nunca conseguiram sair do DOI-CODI. Evidente que nós nunca vamos conseguir sair do DOI-CODI. Mas saber que é preciso sair é importante” (CNV, 2014, p.388).

Mais uma vez as marcas parecem sufocar o sobrevivente porque é insuportável para a vítima que sua história seja ignorada. Mesmo “livre”, do ponto de vista institucional, o sobrevivente estará para sempre preso às suas lembranças, pois de tempos em tempos as marcas o atormentam novamente fazendo com que se sinta para sempre preso a elas. Nas palavras de Kehl:

“É insuportável, tanto para as vítimas quanto para seus herdeiros, que uma violência traumática permaneça não nomeada, insignificante para o resto do mundo. São casos em que o esquecimento fere como uma segunda violência, mais duradoura que a primeira” (KEHL, 2011, p. 317).

No Brasil, as forças armadas cometeram, além dos crimes que já lhe são imputados, um crime ainda maior: calou os sobreviventes, não permitindo que ajudassem a construir a história oficial da qual eles faziam parte. No final do regime, com a lei da anistia, os militantes foram soltos, mas carregavam as marcas do que foi um dos piores anos da história do país. Alguns foram mortos, outros até hoje estão “desaparecidos” e, na melhor das hipóteses, foram massantemente torturados. As marcas da repressão ainda estão coladas nos seus corpos e mentes porque sofreram, logo após a anistia, o momento de silêncio imposto. De acordo com KEHL em “Os crimes do Estado se repetem como farsa: artigo de Maria Rita Kehl sobre o trauma da ditadura”:

“O modo como a ditadura negociou sua dissolução com a sociedade brasileira –uma negociação entre quem tinha as armas na mão e quem até então estivera sob a mira delas– funcionou como um verdadeiro convite ao esquecimento. O apagamento rápido (e forçado) dos crimes da ditadura lembra os efeitos perversos do esquecimento dos crimes da escravidão”. (KEHL, 2013, s/p)

Após anos de torturas e graves violações dos direitos humanos, o problema foi “resolvido”: anistia, ampla e irrestrita, assim foi perpetrado um dos maiores crimes

contra nossa memória coletiva. O Brasil varreu dessa forma para debaixo do tapete todas as sujeiras daqueles anos, e um Alzheimer nacional reinou soberano por décadas.

Cristina Moraes de Almeida, uma das vítimas cujo testemunho foi recolhido pela Comissão Nacional da Verdade, não era militante nem tinha engajamento político, foi torturada por ser amiga de Carlos Eduardo Pires Fleury (Fleuryzinho) e de Alexandre Vannucchi, estes militantes. Cristina deu ênfase em sua memória à persistência dos acontecimentos marcantes vivenciados por ela e vive o drama de querer esquecer e não conseguir porque as memórias retornam sempre ao mesmo ponto e a torturam. É possível observar no depoimento de Cristina um ceticismo em relação à qualquer tipo de ajuda, ela não vê meios de se livrar da dor e considera frustrada qualquer tentativa de superação. Além disso, parafraseando Kehl, a impunidade também fere como uma segunda violência.

“Ainda está latente! Eu quero esquecer [...], mas eu te pergunto, qual é o profissional, na psicologia, que vai apagar essas marcas? Não tem! Não tem! E hoje em dia eles dizem: “Eu não sei, não vi, não me comprometa!”. Olha, tacharam como torturador, é um elogio! Assassino em série, sem sombra de dúvida! Eu vou igual a uma desesperada. [...] É que tem muitos detalhes, está tudo vivo, eu queria ter tido uma amnésia [...] para eu sair e ir adiante, eu não consigo! [...] Está tudo vivo na minha memória [...], como se fosse ontem!” (CNV, 2014, p. 389)

Essa persistência do evento traumático na memória foi representado em K. A personagem Jesuína, faxineira da casa da morte, assim como Cristina, não é capaz de se desvencilhar da memória do passado. Jesuína Gonzaga, vinte e dois anos, não consegue dormir, sofre alucinações e tem hemorragias todas às vezes em que a “chefia” altera a voz. Procura uma terapeuta a fim de se ausentar do trabalho. Fora orientada pelo chefe, ninguém menos que Sérgio Fleury, a procurar ajuda médica para fins de aposentadoria, no entanto, a terapeuta resolve conhecer melhor a história da paciente, mesmo sabendo que estaria se envolvendo em uma história perigosa.

Jesuína cumpria pena na penitenciária feminina de Taubaté por tráfico de drogas quando foi retirada da prisão pelo delegado Fleury, que lhe conseguiu uma pena condicional a fim de infiltrá-la na Casa da Morte em Petrópolis. No início, além de objeto sexual do delegado trabalhava na copa e servia os presos. Havia sido admitida por Fleury, e deveria se passar por boazinha e coletar informações para ele.

Mas a cena que mais a chocou e que volta sempre à sua memória, tal como disse

Cristina, “como se fosse ontem”, foi a da garagem onde os corpos eram destroçados.

“O Fleury já tinha voltado para São Paulo de madrugada. Eu sozinha tomando conta. Então desci até lá embaixo, fui ver. A garagem não tinha janela, e a porta estava trancada com chave e cadeado. Uma porta de madeira. Mas eu olhei por um buraco que eles tinham feito para passar a mangueira de água. Vi uns ganchos de pendurar carnes igual nos açougues, vi uma mesa grande e facas igual de açougueiro, serrotes, martelos. É com isso que tenho pesadelos, vejo esse buraco, pedaços de gente. Braços, pernas cortadas. Sangue, muito sangue” (KUSCINSKI, 2014, p.132).

Diante da narrativa do traumático, Jesuína começa a soluçar, gemer e chorar e, logo é tomada por convulsões e escorrega da cadeira. Essa cena da ficção é sem dúvida a mais viva representação do real, pois muitos dos que sofreram não conseguem sequer falar sobre o trauma. Acreditam que na medida em que conseguirem se desvencilhar do passado, conseguirão esquecer o que lhe aconteceu, como se tudo fosse uma simples receita: esquecer para não sofrer. No entanto esse encontro com passado é um mal necessário: a um dado momento de sua vida a vítima precisa encarar seus fantasmas para enfim reconstruir sua vida.

A tortura psicológica a que eram submetidos os familiares das vítimas também é uma forma de violação dos direitos humanos, e produziu sua cota de distúrbios traumáticos, especialmente nos casos de desaparecimentos forçados em que a ausência do corpo se configura como uma aflição a mais. Esse é o caso de K, personagem central da ficção, no início, experimenta a impotência diante da recusa das autoridades de informar-lhe o paradeiro da filha, em seguida enfrenta a constatação de que ele estava diante de uma rede perversa liderada pelo próprio Estado. A falta de esclarecimento, as falsas informações, a impossibilidade de dar aos restos mortais o devido sepultamento, as estratégias de denegrir, tudo isso soma-se ao desconsolo dos familiares fazendo com que psicologicamente esses também sofram os efeitos da tortura.

Para os torturadores, não basta torturar, matar e desaparecer com os corpos, a repressão é cruel e torturar a família também é uma estratégia de guerra. K sabia muito bem disso. A estratégia da repressão era confundir o inimigo, neste caso as famílias das vítimas: falsas notícias eram a todo tempo implantadas a fim de ludibriar e desestabilizar as buscas. Em um dos capítulos da narrativa, o autor reproduz o pronunciamento do ministro da justiça, Armando Falcão. O presidente revelaria o paradeiro dos desaparecidos, no entanto revela uma lista falsa. Sobre Ana Rosa houve

apenas um comunicado rápido no final da transmissão. Não havia nenhum registro sobre ela e o marido nos órgãos do governo. Inicia-se então um novo tipo de tortura, a psicológica: “confundir o inimigo com mentiras é um recurso legítimo; equivalem as cortinas de fumaça da guerra convencional” (KUSCINSKI, 2014, p. 67).

A falsa lista seria apenas o começo da tortura psicológica a que eram submetidos os familiares, K tanto importunou a repressão que se tornou alvo dos opressores. À medida que seus contatos começavam a incomodar o governo, a repressão respondia com requinte de crueldade. A estratégia era cansar o inimigo e uma expressão reiterada no texto mostra que muitas vezes eles conseguiam: “K não se move, sente-se muito cansado” (KUSCINSKI, 2014, p. 68).

Após a divulgação da falsa lista, a repressão segue cruel, desumana e sem mostrar seu rosto. A guerra psicológica se revela uma tortura eficaz e todos os meios são usados para que os familiares de desaparecidos não se tornem mais um impedimento para a repressão. K incomoda, faz uso de todos os recursos para encontrar a filha, e é levado a todo o momento a pistas falsas, no início o faziam acreditar que a filha estava viva e como o passar do tempo a busca pelo corpo foi a nova estratégia para confundir as famílias. “Procurar para salvar alguém que ainda pode estar vivo é uma coisa, mas procurar um corpo, só para poder enterrar é diferente” (KUSCINSKI, 2014, p. 75). A intenção era cansar as famílias até que eles desistissem de procurar por notícias e assim, dessem um tempo para a repressão. “Vamos quebrar a espinha desse velho. Vamos dar uma canseira nele, uma canseira de matar, até ele ter um infarto, filho da puta” (KUSCINSKI, 2014, p. 72).

A fim de tornar a vida dos familiares ainda mais difícil, os agentes do estado passaram a vê-los como ameaça e resolveram torturá-los. A tortura agora seria, portanto psicológica. “O inimigo agora são as famílias desses terroristas. Mas temos que usar mais a cabeça, a psicologia” (KUSCINSKI, 2014, p. 73). Essas falsas pistas produziam nos envolvidos uma sobrecarga emocional muito grande e, mesmo sabendo que poderiam estar sendo enganados, a esperança de encontrar o parente desaparecido fazia com que fossem até as últimas consequências. E os torturadores sabiam disso “Eles já sabem que é enganação, mas ainda querem se enganar. E nós ajudamos” (KUSCINSKI, 2014, p. 74-75).

Há no livro um capítulo que mostra a reação psicológica de K diante desse tipo de tortura, pois mais uma vez, apesar do desespero da busca em vão, ele segue as pistas

que o levariam ao corpo da filha, acendendo novamente a centelha da esperança: de acordo com um jornalista, presos políticos estariam enterrados em um ferro velho na baixada fluminense. Numa atitude impensada K segue sozinho o encaço da filha, e ao chegar lá se convence de que deveria ter passado o informe à comissão de desaparecidos que mobilizaria os demais órgãos envolvidos. Conclui que isso ainda poderia fazer pois seria uma irresponsabilidade iniciar uma escavação sem a presença da perícia, da OAB e de testemunhas lavrando em ata.

Naquela noite, após um dia exaustivo, dormiu profundamente pela primeira vez desde o desaparecimento da filha. Teve um sonho perturbador que tentou desvendar e, como em todos os seus sonhos, cenas confusas se entrelaçavam. Diante de uma situação de extrema violência, a vítima tende a remoer a dor sofrida e as imagens do que causou o trauma persistem nos pensamentos por um bom tempo, podendo vir à tona através dos sonhos. Dessa forma, os sonhos são mensagens enviadas pelo inconsciente e pode levar a vítima a uma possível elaboração.

Voltando ao sonho de K, na primeira cena, ele cavava o solo com uma pá, isso porque ele deveria ter feito a escavação no dia anterior e não o fizera. Na próxima cena do sonho, K, já lá no fundo de suas escavações, volta seu olhar para cima e se depara com rostos encarando-o, eram rostos familiares, e de familiares de desaparecidos. Esta imagem do sonho deixa claro para ele que errara em não ter acionado todos os envolvidos, e ter partido sozinho atrás da pista do jornalista. De repente, se lembrou de outra cena do sonho: a pá bateu na pedra e detrás dela saiu uma cobra, e ele a matou de um golpe só. A cobra seria a imagem personificada da ditadura que precisava ser derrotada; e, embora não tenha sido picado por esta, sentiu calafrios como se estivesse doente. Nesse caso, ele, o pai não fora diretamente envolvido: não fora preso, torturado e morto. Mas sentia os arrepios como se fosse ele o principal envolvido. Era apenas um pai que sentia os calafrios do desaparecimento da filha, que sofria os golpes que nela foram executados, que procurava por notícias e que mesmo sem ter tido um fio de cabelo tocado estava sendo tão torturado quando ela.

Passados quarenta anos do fim da ditadura no Brasil, o sistema repressivo ainda continua articulado. A Ordem dos Advogados do Brasil inseriu, recentemente, na mídia uma emissão onde artistas de teatro dão voz a desaparecidos políticos. Ana Rosa Kuscinski foi uma das militantes que receberam essa homenagem. Após essa divulgação na mídia, o sobrinho, que nunca conhecera a tia, recebeu um telefonema de

uma turista brasileira dizendo tê-la visto e com ela conversado num restaurante no Canadá. Assim, pistas falsas sempre surgem diante de algo novo, dessa vez a emissão produzida pela OAB, trazendo novamente à tona a dor dos familiares.

É importante analisar a proposição do autor de que o sistema repressivo continua articulado. Assistimos, mesmo depois da entrega dos relatórios das comissões da verdade espalhados por todo país, a uma insistência das forças armadas em não assumir publicamente os crimes cometidos naquele período em que estiveram no poder. De acordo com KEHL (2011), não se pode dizer que a sociedade brasileira tenha perdoado os militares, nada foi perdoado porque nada foi levado até as últimas consequências, pois ao contrário do que fizeram os argentinos, nós não levamos os torturadores aos tribunais, não houve punição para os crimes praticados. Segunda a autora, “a sociedade brasileira costuma deixar barato o resgate das grandes injustiças de sua história para não manchar sua reputação de último povo feliz do planeta” (KEHL, 2011, p.326-327).

A ausência de um processo judicial que condenasse os autores dos crimes cometidos pelo Estado contribuiu, segundo KEHL (2011), para que, ainda hoje, parte da sociedade viva sob uma espécie de regime de excessão.

Nos dias atuais, honras militares são dadas a torturadores num desrespeito total à memória dos desaparecidos e àqueles que lutaram pela restauração da democracia. Recentemente, faleceu o general Leônidas Pires Gonçalves que chefiou o Estado-Maior do I Exército e o Comando de Operações de Defesa Interna (CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro, entre março de 1974 e novembro de 1976. Nesse período, sob o comando deste general, o casal Wilson Silva e Ana Rosa Kucinski foram assassinados na “Casa da Morte” e tiveram seus corpos esquartejados e incinerados. Como chefe dos torturadores, o general Leônidas teria que responder por essa morte e por todas as outras ocorridas no período em que comandou o CODI do I Exército. No entanto, como recompensa pelos serviços prestados à Nação, em 1985, Leônidas tornou-se ministro do Exército de José Sarney, num governo democrático, e em seu funeral, recebeu honras militares do ministro da defesa Jacques Wagner que afirmou em discurso: “Os soldados do seu Exército não consentirão que a retidão de seu caráter e a transcendência de sua alma sejam maculados por versões históricas capciosas” (POMAR, 2015, s/p).

“Versões históricas capciosas” seriam os relatórios finais das comissões da verdade espalhadas por todo o Brasil e principalmente ao Relatório Final da CNV que aponta o então general como um dos torturadores da ditadura militar. É inadmissível

que notícias como essa continuem a fazer parte dos noticiários sem que causem indignação na população. Concluo com Kehl citando Vladimir Safatle “Nesse sentido, o único país que realizou de maneira bem-sucedida as palavras dos carrascos nazistas foi o Brasil: o país que realizou a profecia mais monstruosa e estúpida de todas. A profecia da violência sem traumas” (KEHL, 2011, p.324).

Definitivamente, pensar o trauma é também pensar a violência, esses casos apresentados são apenas uma pequena amostragem do que representa a violência para o aparelho psíquico humano. Uma frase da presidenta Dilma Vana Rousseff resume bem tudo isso, “Acho que nenhum de nós consegue explicar a sequela: a gente sempre vai ser diferente” (CNV, 2014, p. 3).

A rapidez com que parte da população brasileira pareceu esquecer os crimes praticados pela ditadura militar criou no sobrevivente uma barreira para a superação do trauma. A lei de anistia funcionou como um apagamento da memória e, diante desse apagamento, as vítimas não puderam testemunhar os horrores sofridos. E assim, a história contada pelos militares ganhou eco na sociedade. Segundo KEHL (2011), é fundamental a importância do outro na reconstrução da memória traumática, bem como na superação do trauma.

Foram necessárias mais de três décadas para que as vítimas encontrassem na própria sociedade a testemunha necessária para que pudessem iniciar o processo de elaboração do trauma, pois a testemunha não é aquele que participou da cena traumática, mas sim aquele que é capaz de ouvir a sua narração até o fim. Através do testemunho a vítima torna pública a experiência do horror a que foi submetida e de acordo com Kehl, os testemunhos das vítimas “impedem que a chaga, fechada no silêncio e no esquecimento, infeccione, contaminando o futuro para sempre” (KEHL, 2011, p. 312).

O trabalho com a memória é necessário e urgente, “é o trabalho da memória que permite o verdadeiro esquecimento, os desligamentos das cargas libidinais fixadas às representações da cena traumática” (KEHL, 2011, p.311). É através do testemunho que o sobrevivente consegue elaborar a representação simbólica do horror sofrido; e, de acordo com KEHL (2011), o processo de simbolização não pode ser individual; ele é coletivo e acontece, por exemplo, na figura do analista, ou de comunidades que criam formas para lembrar as atrocidades sofridas, como fizeram os parentes dos desaparecidos políticos no Brasil na década de 80. “Não se trata de retornar sempre ao

mesmo ponto nem de repetir o ocorrido, e sim de inscrever no campo simbólico, no campo das representações coletivas, as marcas do vivido” (KEHL, 2011, p.317).

Isso acontece porque é insuportável para as vítimas e para seus familiares que a violência permaneça insignificante para o resto do mundo, “são casos em que o esquecimento fere como uma segunda violência, mais duradoura que a primeira” (KEHL, 2011, p.317). Precisamos com urgência inscrever essas mortes, que se mantiveram anônimas por mais de quatro décadas, na memória coletiva do país, e uma das formas de se fazer isso é inserindo a verdadeira história da ditadura militar nos currículos escolares.

KEHL (2011) analisa o ressentimento no Brasil. Segundo ela é preciso diferenciar o conformismo ressentido dos movimentos de reivindicação e luta populares, do ressentimento propriamente dito. O ressentimento seria a impossibilidade do sujeito de esquecer ou superar um agravo, “o que ocorre no ressentimento é que o ofendido não se atreve, ou não se permite, responder a altura da ofensa recebida” (KEHL, 2011, p.15). Não é objetivo desse trabalho discutir a teoria do ressentimento, o que nos propomos a discutir é o que Kehl chama de conformismo ressentido, experimentado pelas as vítimas da ditadura militar porque não puderam reagir às ofensas recebidas, já que qualquer reação custaria a própria vida. “O ressentimento não se confunde com a revolta silenciada nem com a resignação forçada que se produz sob regimes totalitários ou em sociedades fortemente estratificadas” (KEHL, 2011, p.21). Não faz sentido pensar em ressentimento nos casos em que o agressor é um Estado de exceção, soberano, que exerce poder sobre a vida e a morte das vítimas. É preciso haver condição de igualdade entre opressor e oprimido para que haja ressentimento. Sendo assim, como reagir a uma injustiça sob uma ditadura militar?

De acordo com KEHL (2011), alguns prisioneiros escolhem a morte como meio de preservar sua humanidade. E a ditadura brasileira, lamentavelmente, coleciona vários casos que ilustram essa afirmação: “Morrer, ou deixar-se matar, é a afirmação extrema de insubmissão sob regimes totalitários” (KEHL, 2011, p.20). A ficção aqui estudada, também representa essa situação: Ana Rosa e Wilson firmaram um juramento de não se deixarem pegar vivos, para não entregarem companheiros sob tortura. Com objetivo de se matarem, caso fossem pegos, andavam com uma cápsula de cianureto num vão entre os dentes que usariam em caso de emergência. Sobre a morte de Ana Rosa, a faxineira da Casa da Morte, onde ela teria sido morta, narra:

“O Fleury mandou eu descer e ficar de novo com a moça, para ver se ela falava mais alguma coisa. De madrugada chegou o doutor Leonardo. Lá de baixo eu adivinhei que era o médico e avisei baixinho, quando vem o médico é porque vão maltratar, fazer coisa ruim. Logo depois vieram buscar ela. Foi aí que ela de repente meteu um dedo na boca e fez assim como quem mastiga forte e daí a alguns segundos começou a se contorcer. Eles nem tinham aberto a cela, ela caiu de lado gemendo, o rosto horrível de se ver e logo depois estava morta. Parecia morta e estava morta mesmo” (KUSCINSKI, 2014, p. 130).

Voltemos aos casos analisados pela Comissão Nacional da Verdade que ilustram a teoria do conformismo ressentido que aqui discutimos. A morte é ao mesmo tempo uma forma de resistência e uma consequência do cessar de resistir já que as consequências da tortura também tentem a atingir a personalidade da vítima levando-a ao suicídio. Esse foi o caso, por exemplo, de frei Tito de Alencar Lima, religioso e militante da ALN⁵. Frei Tito foi preso acusado de participar da organização do congresso da UNE⁶ em Ibiúna (SP) e por manter relações com Carlos Marighella, um dos principais organizadores da luta contra a ditadura militar no Brasil. O fato que é que Frei Tito foi submetido a 40 dias de torturas pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, conhecido pela truculência e pelo ódio a padres que se envolviam em política. Em um dos interrogatórios, ouviu de um torturador: “Se não falar será quebrado por dentro, pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se sobreviver jamais esquecerá o preço de sua valentia ” (CNV, 2014, p. 485). No fim do interrogatório, Frei Tito tentou suicidar-se com uma lâmina de barbear, mas foi impedido para que a tortura continuasse. Depois disso, foi incluído na lista de prisioneiros que deveriam ser soltos em troca do embaixador suíço sequestrado pela VPR⁷ e passou a viver em comunidades dominicanas no Chile, na Itália e na França e, mesmo tendo buscado tratamento psiquiátrico, suicidou-se quatro anos mais tarde, aos 28 anos.

Em um dos capítulos de sua obra, Kuscinski dá voz a uma amante do delegado

⁵ A Ação Libertadora Nacional (ALN) era uma organização revolucionária brasileira dissidente do partido comunista brasileiro que se lançou contra o regime militar em fins da década de 1960. Seu principal líder Carlos Marighella fundou a organização em 1967 após romper com o partido comunista brasileiro (PCB), pois este se opunha a luta armada. (CMV, 2015, p.246)

⁶ A União Nacional dos Estudantes (UNE) é a principal entidade estudantil brasileira.

⁷ A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foi uma organização de luta armada brasileira de extrema esquerda que lutou contra o regime militar de 1964, visando à instauração de um governo de cunho socialista no país. Formou-se em 1966 a partir da união dos dissidentes da organização Política Operária (POLOP) com militares remanescentes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). (CMV, 2015, p.250)

Sérgio Paranhos Fleury. Esta comenta com uma mãe, que a procura em busca de informações sobre o filho, a respeito do ódio que o amante nutria por padres que se envolviam em política, e faz uma alusão ao caso do Frei Tito. “Eu sei desse caso do padre que se matou por causa dele, não sei tudo, mas o que sei já me deixa mal” (KUSCINSKI, 2014, p. 106). Para Fleury padre que se envolvia com política não era padre e sim terrorista. Leonora, a amante, suspeita de que ele tenha sofrido algum tipo de violência sexual na infância, quando fora coroinha, suspeita esta fundamentada no ódio que ele nutria por padres. Ela cita ainda a prisão dos padres dominicanos, e fala da reação de Fleury no dia em que foram detidos.

“No dia em que prenderam os dominicanos ele festejou. Parece que fecharam um restaurante na Lapa só para eles; a equipe toda foi comer e encher a cara. Nunca tinha visto ele tão alegre, como se tivesse se livrado de um peso. Fiquei sabendo dessa farra porque eles combinaram pelo telefone e escutei. Aquela noite ele chegou tarde e me pegou como um touro. Foi a única vez desse tempo todo que voltou aquele medo do primeiro dia. Foi uma noite difícil. Tive palpitação, sabe? Uma hora eu pensei que eu é que estava sendo torturada, esganada, não o padre” (KUSCINSKI, 2014, p.107).

Frei Tito não podia se defender, não estava em igualdade de condições com o opressor. Depois de livre, embora tenha sido submetido a tratamentos psicológicos, não foi capaz de conviver com as marcas do trauma e continuar vivo. O trauma não foi elaborado e o suicídio foi a única forma encontrada para se livrar do sofrimento.

“Mesmo estando na França, frei Tito alegava estar sendo perseguido por Fleury, que estaria ameaçando a sua família. Após vários acompanhamentos psiquiátricos, frei Tito se enforcou numa zona rural na França. Entre suas anotações nos últimos meses de vida havia a seguinte frase: “é melhor morrer do que perder a vida” (CNV, 2014, p. 390).

Outro caso que merece destaque em nossa análise é o do militante Carlos Eduardo Pires Fleury, morto pela ditadura militar em 1971. Este contou sobre sua tentativa de suicídio em uma carta endereçada ao então chefe de gabinete do ministro da Justiça, doutor Manoel Gonçalves Ferreira Filho. A tortura levou Carlos a tentar contra sua própria vida, cravando uma tesoura em seu peito:

“Não vou enumerar exatamente o que sofri momento a momento que lá estive, vou dar alguns exemplos dos “métodos” de interrogatórios que sofri: o pau de arara, telefone, choques na cabeça, nos órgãos sexuais e no resto do corpo todo como o mostram as cicatrizes que tenho até hoje. Os choques que

levei no segundo dia de tortura foram de 220 volts e durante mais de cinco horas seguidas pendurado no pau de arara, o que me causou uma parada cardíaca. Quando isto ocorreu estavam chegando, naquele momento, na O.B., os delegados do DOPS, senhores Tucunduva, Fleury e Raul Ferreira. Foram estas pessoas que me fizeram voltar à vida, através de massagem no coração, fricção com álcool pelo corpo etc., pois o pessoal da O.B. deu-me como clinicamente morto. Esta sessão de cinco horas de 220 volts foi precedida por uma tarde inteira de agressões e choques na cadeira do dragão, além de ter ficado na noite anterior das 22h30 até 6h30 da manhã deste dia no pau de arara, levando choques. Quando tive a parada cardíaca, o comentário lá era que mais um havia morrido e o major Waldir comentava “que a tortura devia ser menos violenta para não matar e obrigar o cara a falar” [...] Após a noite em que quase perdi a vida fui violentamente ameaçado de que me torturariam meses a fio caso não falasse o que os meus carrascos pretendiam. E como percebi que isto era verdade [...] levei-os a um ponto de uma rua em que pretendia jogar-me embaixo de um ônibus [...] abreviando a história, consegui uma tesoura numa butique [...] e enfiei esta tesoura no peito, por felicidade ou infelicidade, ainda não sei à esta altura, a lâmina penetrou um pouco acima do coração [...] Por incrível que pareça mesmo no estado físico que fiquei depois de tudo isto, ainda fui pendurado no pau de arara, passei pela cadeira do dragão, apanhei etc. Não desço a maior detalhe porque o essencial já foi colocado, mas apelo à imaginação de vossa excelência. Para que se lembre de cada dor, de cada sofrimento que já passou em sua vida e por eles avalie o que passei” (CNV, 2014, p. 390).

Alguns pontos merecem destaque na carta de Carlos Eduardo, o primeiro diz respeito ao suicídio como uma única escapatória possível para o sofrimento, e como uma forma de resistir às torturas, o que vai de encontro com o caso do Frei Tito. O segundo ponto, que desenvolveremos melhor, faz referência à necessidade da ficção na cena testemunhal, para que a testemunha consiga se colocar no seu lugar. Assim o militante pede ao ministro que use a imaginação e se lembre das suas dores pessoais para que possa se colocar no lugar da vítima. Os testemunhos tornam pública a experiência aparentemente intransmissível do horror, e funcionam como uma válvula de escape para o mal que atormenta a vítima.

“embora uma fração do confronto com o Real (a morte/ a crueldade extrema, inimaginável/ a cena inconsciente posta a nu) permaneça irrepresentável e nenhuma experiência narrada seja idêntica ao vivido, os livros [...] respondem não apenas a uma necessidade urgente e vital de seus autores, como também a uma necessidade do mundo” (KEHL, 2011, p.312).

Foi isso o que Bernardo Kuscinki realizou em “K.”, usou o recurso da imaginação e escreveu capítulos ficcionais que representavam o que ele tentava imaginar. Ana Rosa desapareceu com o marido e sua história foi ocultada da família, que buscou notícias extraoficiais e compôs um enorme quebra cabeças a qual deu

origem a obra literária objeto dessa dissertação. O trabalho sobre a memória foi de suma importância para que a história de Ana Rosa pudesse ser contada, numa tentativa do autor de deixar o passado para trás e, finalmente, elaborá-lo. Segundo Kehl, “é o trabalho da memória que permite o verdadeiro esquecimento, o desligamento das cargas libidinais fixadas na representação da cena traumática” (KEHL, 2011, p.311)

O trabalho das diversas comissões criadas no país é fundamental para que casos de violação dos direitos humanos ocorridos no e pelo Estado brasileiro venham à tona. Precisamos devolver a dignidade às vítimas, reescrever a história do período pelo viés do testemunho. Segundo KEHL(2011), escutar a voz dos antigos militantes ou de seus representantes é essencial para o amadurecimento político da sociedade brasileira.

No Brasil, os projetos de reparação de injustiças são caracterizados como meros revanchismos e logo são sufocados. Falar sobre crimes e seus responsáveis parece uma agressão à lei da anistia. Segundo KEHL (2011), não importam as vidas envolvidas; o que se leva em consideração é a imagem de povo alegre, feliz, logo, perdoador. Guardar mágoas é coisa de gente mesquinha e nós, brasileiros, somos o “último povo feliz” do planeta. Nosso compromisso com a alegria nos faz rejeitar os projetos de reparação de injustiças do passado. “Tal compromisso nos impede de levar a reparação das injustiças às últimas consequências. Temos pressa em perdoar nossos inimigos com medo de parecer ressentidos” (KEHL, 2011, p.326). Com isso não passamos nada a limpo e estamos em dívida com a sociedade. Não elaboramos nossos traumas, não damos a conhecer às novas gerações a violência do estado brasileiro perpetrada durante a ditadura militar. O não conhecimento desse período histórico possibilita que vejamos durante manifestações de rua no Brasil faixas reivindicando a volta dos militares ao poder. Não construímos nossa identidade. Reitero a pergunta feita por KEHL (2011), “quem somos nós brasileiros?” e completo: Quais foram as memórias que utilizamos para construir a nossa história?

3. O SILÊNCIO DAS TESTEMUNHAS

Seja qual for o fim desta guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos; ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhe dará crédito (...). Nós é que ditaremos a história do Lager. (Levi, 1986, p.09)

Após vinte anos de ditadura eis que as elites brasileiras se vêm acuadas e orquestram a tão esperada abertura política. Embora a cena da abertura fosse uma conquista da militância, quem deu o primeiro passo rumo à redemocratização foram os mesmos que estiveram no poder, dessa vez travestidos de democratas. Aliás, a história mais uma vez se repete, as lutas pela abolição, pela independência e pela proclamação da república vieram dos anseios e da luta do povo, porém no momento da institucionalização as elites roubaram a cena e orquestram a transição.

Soma-se a isso o fato de que, ao monopolizar a transição, as elites também monopolizaram os discursos. Desde então o que se verifica é uma ausência do testemunho, e as tentativas de estabelecer a verdade e a justiça são antes de tudo um debate político. De acordo com SELIGMANN (2010), no Brasil as vítimas foram silenciadas e retiradas da cena política; e aqueles que lutaram pela redemocratização foram colocados à margem do discurso e entregues à políticas do esquecimento. Por fim, os criminosos conseguiram, com a ajuda da mídia, convencer a sociedade de que dar lugar ao testemunho das vítimas da ditadura alimentaria o desejo de vingança por parte dos militantes e seus familiares, “as elites simplesmente decidiram que a página da história deve ser virada. Elas estigmatizam as tentativas de se estabelecer a verdade e a justiça como meros atos de revanchismo” (SELLIGMANN, 2010, p. 13).

A ausência do testemunho e, por conseguinte do debate, fez com que discursos de 64 ganhassem eco ainda hoje na sociedade. E a consequência disso é que mais uma vez, tal como estamos vivenciando neste ano de 2016, a história se repete. Daí a importância do testemunho. Uma frase prototípica da luta contra a ditadura - “Para que não se esqueça, para que não mais aconteça” - reforça entre nós a necessidade de dar voz às vítimas para que a história não nos surpreenda pela repetição. Assistimos em nosso momento histórico a uma iminente conspiração de golpe, construído e implementado em outros moldes, mas mantendo-se o mesmo velho discurso: o que

propõem hoje as elites brasileiras conservadoras, aliadas ao capital internacional, é um golpe com apoio da mídia e de parte do judiciário. A oposição golpista não aceitou a resposta das urnas e se associou aos meios de comunicação e ao capital nacional e internacional, sem compromissos democráticos, para afundar o Brasil num processo de autodestruição.

Tendo em vista o propósito deste trabalho, que entende a importância do testemunho para a re(construção) de uma identidade nacional, introduziremos a discussão a partir de Seligmann-Silva sem a pretensão de esgotar nesse capítulo sua vasta produção bibliográfica. A questão que vem à tona nessa investigação é a ausência do testemunho no Brasil: nos impressiona o silêncio imposto como condição para a construção de um período democrático.

Nossa análise parte do pressuposto que a ausência do testemunho se deu pelo fato das vítimas terem sido tiradas da cena política e colocadas à margem do processo. Ainda hoje, mais de três décadas pós-ditadura a sociedade brasileira não conseguiu instituir o debate, “não há processo aqui; apenas estancamento”. (SELIGMANN, 2010, p. 13). De acordo com Seligmann a passagem pelo testemunho é fundamental tanto para o indivíduo quanto para as sociedades que viveram experiências-limites, “O testemunho pode, justamente, servir de caminho para a construção de uma identidade pós-catástrofe”. (SELIGMANN, 2010, p.12). A fim de ilustrar a necessidade do testemunho o autor lança mão de uma imagem relacionada com a narrativa da Shoah⁸:

“A narrativa teria, portanto, dentre os motivos que a tornavam elementar e absolutamente necessária, este desafio de estabelecer uma *ponte* com “os outros”, de conseguir resgatar o sobrevivente do sítio da outridade, de romper com os muros do *Lager*. A narrativa seria a picareta que poderia ajudar a derrubar este muro” (SELLIGMANN, 2008, p.66).

Países como Argentina, Chile e Uruguai conseguiram levar aos tribunais os casos de violação dos direitos humanos oriundos das ditaduras militares. Enquanto nesses países há uma vasta produção de cunho testemunhal, no Brasil há apenas obras isoladas que não conseguem sequer espaço de destaque nas livrarias. “Se no Brasil tínhamos, é verdade, uma potente música de forte caráter testemunhal, também ela foi rapidamente esquecida e transformada em artigo de museu após 1985” (SELLIGMANN, 2010, p.12).

⁸ Shoah, também conhecido como Holocausto, foi o genocídio ou assassinato em massa de cerca de seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, no maior genocídio do século XX.

Nosso objetivo, baseado em Seligmann é “tentar falar sobre a ausência deste testemunho; descobrir em que medida nós não temos uma cultura da memória” (SELIGMANN, 2010, p.17). Em primeiro lugar faremos uma análise do conceito de testemunho baseando-nos na obra “Testemunho e a Política da Memória: O Tempo depois das Catástrofes” de Márcio Seligmann-Silva. Em seguida, analisaremos o testemunho no contexto brasileiro. Interessa-nos a questão do testemunho sob a ótica de sua possibilidade e de sua impossibilidade, ou seja, interessa-nos analisar em que medida o impedimento do testemunho foi algo imposto, ou se trata apenas de um bloqueio.

De acordo com SELIGMANN (2005), há na teoria literária dois grandes campos de discurso sobre o testemunho, que têm se aproximado nos últimos anos. Por um lado, a questão é pensada sob o prisma europeu e norte-americano, considerando-se a memória em torno da Segunda Guerra Mundial e da Shoah. E por outro lado, considera-se as experiências históricas e literárias da América Latina, representadas pelas ditaduras e a repressão às minorias (mulheres, negros e homossexuais). Paralelamente à expansão dos Estudos Culturais, o conceito de testemunho se ampliou: passou a tratar não apenas dos sobreviventes da Shoah, mas também dos sobreviventes de outras guerras e genocídios.

Ainda segundo o autor, o conceito de testemunho ganhou diferentes contornos de acordo com cada região. Nas pesquisas realizadas nos Estados Unidos e na Europa, a psicanálise e a teoria e história da memória têm desempenhado o papel principal; já na América Latina, o testemunho é pensado a partir de tradições religiosas. Na Europa a noção de testemunho foi desenvolvida a partir da perspectiva teórica de Theodor W. Adorno que coloca em questão a impossibilidade de se escrever poesia após Auschwitz, focalizando essa discussão em torno da Shoah: o assassinato de milhões de Judeus em campos de concentração na Alemanha, pelos nazistas.

O discurso testemunhal tem sido pensado a partir de leituras que envolvem a teoria da literatura, história, teoria psicanalítica e os estudos da memória, os quais têm ganhado mais espaço nas últimas décadas. Nessa perspectiva algumas características norteiam os estudos em torno do testemunho: ele é marcado por uma tensão entre oralidade e escrita; e as características centrais que marcam a memória dos traumatizados são a literalização e a fragmentação. A primeira consiste na incapacidade de traduzir o vivido em imagens e metáforas; e o segundo na incapacidade de incorporar

em uma cadeia contínua as imagens “vivas”, “exatas”. O testemunho é uma tentativa de reunir os fragmentos do passado.

Acerca da Shoah o testemunho tem desempenhado alguns papéis, tais como: fazer justiça, documentar a história, reelaborar um passado traumático, cooperar para a reconstrução da identidade de um grupo de pessoas (judeus) que reencontram sua identidade na memória coletiva da catástrofe. “O testemunho funciona como guardião da memória” (SELIGMANN, 2005, p.88).

Assim, de acordo com SELIGMANN (2005), na América Latina o conceito de testemunho insere-se no contexto da contra-história, ou seja, centra-se na denúncia, e, nesse contexto, a ênfase recai sobre a testemunha capaz de provar e certificar a verdade dos fatos. Pode-se também falar na América Latina da necessidade de testemunhar, pois o testemunho cumpre a necessidade de se fazer justiça, de nomear como herói aquele ou aquela que foi considerado (a) como subversivo (a) pela ditadura militar, e assim dar voz ao oprimido.

O testemunho no contexto brasileiro: impossibilidade ou bloqueio?

Como o testemunho aqui não encontrou acolhimento na sociedade, a testemunha se calou e viveu por décadas um silêncio imposto. Ao orquestrarem a transição, os militares apagaram as marcas dos seus crimes, e calaram as vítimas. “O genocida sempre busca à total eliminação do grupo inimigo para impedir as narrativas do terror e qualquer possibilidade de vingança” (SELIGMANN, 2010, p.10). Ao mesmo tempo as vítimas vivem, independente de aspirações políticas, o tempo do silêncio, e acreditam que ao se calarem o tempo se encarregará de apagar as marcas do sofrimento. No Brasil a privação do testemunho é, ainda hoje, causa de grandes mazelas sociais. O Brasil acreditou que poderia ser uma democracia sem enfrentar o passado autoritário.

Como dito anteriormente, o caso brasileiro é bastante complexo: a transição democrática foi articulada pelos donos do poder, ou seja, não foram aqueles que estiveram à frente da luta que participaram da construção da nossa democracia, antes foram tirados da cena. Políticos como José Sarney e Antonio Carlos Magalhães, que fizeram parte da Arena, partido criado para dar apoio ao regime militar, estiveram presentes no processo de transição. Quando a ditadura chegou ao fim esses e outros políticos integraram a Aliança Democrática, formada por políticos que deixaram o

regime. Esse tipo de movimento na política fez com que as vítimas ficassem à margem. Nossa transição foi um acordo pautado numa amnésia nacional, já que a lei da anistia varreu para debaixo do tapete todos os crimes praticados contra os militantes que foram calados por força das circunstâncias. Segundo Seligmann (2010) a passagem pelo testemunho, que não aconteceu no Brasil, é fundamental tanto para os indivíduos que viveram experiências limite quanto para a sociedade. A não passagem pelo testemunho mantém o Brasil congelado no tempo no que diz respeito ao enfrentamento político e jurídico, pois aqui não houve revisionismo. A ausência do testemunho pode ser uma das causas da repetição da cena política a qual estamos vivendo hoje, nesse ano de 2016.

“Nossas vítimas não puderam se transformar em acusadores, os eventos da ditadura não puderam sequer ser transformados em fatos. O fantástico e escandaloso sequestro das provas e dos testemunhos mantém o Brasil como que congelado no tempo, quando se trata do enfrentamento político-jurídico e do trabalho de memória da nossa ditadura (SELIGMANN, 2010, p. 13)”.

O atual momento político do Brasil (2016) requer cautela, pois mais uma vez estamos diante de um golpe. Assim como em 1964, um governo de esquerda, democraticamente eleito por voto popular, sofre ataques de grupos que não aceitam os resultados das eleições e levantam a bandeira anti-corrupção a fim de justificar a disputa pelo poder. A corrupção entre a classe política brasileira é real e precisa ser investigada, no entanto o que vemos é uma tentativa de se tirar a legitimidade de um governo eleito. Há de se investigar a corrupção como um todo, em todos os partidos, e de se punir todos os culpados, mas também há de se preservar a democracia. O fato é que sem respeito ao voto popular não há democracia, dessa vez o golpe não é militar, é jurídico-midiático. Assim como no passado a mídia presta um desserviço à história e terá de prestar contas mais uma vez. Do outro lado está o poder judiciário, representado por um juiz de 1ª instância, que ovacionado pela sociedade, e no papel de herói nacional, passa por cima da própria constituição em nome do “combate à corrupção”. O fato é que nem a imprensa e nem o judiciário podem atuar como partido político, e estamos a um passo de um novo 1964: o voto de 54 milhões de pessoas está sendo jogado no lixo. É o maior ataque à democracia pós-ditadura militar.

Não havendo revisionismo político o judiciário tampouco consegue avançar. O debate em torno do golpe não aconteceu: “as elites simplesmente decidiram que “a página da história deve ser virada”. Elas estigmatizam as tentativas de se estabelecer a

verdade e a justiça como meros atos de revanchismo” (SELIGMANN, 2010, p.13). Ainda assim, em 13 de janeiro de 2010, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou um grupo de trabalho a fim de elaborar um anteprojeto de lei para a criação da Comissão Nacional da Verdade. Segundo o ex-presidente,

“conhecendo inteiramente tudo o que se passou naquela fase lamentável de nossa vida republicana o Brasil construirá dispositivos seguros e um amplo compromisso consensual – entre todos os brasileiros – para que tais violações não se repitam nunca mais” (CNV, 2014, p.20).

Dando prosseguimento ao processo aberto por Lula, em 16 de maio de 2012, a presidenta Dilma Rousseff instala a CNV e afirma que “ a verdade era merecida pelo Brasil, pelas novas gerações e, sobretudo, por aqueles que perderam parentes e amigos” (CNV, 2014, p.21).

A instauração da CNV foi acompanhada pela constituição de comissões da verdade em todo o país, entre elas a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, objeto dessa dissertação. Entre a finalidade dessas comissões está a de cooperar com a CNV e investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas em cada cidade e em cada estado em que essas comissões foram estabelecidas.

De fato, muitas foram as iniciativas da sociedade civil, principalmente aquelas lideradas por familiares de desaparecidos, para questionar os limites da lei da anistia e responsabilizar os agentes de repressão, no entanto nem mesmo a CNV conseguiu que a legislação fosse alterada, pois entre as recomendações finais consta o seguinte:

“Determinação, pelos órgãos competentes, da responsabilidade jurídica – criminal, civil e administrativa – dos agentes públicos que deram causa às graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado pela CNV, afastando-se, em relação a esses agentes, a aplicação dos dispositivos concessivos de anistia inscritos nos artigos da Lei no 6.683, de 28 de agosto de 1979, e em outras disposições constitucionais e legais” (CNV, 2014, p. 965).

Quarenta anos depois convergem razões políticas e jurídicas que concorrem para romper esse silêncio. As vítimas que foram colocadas à margem do processo puderam contar os horrores sofridos; e sem dúvidas a eleição de uma militante para o cargo maior da democracia coroou de certa forma a luta da resistência. A completa justiça pode não ter acontecido, mas o debate foi instaurado; e sabemos que mudanças culturais não se fazem da noite para o dia; todavia, o primeiro passo foi dado. A completa transição só

acontecerá quando as Forças Armadas reconhecerem sua responsabilidade pelas graves violações de direitos humanos. Há de se ter por parte dos militares um reconhecimento público nacional para que a história seja revista, inclusive nas academias militares.

“Quando os testemunhos dos sobreviventes se tornarem parte dos currículos escolares, quando arquivos forem abertos, mais memoriais debatidos e construídos, quando os tribunais forem abertos aos testemunhos dos que sofreram sob a ditadura, quando a verdade começar a se delinear e os responsáveis forem levados a pagar pelo que fizeram, aí sim teremos a nossa cultura da memória. Aí poderemos debater também de modo mais claro os limites da fala testemunhal” (SELIGMANN, 2010, p. 15).

O resgate da história sem dúvida contribui para o fortalecimento da democracia. Não é admissível que mais uma vez estejamos diante de um golpe nos mesmos formatos de 1964. A história precisa ser revista e incluída como conteúdo a ser estudado e debatido na educação básica, porque só assim formaremos cidadãos políticos e conscientes capazes de lutar contra os anseios de uma elite frustrada e uma direita golpista, que vez por outra reaparecem na história do Brasil e produzem danos irreparáveis. Só assim teremos um Estado livre, democrático e que respeite os Direitos Humanos.

Sem dúvida houve um impedimento imposto pelos poderosos que ao orquestrarem a transição da ditadura para a democracia não permitiram que seus crimes se tornassem públicos. Com base em Selligmann podemos dizer que a sociedade se comportou tal como previam os algozes: manipulada pelos meios de comunicação minimizou os efeitos da tortura, silenciou as vítimas e não deu espaço para o testemunho. Somos um povo que cultiva a amnésia coletiva, e ainda hoje temos ruas e avenidas que recebem o nome de generais e torturadores. A sociedade não se posiciona frente a esse debate, e vê com desconfiança as tentativas de estabelecimento de justiça.

Em Juiz de Fora, cidade que sediou o golpe sob o comando do então general Olímpio Mourão Filho, o silêncio incomoda. Um grupo de militantes de direitos humanos ligados a organizações políticas de esquerda e a movimentos artísticos se mobilizaram pela alteração do nome da Av. Presidente Costa e Silva para Rodolfo Troiano, um dos 61 militantes políticos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Em uma enquete proposta pelo jornal local foram ruidosos os comentários atribuindo ao militante o caráter de terrorista, tal como era citado pela mídia golpista da época.

Além dessa, outra proposta tramita na Câmara Municipal da cidade, trata-se de uma homenagem a um ex juiz, auditor militar, que foi afastado por agir com independência e não atender aos interesses da ditadura. O projeto prevê que uma rua no loteamento Bosque Imperial III, no Bairro São Pedro, receba o nome do juiz.

As iniciativas são válidas, no entanto há de se iniciar um debate na sociedade para que mudanças aconteçam de acordo com a legislação municipal. Para que se mude o nome de ruas e avenidas deve ser realizada uma consulta popular entre os moradores, mas apenas a consulta popular, sem a discussão sobre o estado de exceção que vigorou durante o período da ditadura militar no Brasil, não será suficiente para que se mude o mais importante: a memória coletiva de um povo.

Entre as recomendações da Comissão Municipal da Verdade está a substituição de nomes de logradouros e prédios públicos que homenageiam personalidades ligadas à repressão durante a ditadura militar. A comissão propõe que seja feito um levantamento dos casos que se enquadram nessa situação, e que haja, por exemplo, uma audiência pública para que a proposta seja debatida com a sociedade. Entre os casos levantados pela comissão estão a Av. Presidente Costa e Silva, no Bairro São Pedro; a Escola Estadual Presidente Costa e Silva, no Bairro Benfica; e uma estação de tratamento de águas da Cesama “Castello Branco”.

Ainda de acordo com o documento, outras iniciativas são necessárias para “reverter a passividade frente ao passado violento e arbitrário, cujas ações tiveram o município como palco” (CMV-JF, 2015, p. 207). Entre elas estão a melhor conservação de arquivos; a criação de um Memorial da ditadura civil-militar; a inclusão de conteúdo histórico nos currículos escolares; e o incentivo a novas pesquisas sobre o tema. Além disso, ao se criar futuras comissões adverte-se que recursos financeiros sejam disponibilizados para a pesquisa, haja vista que apenas boas iniciativas não garantem o desenvolvimento da pesquisa científica.

O poder simbólico de nomear ruas e avenidas em homenagens póstumas a torturadores está muito bem representado na obra de Kuscinski. Em K, um projeto de lei, formulado por um vereador de esquerda, propõe nomear as ruas de um loteamento intitulado “Vila Redentora”, situado na periferia de Niterói, com o nome de quarenta e sete desaparecidos políticos. O próprio nome do loteamento é emblemático, pois nesse caso o significado do adjetivo “redentor”, usado como um dos atributos da “Vila”, é

libertar: segundo o dicionário, “redentor” significa capaz de redimir, de libertar, de salvar.

Na narrativa, embora K estivesse cansado de tudo, decidiu participar da homenagem à filha e ao genro. Houve uma pequena cerimônia marcada pelo discurso do vereador que enalteceu os que lutaram contra a ditadura, e lembrou que a marcação das ruas tinha a orientação pedagógica de lembrar às futuras gerações a importância da democracia e dos direitos humanos. Em nome dos familiares falou uma idosa de quem K nunca esquecera a fisionomia desde o dia em que ouviu seu relato sobre o desaparecimento do filho na Cúria Metropolitana. Estavam todos emocionados. Depois espalharam-se na busca das ruas que homenageavam seus desaparecidos. K, a personagem que procurava desesperadamente a filha, pondera então, que a homenagem demorara, mas chegara.

No início da noite, todos os parentes das vítimas retornaram para a cidade. E no percurso de volta, K se pôs a observar o nome das ruas. Então pode ler as seguintes placas de ruas: Rua Fernão Dias, referência ao famoso caçador de índios e escravos fugidos; Avenida General Milton Tavares de Souza (e Viaduto General Milton Tavares –SP), referência ao criador do DOI-CODI, que dizia que valia de tudo para matar subversivos; Ponte Presidente Costa e Silva, popularmente conhecida como Ponte Rio–Niterói: um importante e imponente monumento em homenagem ao general que baixou o AI-5; e a grande avenida Getúlio Vargas, com quem K chegara a simpatizar, mas que fora um ditador. Indigna-se.

O pai em frangalhos concluiu com maestria: como é possível que não percebam esse estranho costume brasileiro de homenagear seus algozes, como se fossem heróis. “O problema, reflete K, é quando o personagem é herói para uns e vilão para outros...” (KUSCINSKI, 2014, p. 163)

Situações como essas compõem a memória coletiva da ditadura no nosso país: grandes avenidas prestam homenagens a torturadores, e ruas em pequenos condomínios começam a ser cogitadas para lembrar os militantes vítimas da ditadura militar. Assim é na ficção e na vida real. A ficção ilustra o caso juizdeforano: existe a intenção de se prestar homenagem a um militante que lutou contra a ditadura militar dando o seu nome a uma rua, num condomínio fechado, onde há pouco trânsito de pessoas. A cidade que sediou as tropas responsáveis pela destituição de Goulart ainda luta contra seus fantasmas, preferindo deixá-los adormecidos, e quando muito escondidos, do que se

levantar para enfrentá-los. O silêncio de Juiz de Fora mostra o quanto a sociedade ainda está aprisionada. É preciso que o assunto seja levado à exaustão para que o traumático comece a ser elaborado. Embora trate-se de uma longa trajetória.

Testemunho e a ficção

Entre as tarefas primordiais da Comissão da Verdade estão: acabar, do ponto de vista social, com o apagamento das atrocidades cometidas; criar uma memória coletiva que restaure a dignidade das vítimas; reconhecer formalmente os abusos do regime militar; e educar a população sobre a realidade. Os testemunhos dos sobreviventes, que por tanto tempo se calaram, representa um avanço para a história do Brasil, pois sem dúvida alguma, apenas o testemunho é capaz de trabalhar o imaginário social. Foi baseado no testemunho que ouviu de seu pai, e em sua própria história como militante e como irmão de uma desaparecida política, Ana Rosa Kuscinski, que Bernardo Kuscinski resolveu quebrar o silêncio.

A sede de justiça foi o que motivou as buscas de Majer Kuscinski, pai do autor. No início era o desejo de encontrar a filha viva que fazia com que o pai não temesse mal algum, mas com o passar do tempo a realidade se impôs dura e cruel, e o desejo de encontrá-la viva cedeu lugar à necessidade de encontrar ao menos o seu corpo e dar à filha a lápide que preservaria sua memória.

Fazer justiça em estado de exceção é andar na contramão. Não foram poucos os obstáculos pelo quais K passou; e após onze dias do desaparecimento da filha, ele procurou por notícias suas na USP, onde ela era professora no instituto de química. Foi então persuadido pelas amigas a não procurar as autoridades universitárias. Era a primeira vez que se viu refém de um sistema cruel: “O Estado não tem rosto nem sentimentos, é opaco e perverso” (KUSCINSKI, 2014, p. 16). Não havia nada que podia ser feito porque no caso de prisões por motivações políticas os tribunais estavam proibidos de aceitar habeas corpus, e o próprio delegado o aconselhou a esperar e não mais falar em política.

Todo sobrevivente trás em si as marcas do que um dia foi um sofrimento insuportável, e os anseios por justiça o acompanham por toda a vida. De acordo Seligmann não há como proceder ao trabalho do luto enquanto os agentes da repressão continuarem negando seus crimes. No Brasil, mesmo com as tentativas das Comissões

da Verdade que preveem um trabalho contra o esquecimento imposto, há vítimas que não revelaram a verdade e sua história ainda reina no território dos silêncios. Ainda é tímida a reação da sociedade para a emergência de um trabalho de memória que realmente mude a memória coletiva construída pelos donos do poder. Enquanto a vítima não encontrar na sociedade o apoio necessário para ser ouvida, não haverá a elaboração do trauma social no qual estamos imersos.

Na ficção, o silêncio também incomoda. Quarenta anos depois da tragédia que envolveu a família, K recebe uma citação com o timbre e assinatura de um general do Exército e pensa se tratar do desaparecimento da filha. No entanto, a citação refere-se a um falso general que o chantageou em troca de informações sobre Ana Rosa. Mesmo sabendo que nada podia esperar da justiça militar, K recupera um fio de esperança porque pensa que o caso da filha seria enfim reconhecido.

No julgamento ficou claro que o militar estava sendo julgado não porque extorquiria K, mas porque colocara as forças armadas em má situação quando afirmara ter visto Ana Rosa. Durante o interrogatório, admite nunca ter visto a moça presa e que inventara tudo. É emitida então a sentença que confirma as deduções de K:

“O réu, sargento Valério, é condenado à perda da patente e um ano de reclusão, ao final da qual será expulso do exército, por ultrajar as forças armadas ao propalar com objetivos criminosos a falsa informação de que civis estiveram detidos em dependências militares” (KUSCINSKI, 2014, p. 149).

Diante da sentença K revolta-se e dirige-se aos militares presentes questionando e solicitando informações sobre a filha, mas a única resposta que consegue é a mesma que ecoa por anos, ou seja, a de que nenhum civil esteve detido em dependências militares. Compelido por dois soldados K deixa a sala.

Esse episódio marca o que Seligmann chama de negacionismo, que seria o ato do genocida de negar os crimes praticados e apagar as provas contra ele. Mesmo depois da redemocratização, os agentes da repressão continuam atuantes e tentam de toda forma desconstruir e desqualificar o trabalho das comissões da verdade.

Vejamos alguns conceitos desenvolvidos por Seligmann em sua obra que se relacionam com a teoria do testemunho e encontram respaldo na obra de Kuscinski. Em “Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas”, Selligman cita os estudos de Doris Laub e fragmentos da obra “É isto um homem?” de Primo Levi,

sobrevivente de Auschwitz, para desenvolver o conceito da impossibilidade do testemunho. Ambos afirmam que aqueles que conseguiram testemunhar foram os que se colocaram a certa distância do evento traumático. Para Levi não se pode afirmar que não existiu o testemunho, mas este foi parcial e limitado. Já Doris Laub destacou a impossibilidade daquele que esteve no Lager de “ter condições de se afastar de um evento tão contaminante para poder gerar um testemunho lúcido e íntegro” (SELIGMANN, 2008, p. 67).

“a história do *Lager* foi escrita quase exclusivamente por aqueles que, como eu próprio, não tatearam seu fundo. Quem o fez não voltou, ou então sua capacidade de observação ficou paralisada pelo sofrimento e pela incompreensão” (SELIGMANN, 2008, p. 68 apud LEVI, 1990, p.5).

K tentou por várias vezes testemunhar. No início de sua busca, a necessidade de contar o que acontecera vinha acompanhado da esperança de encontrar entre os ouvintes alguém que pudesse ajudá-lo, e, nesse sentido, abordava fregueses na loja, vizinhos e até desconhecidos. A todos contava a história da filha, mas muitos disfarçavam logo no início porque não queriam se comprometer.

Diante da falta de notícias da filha, K resolve participar de uma reunião de familiares de desaparecidos que aconteceria na Cúria Metropolitana. Ele, que nunca entrara num templo católico, estava ali, diante do arcebispo, contando a história da filha. A reunião varava a noite, todos queriam falar, testemunhar, contar sua história na esperança de que a partir dos relatos alguma lógica pusesse fim ao desespero das famílias. No entanto, a única característica comum a todos os desaparecidos era que todos sumiam sem deixar vestígios.

O tempo passava e a esperança de encontrar a filha se esvaía, e não tinha mais a quem procurar nem a quem falar. Então, outro ciclo se inicia: ele resolve eternizar a memória da filha. No início pensou em registrar, ainda que sob a forma de diário, seus contatos, suas buscas; no entanto nada escreveu. Pensava em retomar seu ofício de escritor, dessa vez para lidar com seu próprio infortúnio. Chegou a escrever alguns episódios, mas ao reuni-los em uma narrativa algo faltava, não conseguia expressar sua desgraça na semântica das palavras, por mais minuciosa que fosse a escolha. “Ele, poeta premiado da língua iídiche, não alcançava pela palavra a transcendência almejada” (KUSCINSKI, 2014, p. 135). Trata-se aqui da impossibilidade do testemunho tal qual analisado por Levi (1998), citado acima, pois diante de uma visão parcial e limitada o

testemunho não acontece. “Pela primeira vez, então, nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem” (LEVI, 1998, p. 32).

Aos poucos K percebeu que a limitação não era linguística e sim moral, pois se dá conta de que estava errado ao querer fazer da tragédia da filha objeto de criação literária. Além disso, sente-se culpado, pois considera que foi devido à sua dedicação à literatura ídiche que não percebera o que acontecia com a filha. Naquela noite, jurou não mais escrever em ídiche: queria relatar às netas tudo o que havia acontecido. Escreveu então sua primeira carta às netas em hebraico. “Assim não era mais o escritor renomado a fazer literatura com a desgraça da filha, era o avô legando para os netos o registro de uma tragédia familiar” (KUSCINSKI, 2014, p. 137).

Distanciado da cena traumática por mais de quarenta anos Bernardo, irmão de Ana Rosa, consegue escrever o testemunho da família Kuscinski. A distância no tempo soma-se a distância instaurada na própria narrativa pelo narrador, já que este escreve à partir da visão do pai. Embora estivesse envolvido na história, ele, narrador, aparece apenas uma vez como personagem secundário. A obra toda se desenvolve a partir das memórias de Majer Kuscinski que tentou escrever a história de sua filha, mas que, devido ao seu envolvimento no evento traumático, não conseguiu colocar em palavras tudo aquilo por que passara enquanto empunhava cartazes e em voz alta incomodava a ditadura.

De acordo com as postulações de Seligmann (2008), há no sobrevivente a necessidade de narrar o trauma. Veremos no último capítulo histórias de mulheres que romperam o silêncio e contaram à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora como vivenciaram esses anos em que tiveram que lidar com esse apagamento de suas histórias.

“Eu dizia que escrevo por necessidade. Considero que a escrita “trata”. Me explico: além do trivial caseiro do desassossego que a move e a faz criar um mundo onde encontramos um novo equilíbrio, a escrita tem um poder de tratamento em relação àquilo que chamo de marcas-ferida” (ROLNIK, 1993, p.10).

A autora da citação acima é uma sobrevivente da ditadura militar brasileira e, em sua tese de doutorado, que mais tarde foi publicada, a autora conta que a escrita foi uma etapa fundamental na elaboração do trauma sofrido na ditadura militar. Nesse livro,

“Cartografia Sentimental”, Suely Rolnik conta a experiência vivida na ditadura militar brasileira, dezessete anos antes. Segundo ela, “a escrita, enquanto instrumento do pensamento, tem o poder de penetrar nestas marcas, anular seu veneno, e nos fazer recuperar nossa potência” (ROLNIK, 1993, p. 10).

Podemos considerar que já avançamos muito no que tange o resgate da memória desse momento trágico de nossa história. No entanto, ainda é longa a estrada que temos que percorrer até que realmente aconteça o revisionismo em nossa história local e nacional, para que possamos olhar para o passado e extrair dele a cultura da memória necessária para a construção da nossa identidade nacional, que nunca mais coloque em risco nossa democracia.

4. A ESCRITURA DO CORPO

4.1 NARRATIVAS DO CORPO: A DIMENSÃO PSÍQUICA DA DOR DOS TORTURADOS

“Já sofri a dor indizível da tortura, a dor aflitiva da doença e agora sofro a dor inominável da injustiça.” Dilma Rouseff

Dilma Rouseff em pronunciamento à nação após o processo de impeachment ser aprovado em sua primeira fase comparou a dor da injustiça que sofria naquele momento com as dores da tortura, segundo ela a dor da tortura é indizível, isto é, não se pode narrar. Essa afirmação da presidenta eleita retoma Primo Levi, sobrevivente de Auschwitz, em “É isto um homem?”: “Pela primeira vez, então, nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem” (LEVI, 1998, p. 32). Ao falar da injustiça, a então presidenta afastada, usou a palavra inominável, aquilo que não se pode definir por ser revoltante. Na verdade, a tortura é uma injustiça inexprimível e repugnante que visa a total degradação do ser humano.

Na primeira fase do processo de impeachment durante a votação na câmara dos deputados mais uma vez a sociedade brasileira se chocou com a memória da tortura, o deputado federal pelo Rio de Janeiro, Jair Messias Bolsonaro, fiel defensor do regime militar, ao justificar seu voto tentou macular a memória de luta e resistência de Dilma fazendo referência a um dos mais cruéis torturadores da ditadura. Jair Bolsonaro dedicou seu voto a favor do impedimento ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

"Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rouseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim." Jair Bolsonaro

O militar a quem o deputado se refere foi chefe do DOI-CODI entre 1970 e 1974 e apontado pela Comissão Nacional da Verdade como um dos mais temíveis torturadores. Ustra torturou Dilma e é acusado pela morte de aproximadamente 60

pessoas e pela tortura de outras 500. Em 2008, tornou-se o primeiro militar a ser reconhecido pela Justiça, como torturador durante a ditadura no caso da militante do Partido Comunista Brasileiro, Maria Amélia Peres.

Carlos Alberto Brilhante Ustra desperta na sociedade brasileira nojo e repugnância, após o anúncio do voto de Bolsonaro pela admissibilidade do processo de impeachment e as homenagens envolvendo o torturador, diversos setores da sociedade se manifestaram e cobraram uma posição da câmara dos deputados em relação à conduta do parlamentar. Bolsonaro foi acusado pelo Partido Verde de apologia à tortura e pode ter seu mandato caçado por quebra de decoro. Sua declaração representou uma grave ofensa contra a democracia, os direitos humanos e as vítimas e famílias de mortos e desaparecidos durante a ditadura militar.

Há, portanto, que se fazer algumas ressalvas sobre a tortura e seu impacto na sociedade: nem sempre as reações são de enfrentamento, exceto quando o assunto é levado à exaustão pela mídia e pelas redes sociais. Na maior parte dos casos ao invés do debate há silenciamento e o processo é estancado. É nesse momento que “a tortura se reinstala no corpo do torturado, como um grito silencioso que não pode mais ser suportado” (SANTANDER, 2010, p. 17). A vítima precisa conviver ao mesmo tempo com a dor e a indiferença. O Brasil é o único país da América do Sul que não puniu os torturadores haja vista a resistência de diversos setores da sociedade em discutir a lei da anistia. Isso mostra que ainda hoje há uma disputa de memória entre torturador e o torturado. Portanto, a tortura não é um processo acabado, pois a vítima além de lidar com as marcas deixadas pela repressão ainda precisa conviver com a injustiça que se configura como uma tortura a mais nesse processo supliciado que é a busca por direito. “Assim as violências reinam no território dos silêncios” (SANTANDER, 2010, p.18).

Este capítulo aborda os sofrimentos e suplícios infligidos ao corpo pela tortura, e suas representações. Partiremos da análise do romance “K.” e de dois contos do livro “Você vai voltar pra mim e outros contos”, de Bernardo Kuscinski, associados às histórias de vida de militantes torturados para compreendermos o lugar do corpo frente à possibilidade de representação. As histórias tratam de experiências limites, morte violenta, dor e sofrimento que fazem parte do repertório do regime de exceção que assolou o país.

Considerando que nosso discurso de desenvolverá em torno do corpo torturado, é indispensável elucidarmos esses dois termos que compõem o enunciado: corpo e

tortura. A definição de corpo torturado que tomaremos como referência faz parte do livro “O corpo torturado”, organizado por Ivete Keil e Marcia Tiburi. No prefácio da obra Maria Rita Kehl parte de uma pergunta aparentemente simples, mas que traz consigo uma complexidade quando associada aos casos de tortura. Num esforço para não separar corpo e sujeito, partindo da premissa de que o homem é o seu corpo, KEHL (2004) faz algumas considerações a cerca da noção de corpo. Corpo seria a sede vida, organismo pelo qual o indivíduo se legitima. Todavia, mesmo um corpo doente, deformado no qual o indivíduo não mais se reconheça continua sendo corpo. Assim, um corpo ferido, torturado ainda é corpo. Um corpo morto é um corpo, ainda que nele a vida tenha se esvaído. Não se trata de “meu corpo” e sim de “eu corpo”.

Diante da tortura o corpo é roubado de seu controle, não pertence mais a si e transforma-se em objeto de gozo maligno nas mãos poderosas de outro corpo, mas mesmo um corpo torturado continua sendo corpo. Ainda segundo a autora, a tortura recria o dualismo corpo/mente, isso acontece porque o ao ser entregue à crueldade do outro, o corpo é separado do sujeito. “Sob tortura, o corpo fica tão assujeitado que é como se a “alma” – isso que no corpo pensa, simboliza, ultrapassa os limites da carne pela via das representações – ficasse separada dele” (KEHL, 2014, p. 11).

De acordo com KEHL (2014), o limite da relação homem/corpo se dá pela via da linguagem em mais um dualismo grito/silêncio. Perante a tortura a fala que representa o sujeito deixa de lhe pertencer, o torturador tenta arrancar da vítima aquilo que ele quer ouvir e não o que ela tem a dizer. Assim nessa relação corpo e linguagem, o grito involuntário e o urro de dor não são a expressão do sujeito, mas são, todavia, a pura extensão da carne machucada e dos nervos em frangalhos. Nesse contexto, a última expressão de domínio de si é o silêncio, “se o objetivo da tortura é “destruir a articulação primária entre o corpo e a linguagem”, a única resistência possível é o silêncio absoluto” (KEHL, 2014, p.12).

Portanto, conforme KEHL(2014), o intento da tortura é destruir a articulação corpo e linguagem, nesse sentido o silêncio é o ultimo recurso do corpo torturado, talvez a única forma de resistir. “O silêncio é a escolha de quem não tem mais escolha nenhuma; e como escolha, é o último reduto (ético) da humanidade desse homem/corpo despojado de todos os outros avatares da condição humana” (KEHL, 2014, p.11-12).

O absurdo dessa relação torturado e torturador nos faz retomar o que foi levantado como questão inicial deste capítulo, a reação da sociedade diante da tortura. A

tortura existe porque a sociedade a admite pois, de acordo com KEIL (2014), a tortura é encenada a três: o poder que tortura, o torturado e a sociedade. Essa prática atroz e cruel só consegue prevalecer entre os povos porque há respaldo da sociedade, direta ou indiretamente. O que está em jogo é o poder do Estado, que tem como objetivo fazer crer sua legitimidade, tornando a sociedade co-participante de suas ações, assim cada indivíduo passa a ser o próprio torturador. O controle da sociedade se manifesta no corpo do torturado, a imposição do poder pelo torturador instaura um estado de medo. Não está em jogo aqui o controle da sociedade por meio da consciência ou da ideologia; não há conscientização. O que há é imposição pela força e pelo medo. “A tortura, portanto, produz tensão entre o dentro e o fora, a cultura interiorizada e a cultura imposta pelo poder do torturador” (KEIL, 2014, p.60)

Ademais a tortura é “humana”, por mais desumana que ela seja, pois para que ela exista há de existir quem se preste a torturar um semelhante, que mesmo diante de diferenças continua sendo um semelhante.

De acordo com KEIL (2014), o silêncio produzido pela tortura foi assinado com dor, sofrimento e sangue. O torturador segundo ela é uma figura maligna, sendo pois a tortura “uma narrativa da maldade humana, da vivencia do terror, mas é também uma narrativa de decepção e da perda que sofre o torturado de pertencimento com a humanidade”(KEIL, 2014,p.58). Na cena da tortura, o torturador penetra o mal pelas entranhas do torturado, que se vê incapaz de reagir à carga pesada desse mal.

Nesse sentido, ainda segundo a autora, o corpo diante da tortura torna-se objeto porque há uma ruptura do sujeito com os outros e consigo mesmo. Podemos considerar que após a tortura inaugura-se no torturado um novo estar no mundo, sempre ligado à brutalidade da experiência a que foi submetido. A tortura é um dos acontecimentos mais terríveis que o sujeito guarda dentro de si, e o torturador, por mais que o tempo passe, permanecerá interiorizado no torturado, “O torturador penetra no corpo do torturado, entranha, interiorizando-se. Razão pela qual a tortura continua atualizando sempre e sempre mais o corpo torturado” (KEIL, 2014, p.59).

Outra especificidade da tortura citada por SANTANDER (2010) é o tempo. Segundo o autor, o torturador tem todo o tempo que achar necessário para destroçar o corpo do torturado, para fazê-lo abdicar de sua autonomia, para fazer emergir a vergonha onde antes havia orgulho, de fazer jorrar o medo onde antes havia coragem. “O torturador avisa: eu tenho a eternidade, você a espera” (SANTANDER, 2010, p. 20).

Dando continuidade aos estudos de SANTANDER (2010), o que o torturador espera é que o torturado levado ao limite de suas forças, convencido de que a tortura não vai cessar enquanto ele não disser o que sabe, acabe fazendo o jogo da repressão. O propósito do torturador é levar o torturado a crer que o fim da tortura depende dele, é ele quem tem nas mãos a salvação do seu próprio corpo o qual estaria sob sua inteira responsabilidade. Enfim, só ele poderia fazer cessar sua própria dor, assim o torturador sai do papel de agente: ele não seria mais que uma peça ativada pela vontade do torturado. Trata-se da tentativa de auto-responsabilização, e, nas palavras da autora, é o cinismo levado às últimas consequências.

Diante do horror que parece não passar, da dor indizível e da destituição do corpo torturado, podemos dizer baseado em SANTANDER (2010) que para aquele que foi exposto ao limite da violência a linguagem se impõe como tarefa. A autora cita Georges Vigarello que observou que as marcas do corpo são diferentes das marcas da alma e do psiquismo: as marcas do corpo, por pior que possam parecer, podem desaparecer ou cicatrizar; já o psiquismo não as absorve, ao contrário, as aloja em lugares que só a linguagem, e em alguns casos nem a linguagem, pode dar a ver. Podemos dizer que as marcas do corpo quanto mais associadas forem à humilhação e à crueldade mais tenderão a resistir à ação do tempo. A linguagem nesses casos é uma necessidade.

“A escuta analítica desvela o que ainda é inaudível àquilo que, muitas vezes, o analisando ainda não pode dizer a si, não pode escutar de si. Uma proibição que envergonha e maltrata o ego e que permanece ferindo e fazendo estragos” (SANTANDER, 2010, p 18).

Dentro das discussões a cerca do corpo torturado, partiremos das narrativas de Kuscinski: do romance, objeto dessa dissertação, e dois contos do livro “Você vai voltar pra mim e outros contos”. Paralelamente, analisaremos fragmentos dos depoimentos das vítimas da ditadura militar no Brasil que constam na Comissão Nacional da Verdade. Em “K.”, a representação da tortura não se faz de forma explícita entretanto, há imagens ao longo da obra que nos levam a crer que nos porões da ditadura a tortura era uma política de Estado.

No episódio que envolve a queda do abrigo onde estavam Ana Rosa e Wilson, o autor apresenta uma das formas de ação do aparato repressivo: as armadilhas para queda

de pontos⁹ mediante delação. Os agentes do Estado empregaram sistematicamente a tortura para obtenção de informações; muitos não resistiam e entregavam os companheiros. Foi o que aconteceu no apartamento onde vivem Ana Rosa e Wilson. Há um delator entre eles, um traidor ou um companheiro, que sob tortura não resistiu e entregou alguma informação. Diante disso, os militares armaram um cerco, uma armadilha na praça, e conseguiram capturar o coordenador de área. Nesses casos, no entendimento de seus companheiros, não havia tempo para mensurar o que o outro sabia ou não sabia, e, de acordo com os manuais de instruções devia-se adotar a pior hipótese, ou seja, a de que o outro tudo sabia e que mediante tortura entregaria tudo. A saída seria aceitar a derrota e suspender a luta, no entanto o casal não age com lucidez, talvez por culpa pelos companheiros que abriram mão da própria vida pela luta, talvez por solidariedade pelos que ainda persistem. Naquele momento Wilson e Ana Rosa não avaliam o perigo a que estavam expostos, não avaliam o risco de continuar. Juntam alguns documentos, objetos pessoais e uma cápsula de cianureto que usariam caso fossem pegos. Juraram entre si não se deixarem capturar vivos para não entregar companheiros, ainda que sob tortura.

Ampliando a leitura deste capítulo faremos uma análise em torno da tortura. Na medida em que os interrogatórios e as sessões de tortura iam dando resultados, os militares desmantelavam as organizações às quais pertenciam os militantes presos. Foi o que aconteceu no caso da prisão do coordenador de área onde estavam Ana Rosa e Wilson. O que nos chama atenção aqui é a expressão “entregar amigos sob tortura”. Os torturadores pressupunham que o castigo corporal, a evasão do corpo era um recurso eficiente, e, foram muitas as estratégias usadas pela repressão para fazer com que o preso entregasse tudo o que sabia. Há casos em que eram usadas inclusive as crianças, filhos de presos políticos, como ameaça para que falassem, como é o caso citado por Leonora, amante de Fleury na ficção.

“Um dia eu estava lendo jornal e falei de um artista que chegou a ser preso pelos militares e escrevia canções para crianças. E ele falou esse aí é um belo filho da puta, não precisei nem acender o cigarro, só falei em buscar o filho dele e o cara entregou mais de cinquenta, entregou quem era e quem não era. Foi a única vez que admitiu que torturava, isso de acender um cigarro, buscar um filho, onde já se viu?” (KUSCINSKI, 2014, p. 109).

⁹ Pontos eram locais combinados para encontros entre os militantes.

Muitos não resistiam, e, sob tortura falavam. Foi assim que a ditadura, um regime legitimado pela violência, e que considerava a tortura um método necessário, conseguiu êxito:

“o próprio Geisel legitimaria a violência quando, em depoimento concedido a historiadores sobre sua trajetória no regime autoritário de 64, admitiu considerar a tortura necessária em determinados casos: Há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior” (CNV, 2014, p. 133).

Como se os fins justificassem os meios, a tortura tornou-se uma política de Estado, era praticada nas mais diversas formas e muitas vezes em sequências. Choque elétrico, cadeira do dragão, palmatória, afogamento, corredor polonês, soro da verdade, injeção de éter, sufocamento, enforcamento, espancamento, geladeira, utilização de animais, inclusive introduzindo-os em alguma parte do corpo, aborto, estupramento, entre outras atrocidades, faziam parte do arsenal doentio das torturas que compunham o aparelho repressivo.

Faremos uma pequena exposição das modalidades de tortura utilizadas a fim de demonstrar seu impacto no corpo do torturado. As sessões intensas de tortura visavam à destruição física e psicológica do torturado. Por isso, a primeira ação dos torturadores é despír a vítima, pois ao tirar-lhe a roupa a pessoa fica totalmente exposta e desvalida na presença dos torturadores. O desnudamento é a primeira forma de desarticulação e de vulnerabilidade a que o torturado é submetido. Trata-se de um choque. Nesse momento, é como se o corpo estivesse totalmente entregue e que o controle não mais estivesse nas mãos da vítima.

Sem a pretensão de esgotar aqui todos os métodos de tortura, faremos um breve levantamento das torturas mais utilizadas pelos militares brasileiros utilizando como referencial o relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Começamos pelo que, na visão dos torturadores, trata-se de uma tortura leve, mas que pode inclusive levar à morte. Na maioria dos testemunhos envolvendo tortura há a aplicação de choques elétricos em várias partes do corpo, preferencialmente no pênis, no ânus e na vagina. O choque queima as partes íntimas e sensíveis, provoca convulsões, micro-hemorragias no cérebro e podem levar à morte os portadores de doenças cardíacas. A fim de intensificar a aplicação dos choques elétricos, os torturadores usavam a “cadeira do dragão”, uma poltrona de madeira revestida de zinco onde o torturado sentava nu com os pulsos e as pernas amarradas e um capacete elétrico. Nessa cadeira os choques eram intensificados

com água pelo corpo que aumentava a capacidade de descarga elétrica. Além disso, o torturado era obrigado a comer sal para agravar o choque, provocar sede e fazer arder a língua cortada pelos dentes. Tudo isso associado a pancadas e chutes. José Carlos Zanetti, em depoimento à CNV, classifica o choque elétrico como a pior tortura que existe,

“Torturas terríveis mesmo, principalmente o choque elétrico, que é a pior coisa que existe. Tudo era mais suportável, mas o choque elétrico... E vou falar uma coisa que me ocorreu muitos anos depois, que é o sadismo dos torturadores. [...] eles pegavam as partes mais sensíveis do corpo, que são as partes mais erógenas, mais sensíveis às relações amorosas, mais nervosas. Que são o pênis, os lábios, as partes mais sensíveis. É uma tragédia humana. Como é que as partes mais sensíveis, pessoais, íntimas, são também as partes que os algozes, os torturadores... Não sei como esses caras conseguem viver e dormir” (CNV, 2014, p. 403).

É nesse espetáculo sub-humano que se impõe ao corpo o ápice do sofrimento: a vítima sente-se só, acuada e indefesa, e, no corpo destroçado a dignidade é arrancada. De modo semelhante aos choques elétricos, as vítimas são expostas a outros tipos de tortura. Falaremos agora sobre o afogamento, método que consiste numa combinação de água com querosene e amoníaco. Em alguns casos, essa mistura é introduzida pelo nariz da vítima, pendurada de cabeça para baixo; em outros, a cabeça da vítima é mergulhada num tanque com o composto. Outra modalidade é a sessão de caratê ou corredor polonês. Nesse corredor o preso nu é agredido por vários torturadores com socos, pontapés, pedaços de pau, cassetetes, mangueiras de borracha e vergalho de boi. Merece destaque também a geladeira, pequeno cômodo onde se alternava o frio intenso e o calor excessivo, associado a sons de gritos, buzinas e outros em altíssimo volume. Neste caso, a vítima permanece despida por horas e até mesmo dias.

Símbolo da prática de tortura, não podemos deixar de mencionar o pau de arara, um dos métodos mais utilizados durante a ditadura. Nessa modalidade o preso fica suspenso por um travessão de madeira com os braços e pés atados, e os torturadores o submetem a outros tipos de tortura, tais como: choques, palmatórias, afogamento, sevícias sexuais, e aplicação de animais. Como exemplo, citamos o depoimento de Lúcia Murat, cineasta brasileira, presa e torturada nos porões da ditadura militar.

“Eu não sei bem o que se passou quando eu voltei. As lembranças são confusas. Eu não sei muito bem como era possível, mas eu sei que tudo ficou pior. Eles estavam histéricos, eles sabiam que precisavam extrair alguma coisa em 48 horas, se não perderiam o meu contato. Gritavam, me xingavam, me puseram de novo no pau de arara. Mais espancamento, mais choque, mais

água e dessa vez entraram as baratas. Puseram baratas passeando pelo meu corpo, colocaram uma barata na minha vagina. Hoje parece loucura, mas um dos torturadores, de nome de guerra Gugu, tinha uma caixa onde ele guardava as baratas amarradas por barbantes e através do barbante ele conseguia manipular as baratas pelo meu corpo” (CNV, 2014, p.374).

Os torturadores chegaram ao cúmulo da violência, servindo-se de animais com o propósito de obter informações do torturado. Essa foi uma das modalidades mais cruéis de tortura do aparelho repressivo: eram enxertados nos órgãos genitais dos presos políticos variados tipos de animais, como ratos, baratas e camundongos. O grau de crueldade é tão grande que no caso dos camundongos, de acordo com o torturador Lourival Gaeta, em depoimento a CNV, eles eram introduzidos nos corpos das suas vítimas com o argumento de que este animal não sabe andar para trás.

A vulnerabilidade do corpo perante o torturador durante a ditadura militar brasileira chegou ao ponto máximo de crueldade. Um caso que chama muita atenção pela extrema violência física é o caso de Cristina Moraes Almeida que teve a perna estraçalhada por uma furadeira. A nós nos impressiona e choca a extrema crueldade e sadismo que se manifestam no elevado grau de selvageria que envolve o ato. O cenário é desumano. Vejamos parte do depoimento de Cristina:

“O Tibiriçá repetiu: “Tira a calça. Esqueceu que não pode vir de calça em uma repartição pública?” Aos berros. Eu: “Não vou tirar a calça para nada. Estou quebrada, com dor”. [...] ele puxou a perna rasgando minha calça, acabando de rasgar minha calça. [Encapuzados] pegam uma furadeira, que me furou daqui até aqui. Com uma furadeira. Elétrica. Furadeira. Eu não vi mais nada” (CNV, 2014, p. 421).

A tortura sexual merece destaque, principalmente quando as vítimas eram mulheres, porque além da tortura convencional ainda eram submetidas a relações sexuais forçadas e tinham seus corpos como objeto nas mãos dos torturadores. A violência sexual era usada como instrumento de poder e dominação numa busca constante de anular a dignidade das vítimas. As mulheres presas eram chamadas de prostitutas, adúlteras e desvirtuadas, e, portanto, merecedoras de violação, discurso que ainda hoje ecoa em nossa sociedade machista e sexista. Sua posição de luta e resistência incomodava os agentes da repressão que se outorgavam o direito de puni-las exercendo o poder a força. De acordo com o relatório final da CNV, nas narrativas das mulheres aparecem de forma sistêmica relatos de humilhações e maus-tratos: “acompanhados de referências explícitas ao fato de que haviam se afastado de seus “lugares de esposa e

mãe”, e ousado participar do mundo político, tradicionalmente entendido como masculino” (CNV, 2014, p. 404).

Em geral, conforme já dissermos, a violação do corpo da vítima começa com a nudez: “o desnudamento forçado era regra: acontecia em praticamente todas as ocasiões que um perseguido político ingressava em um órgão da estrutura da repressão” (CNV, 2014, p. 421). A nudez por si só já é uma violência sexual. Nela, o medo, a vergonha e a angústia cooperam para a desconstrução da identidade da vítima que a todo momento se vê diante de uma eminente ameaça de estupro.

Outra modalidade de tortura que envolve dois corpos, e nesse caso a tortura psicológica tem efeitos mais profundos do que a tortura física, é a ameaça de estupro e o estupro em si de mulheres e filhas de militantes. Em alguns casos, os militares levavam o preso para uma sala vizinha à sala onde a mulher era estuprada, e, diante de choros e pedidos de socorro, por parte da mulher, o preso era forçado a falar o que sabia. Em outros casos, parceiros eram torturados junto com suas esposas que eram simultaneamente violadas em sua presença, como é o caso do desaparecido João da Silva Rocha, relatado por Eliete Lisboa Martella:

“João Leonardo estava bem fora de si porque violentaram a mulher dele lá naquela sala que me despiram, ele ficou no pau de arara com bastão elétrico no ânus e violentaram a mulher dele, que era professora de inglês [...] Violentaram na frente dele, ele ficou bulido da ideia” (CNV, 2014, p. 404).

Lúcia Murat, em seu depoimento à CNV, relata as circunstâncias em que foi violentada. A cineasta brasileira descreve o mecanismo usado pelos torturadores para que ela não pudesse sequer reagir, e, em vista disso, ela não tem outra escolha senão sofrer a violência sexual. É preciso reforçar que violência sexual é qualquer ato sexual indesejado, ou tentativa de ato sexual, assim como quaisquer outros contatos de natureza sexual contra a vontade do outro.

“Foi nesse quadro, na volta, que o próprio Nagib fez o que ele chamava de “tortura sexual científica”. Eu ficava nua, com o capuz na cabeça, uma corda enrolada no pescoço, passando pelas costas até as mãos, que estavam amarradas atrás da cintura. Enquanto o torturador ficava mexendo nos meus seios, na minha vagina, penetrando com o dedo na vagina, eu ficava impossibilitada de me defender, pois, se eu movimentasse os meus braços para me proteger, eu me enforcava e, instintivamente, eu voltava atrás” (CNV, 2014, p. 406).

Um caso que não podemos deixar de mencionar quando o assunto é violência sexual é o da militante Inês Etienne Romeu, presa em 1971, aos 29 anos. Ela foi símbolo da resistência contra a tortura. Inês foi a única sobrevivente da Casa da Morte de Petrópolis e através dela esse aparelho clandestino de tortura foi descoberto. Ela recebeu o Prêmio de Direitos Humanos, na categoria "Direito à Memória e à Verdade".

“Espancaram-me no rosto até eu ficar desfigurada. [...] O ‘Márcio’ invadia minha cela para ‘examinar’ meu ânus e verificar se o ‘Camarão’ havia praticado sodomia comigo. Esse mesmo ‘Márcio’ obrigou-me a segurar seu pênis, enquanto se contorcia obscenamente. Durante esse período fui estuprada duas vezes pelo ‘Camarão’ e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades, os mais grosseiros [...]” (TELES, 2015, p.505).

Os depoimentos dos sobreviventes desvelam o nível de degeneração dos agentes do estado: cidadãos conservadores que mantinham família, defensores da moral e dos bons costumes, e, que concomitantemente, mantinham relações sexuais forçadas com mulheres objeto dos seus mais sádicos fetiches sexuais. Os torturadores não respeitam sequer mulheres grávidas e crianças; segundo eles, filhos de comunista tinham que morrer, e, muitos abortos foram forçados nos porões da ditadura. Vejamos o relato de Isabel Fávero em depoimento à CNV,

“Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um karma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta”, enfim, eu não me lembro bem se no terceiro, no quarto dia, eu entrei em processo de aborto, eu estava grávida de dois meses, então, eu sangrava muito, eu não tinha como me proteger, eu usava papel higiênico, e já tinha mal cheiro, eu estava suja, e eu acho que, eu acho não eu tenho quase certeza que eu não fui estuprada, porque era constantemente ameaçada, porque eles tinham nojo de mim” (CNV, 2014, p.).

Anos se passaram desde então, e, no entanto, o trauma vivenciado até mesmo por crianças acompanham as vítimas pelo resto de suas vidas, como foi o caso de Carlos Alexandre Azevedo, torturado com apenas um ano e oito meses de vida pela equipe de Fleury. Carlos não superou a violência sofrida e deu fim a sua vida já adulto com uma overdose de medicamentos.

“Com apenas um ano e oito meses de vida, ele foi preso e torturado, em 14 de janeiro de 1974, no Dops paulista, pela “equipe” do delegado Sérgio Fleury, onde se encontrava preso com sua mãe. Na mesma data, eu já estava preso no

mesmo local. Cacá, como carinhosamente o chamávamos, foi levado depois a São Bernardo do Campo, onde, em plena madrugada, os policiais derrubaram a porta e o jogaram no chão, tendo machucado a cabeça. Nunca mais se recuperou. Como acontece com os crimes da ditadura de 1964-1985, o crime ficou impune. O suicídio é o limite de sua angústia” (CNV, 2014, p.423).

Esses são apenas alguns exemplos da crueldade e sadismo dos torturadores, devendo-se registrar que outros procedimentos eram utilizados para além dos que aqui foram apresentados. Nossa intenção foi a de evidenciar a vulnerabilidade do corpo diante da tortura. Infelizmente, não podemos, devido aos limites da dissertação, abarcar todos os casos envolvendo a tortura e o desrespeito aos direitos humanos que perduraram durante todo o regime militar. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade se revela um documento de leitura necessária para que todos os brasileiros e brasileiras conheçam a que ponto chegaram os militares brasileiros na sua “caça às bruxas”. A manutenção do poder golpista se deu à custa de muitas marcas físicas e psicológicas e muito sangue derramado.

Não podemos deixar de mencionar aqui a crueldade da ditadura em relação aos militares que não se renderam ao projeto golpista de 64 e se recusaram a compactuar com essa triste página de nossa história. Hoje a sociedade precisa reconhecer esses verdadeiros heróis que eram tidos como desertores da pátria e que pagaram muito caro por suas escolhas, alguns com a própria vida. O coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, um dos chefes do movimento de resistência contra o golpe, relata o que lhe aconteceu quando foram derrotados pelas tropas da ditadura:

“No dia 27 fui conduzido de jipe para Foz do Iguaçu. No caminho, em Medianeira, no destacamento onde serviu o sargento Carlos Argemiro de Camargo, fui retirado do jipe por ordem do capitão Dorival Sumiani. Fui jogado no chão e começaram a me dar pontapés, fazendo-me rolar uns 50 metros até o jardim, onde estavam os soldados. No chão, com o rosto ensanguentado, o capitão deu ordens para que me cuspissem no rosto: “Escarrem na cara deste filho da puta, comunista, assassino!”. Depois o capitão colocou o coturno sobre a minha cara e mandou que eu beijasse a terra, bradando: “Beija a terra que traíste, comunista, assassino!”. Ainda pegou um garfo de campanha e ficou me espetando, desde os pés até o pescoço. Todo esfolado, me fizeram rolar de volta até a viatura e continuamos a viagem” (CNV, 2014, p. 599).

Muitos são os testemunhos que deveriam constar dessa breve exposição dos casos de tortura física no regime militar, bem como de sua narrativa na ficção. No entanto reforço que não temos a pretensão de esgotar aqui a análise desse valioso

material. Precisamos desenvolver mais pesquisas, com apoio da academia, sobre esse trágico período de vigência de tortura institucionalizada pela ditadura civil-militar em nosso país. E que o material produzido seja divulgado e discutido. Além disso, é preciso que sejam construídos memoriais onde os aparelhos de tortura se tornem objeto de estudo dos alunos de educação básica, pois só assim teremos uma geração crítica que cuidará para que o horror não se repita.

De acordo com o relatório final CNV,

“O uso de *ameaças* para aterrorizar as vítimas é a mais frequente forma de tortura psicológica. Eram feitas ameaças como: cometer aborto, na vítima ou em familiar; forçar afogamento; asfixiar; colocar animais no corpo; obrigar a comer fezes; entregar o preso a outra unidade repressiva mais violenta; espancar; estrangular; estuprar familiar; fuzilar; matar; prender familiar; violentar sexualmente; fazer lavagem cerebral; mutilar alguma parte do corpo. Pode-se ainda mencionar as ameaças de morte representadas por ações como: obrigar o preso a cavar a própria sepultura, dançar com urna mortuária, fazer roleta russa, entre outras” (CNV, 2014, p. 376).

O que podemos constatar é que delatar mediante essa cena de tortura não é um ato de covardia, pois o corpo é levado ao seu limite. Há, como dito anteriormente, no ápice do sofrimento, uma dissociação entre corpo e alma, o torturado se vê dilacerado entre suas convicções e a dor. Segundo José Genoíno, ex-preso político e ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, a tortura coloca a mente em conflito com o corpo.

“A decisão de falar ou não falar, quando se está sob tortura é absolutamente traumática, a mente e o corpo do torturado cindem-se em duas partes distintas: a mente quer preservar as convicções e a segurança dos companheiros; o corpo dilacerado pela dor quer a vida. A mente cogita que a morte é uma fuga viável, uma solução. O corpo dilacerado e a mente degradada moral e psicologicamente do torturado, nos fugazes momentos em que se encontram, querem a piedade do torturador. O corpo fica reduzido à condição de objeto. Da sua vontade sobram apenas escombros. É nessas circunstâncias quase indescritíveis que se decide falar ou não falar” (GENOÍNO, 2000).

A tortura ultrapassa todos os limites psíquicos. Segundo SANTANDER (2010), o torturado é um morto-vivo entre os vivos, ele não deseja estar ali porque não tem prazer em viver. O torturado é

“aquele que entristeceu para sempre, aquele que desprezará a si mesmo por não ter suportado o pior e o impossível, aquele que se desconhecerá porque não pôde suportar o que imagina que outros suportariam. O que viverá num além de si e aquém do outro” (SANTANDER, 2010, p. 19).

Além da tristeza que o acompanhará pelo resto de sua vida, o torturado também precisa lidar com a injustiça social: precisa saber que os torturadores, mesmo diante de provas, não serão punidos, e nem terão sequer suas memórias maculadas. E isso, na verdade, funciona como uma tortura interminável. Retomando a ficção, ao abandonar o local onde estavam, Ana Rosa e Wilson, levam numa pequena sacola alguns documentos, entre eles:

“A lista dos duzentos e trinta e dois torturadores, que jamais serão punidos, mesmo décadas depois de fartamente divulgada, mesmo décadas após o fim da ditadura; os manifestos dos presos políticos, o dossiê de torturas, o relatório prometido à Anistia Internacional. (...) Não sabem que, exceto o já justificado, todos eles morrerão de morte natural, rodeado de filhos, netos e amigos, homenageados seus nomes em placas de ruas” (KUSCINSKI, 2014, p. 27).

Cabe lembrar aqui o caso do coronel Ustra, o militar homenageado por Bolsonaro: um torturador sendo homenageado na Câmara dos Deputados, uma casa onde deveria ser crime a apologia à tortura. Nada aconteceu de imediato a Bolsonaro. Embora tenham sido ruidosas as manifestações contra o deputado, ele apenas responderá por seu ato no Conselho de Ética da Câmara por quebra de decoro parlamentar. E ao invés de se buscar a cassação de seu mandato, aliados já cogitam que lhe seja infligida uma punição leve. Quanto ao coronel Brilhante Ustra, ele morreu de morte natural: tratava de um câncer e faleceu aos 83 anos sem que tivesse sido condenado. De acordo com o site, “Memórias Reveladas”, foram 377 os agentes do estado apontados no relatório final da Comissão Nacional da Verdade como responsáveis por crimes cometidos durante a ditadura militar (1964-1985). Destes torturadores, nenhum foi punido, e sequer seus nomes foram amplamente divulgados. Certamente que aqueles que ainda estão vivos gozam de uma boa aposentadoria e do respeito de todos os que o cercam.

Os centros clandestinos de prisão, tortura e morte são citados na obra de Kuscinski, numa referência à Casa da Morte de Petrópolis. Como já desenvolvemos esse tema em capítulos anteriores, faremos aqui apenas uma pequena menção a ele. A partir de uma situação envolvendo Ana Rosa, que teria sido levada para essa casa e ali teria cometido suicídio, surge uma personagem ficcional, Jesuína, faxineira da casa. Jesuína apresenta distúrbios pós traumáticos devido ao seu contato com a tortura. Ela

presenciara situações em que pessoas eram levadas para um porão e nunca mais voltavam, e em outras situações as torturas eram tão intensas que os torturados acabavam morrendo. Outro aspecto que merece destaque é a presença de um médico nas sessões de tortura. A faxineira cita seu nome, Dr. Leonardo, um médico do rio que acompanhava o interrogatório. Nas palavras de Jesuína “Quando vem o médico é porque vão maltratar, fazer coisa ruim” (KUSCINSKI, 2014, p.130).

“Sempre que chegava um preso novo vinha o Dr. Leonardo, um médico do Rio; quando um preso ficava mal durante o interrogatório ele ia para aquela sala fechada e examinava. Se o Dr. Leonardo ia embora eu sabia que era o fim, já tinha terminado com aquele preso, que logo levariam ele lá para baixo...” (KUCINSKI, 2014, p.129).

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, a Casa da Morte foi um centro clandestino de tortura, execuções e desaparecimentos forçados, e funcionou como apoio ao DOI-CODI do Rio de Janeiro. Inês Etienne Romeu, única sobrevivente da Casa da Morte, reconheceu vários nomes ligados à repressão, entre eles o do tenente-médico do exército Amílcar Lobo Moreira da Silva. Segundo a militante ele aplicava pentotal sódico, o “soro da verdade” e, após examinar os presos, autorizava ou não o prosseguimento de tortura. Amílcar Lobo era psiquiatra e atuava no DOI do I Exército do Rio de Janeiro. Após ser denunciado por Inês, ele teve registro profissional cassado por sua conivência com torturas, e admitiu ao Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro que atendeu presos torturados e presenciou a morte de militantes.

“Atendi, ao longo de quatro penosos anos, inúmeros presos, torturados pelos mais hediondos métodos, tais como: “pau de arara”, choques elétricos com corrente contínua, inclusive nos órgãos genitais, tentativas de afogamentos, enforcamentos e fuzilamentos, “telefones” (tapas no pavilhão auricular), socos, pontapés e outras coisas mais, inclusive mortes que praticamente presenciei, em número de cinco” (CNV, 2014, p.344).

Em relação ao suicídio ficcional de Ana Rosa, encontramos no relatório final da Comissão Nacional da Verdade outra versão para sua morte. Ana Rosa teria sido brutalmente torturada na Casa da Morte, inclusive violentada sexualmente. O relato é do ex-delegado Cláudio Guerra: “Ela estava em Petrópolis e ela foi muito torturada. Ela estava visivelmente violentada. Com os órgãos genitais cheios de sangue e a roupa toda cheia de sangue” (CNV, 2014, p. 344).

A prisão de Ana Rosa e do marido teriam sido provocadas pela delação de um agente infiltrado, João Henrique Ferreira de Carvalho. Jota, como era chamado, passou a atuar como médico em Brasília, possivelmente como recompensa pelos serviços prestados à nação.

Passaremos agora à análise de dois contos do livro “Você vai voltar pra mim e outros contos” do mesmo autor de “K”, Bernardo Kuscinski. O primeiro conto que analisaremos é “Sobre a natureza do homem”. As personagens em torno das quais se desenvolve a narrativa são: Maria Imaculata, uma simpatizante da esquerda, que não se envolvia diretamente com nenhuma organização; e Rui, militante de um grupo de ação armada. As regras da organização de militância eram claras: Rui não devia conversar regularmente com ninguém para que não comprometesse o companheiro. No entanto, naquela tarde foi diferente. No pátio da faculdade, Rui e Imaculata permaneceram horas falando de cinema, literatura e filosofia; mas o que não sabiam, é que estavam sendo observados. Aquele dia marcou a vida de Imaculata, pois após os dois se separarem ambos foram perseguidos pelos militares. Rui conseguiu escapar, afinal fora treinado para situações como essa; já Imaculata foi agarrada assim que desceu do ônibus e intensamente torturada. O fato é que Imaculata, assim como ocorreu com muitos militantes presos, não tinha nada a dizer; e por isso, talvez, a tortura a ela infligida tenha sido tão intensa.

“Nas duas primeiras semanas, Maria Imaculata foi muito torturada. A equipe que a interrogava foi de uma selvageria sem limites. Depois a trancaram numa solitária. Então, mudou a equipe e pegavam mais leve, vez ou outra. Mas a expectativa de ser torturada de novo e de novo fez mais estragos nela do que a tortura física. A Imaculata se apagou ficou abúlica” (KUSCINSKI, 2014, p. 47).

Rui, naquela ocasião conseguiu escapar do cerco da repressão, mas as quedas dos companheiros continuaram, e seis meses depois foi capturado. Chegando à prisão ele reencontrou Imaculata, muito machucada, precisava da ajuda das amigas para levá-la ao pátio. Ela passava horas sentada, imóvel, de olhos fixos na parede. Assim permaneceu por três anos, sem reação, até a chegada da anistia.

A vida de Imaculata mudou para sempre naquele dia em que teve com Rui uma despreziosa conversa. Foi severamente torturada; as marcas no corpo foram duras, porém certamente menores e menos intensas do que as marcas na alma. Imaculata nunca mais voltou à vida normal. Depois da anistia sua vida ganhou um pouco de vivacidade,

mas foram raros esses momentos. Logo ela entrou numa espécie de depressão profunda: não se movimentava, tinham que alimentá-la à força, urinava e defecava na própria roupa, entrou em convulsão. Foi então que seus pais resolveram interná-la num hospital psiquiátrico na esperança de que ela logo se recuperasse. Mas Imaculata foi repetidamente violentada por dois pacientes que se revezavam, e acabou ficando grávida. Logo que a criança nasceu ela sofreu um novo transtorno de personalidade: ora acalentava, ora agredia o filho; e, por conseguinte tiveram que separá-los. A família mudou-se para uma chácara distante, mas Imaculata continuou apática e o filho afirma que a mãe está assim por causa de uns homens do mal, e que quando crescer matará a todos.

Essa história mostra o quanto de suas vidas militantes e simpatizantes da militância perderam em prol da luta pela democracia. No caso de Imaculata, ela nada sabia, e foi presa vítima do estado de exceção que vigorava no Brasil naquele período histórico. Na saída da penitenciária ela olha para Rui com um olhar de perdão, “Ela de repente olhou para trás e sorriu para mim, um meio sorriso, suave” (KUSCINSKI, 2014, p. 46). Na verdade, ela sabia que a culpa não era de Rui, ele deveria sim ter tomado todos os cuidados, mas o verdadeiro inimigo eram os militares que tomaram um país pela força.

Há no conto uma clara intenção do autor em ampliar o sentido do nome da personagem. Imaculata pode ser associado à imaculada, aquela sem mancha, pura, inocente. Ela perdeu a liberdade devido a uma despreziosa conversa; teve um filho objeto de estupro a quem ela não conseguiu de fato amar; e a criança, também isenta de culpa, responsabiliza “uns homens do mal” pelo que aconteceu com a mãe, e cresce habitada pelo desejo de vingança. Em paralelo ao que acontece com a personagem Imaculata, temos o caso da irmã Maurina: a religiosa também foi presa e torturada sem razão. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, nem mesmo votos religiosos foram suficientes para impedir a tortura infligida a uma freira. Irmã Maurina, diretora de um orfanato, foi presa sob o argumento de ter cedido uma sala do orfanato a um grupo de ação armada. Na verdade, um colaborador da casa, utilizou a sala sem a autorização da irmã que foi vítima, entre outras torturas, de violência sexual. Áurea Moretti Pires, em depoimento à CNV, contou a triste história da irmã:

“Eu penso na irmã Maurina. Porque aquele militar era um ser imundo, imundo, sabe. Não tanto fisicamente, mas espiritualmente, no deboche, em

tudo, no descaso. [...] A maioria deles ia ao Lar Santana nas missas e conhecia a irmã Maurina. Então eles ficavam assim. Ele agarrava ela, mas à tardezinha, à noite, quando todo mundo tinha ido embora, entendeu? Ele ia na cela e tirava ela. E aí, uns meninos que estavam de plantão, um olhava pro outro, é agora mesmo. [...] Assim, um cara agarrando a irmã Maurina, beijando ela, passando a mão no seio, no que ele queria, e eu a Nanci armando confusão. Eu falando: “[...] Ô cara você tá louco, quem mais que você vai prender, pô?! A menina não tem nada a ver com isso”, assim, eu tentando então proteger a irmã.[...] só que teve um momento que levaram a Nanci e me levaram de volta pra sala da banda. E foi a noite que a irmã Maurina demorou muito pra chegar. Muito machucada. Com a roupa dela não dava pra ver, sabe, mas este machucado é uma coisa muito triste, sabe, naquilo que mais dói numa mulher, que é ser violentada. Não é só a penetração do pênis na vagina. A violência sexual, ela envolve um monte de coisa. Veio de madrugada, chorando, chorando. Estavam a Lázara, a Leila e eu. Nós não perguntamos em respeito a ela” (CNV, 2014, p. 406).

Algumas observações críticas podem ser feitas: a prática de tortura é inadmissível em todas as instancias, não importa se há ou não culpa das partes. Todos os presos em poder do Estado devem ter respeitada sua integridade física e psicológica. No entanto, nos casos específicos da ditadura militar no Brasil, muitos inocentes, sejam eles crianças, cônjuges, e até mesmo pessoas que não se relacionavam com movimentos de resistência, foram presos e torturados sem que tivessem nada para confessar e ninguém para delatar, o que aos olhos da repressão era um desacato, pois eles consideravam que o preso não queria revelar o que sabiam, e, assim, era ainda mais torturado.

Outra observação importante nesse relato diz respeito à vida dupla que levavam os agentes da repressão: eram religiosos, e ao mesmo tempo em que praticavam a tortura frequentavam a igreja, mantendo diante da sociedade uma vida acima de qualquer suspeita. Assim, a sociedade foi durante muito tempo enganada, e os verdadeiros vilões eram os militantes, conhecidos como terroristas. Os agentes do estado eram homens bons, de fé e família que estavam cumprindo seu dever. Todavia, nesse caso, a religião não era nada mais era do que fachada: chegaram ao cúmulo de violentar a irmã de caridade que eles conheciam, frequentadora da igreja da qual participavam, tudo isso sem que ninguém soubesse.

O último caso da ficção que analisaremos trata-se do conto “Você vai voltar pra mim”. A narrativa tem início com o diálogo entre o torturador e a militante severamente torturada. O título do conto faz referência a fala do torturador que ameaça a militante caso ela diga algo que os incrimine. O ideal teria sido matá-la, no entanto como corre um processo na justiça, trataram logo de mascarar a situação. Assim, depois de marcada

a audiência não a torturaram mais, deixaram entrar na cela comida, a pomada para curar as feridas e as roupas. Todos a queriam bem apresentada no julgamento, inclusive os próprios torturadores. No entanto, ela prefere a morte que voltar a ser torturada, e num ímpeto de coragem ela diz ao juiz que assinou a confissão que consta nos autos do processo sob tortura:

“— Assinei sob tortura! Esse delegado filho da puta me pendurou sete vezes. [...] No recesso do gabinete ela disse tudo, não conseguiu parar de falar. Mostrou os hematomas nos braços e nos tornozelos, falou das palmadas, dos choques nos seios e na vagina, da ameaça de estupro, da simulação de fuzilamento, dos afogamentos e dos onze dias na solitária” (KUSCINSKI, 2014, p. 70).

O desespero diante da possibilidade de voltar a ser torturada faz a militante, que se lembra da advertência do torturador “Você vai voltar pra mim”, pensar em tirar sua própria vida.

“Disse que pra lá não voltava, preferia morrer. Se a levarem de volta se mata, se atira pela primeira janela; se não tiver janela, se mata batendo a cabeça na parede; se não tiver parede, corta os pulsos; se não tiver com que cortar, morde os dentes; se não der certo faz greve de fome até morrer” (KUSCINSKI, 2014, p. 70).

Cabe lembrar aqui, mais uma vez, o caso de Inês Etienne Romeu. Esta, para escapar das torturas, inventou que tinha um encontro com um militante, e ao chegar ao local tentou suicidar-se para escapar das intensas sessões de tortura. Chega um ponto em que o corpo já não suporta mais o sofrimento, e tomadas por intensa angústia e aflição as vítimas se veem projetadas na linha tênue entre a vida e a morte. Se continuar a viver implica também em continuar resistindo à tortura, entregar-se a morte surge como um caminho possível, pois nele preserva-se a dignidade e poupa-se o corpo. Inês não conseguiu dar fim à sua vida: jogou-se na frente de um ônibus, foi arrastada, mas escapou. Depois disso foi intensamente torturada, assim como a personagem da ficção do conto “Você vai voltar pra mim”. Na ficção a militante volta a ser “brinquedo” nas mãos do torturador “_ Eu disse que você ia voltar pra mim, não disse? Vem benzinho, vamos brincar mais um pouco. Ele a agarra pelas canelas e a arrasta para fora. Os outros em volta riem” (KUSCINSKI, 2014, p. 71).

A tortura, qualquer que seja o método, visa à impotência da vítima e essa impotência está sempre associada ao desmantelamento do corpo. Tanto na busca de informações quanto na intenção de se obter uma confissão o corpo é posto à prova. Os

objetivos do torturador só poderão ser alcançados no momento em que o corpo estiver destruído, aniquilado, impotente. A intenção do torturador é destruir o amor próprio da pessoa torturada, pois só assim atingirá seu propósito. “A tortura pressupõe a desconsideração do outro enquanto ser humano, daí a extrema gravidade desse crime”. (CNV, 2014, p. 329).

A tortura é considerada um crime contra a humanidade. No Brasil é um crime inafiançável e deve responder por ele seus mandantes e seus executores. O fato dos crimes terem sido cometidos pelos agentes do estado que teriam como dever proteger a população só aumenta o sofrimento dos sobreviventes que além de tudo que viveram ainda precisam conviver com o descaso da sociedade e com a impunidade de seus torturadores.

O fato é que as graves violações do corpo e do psiquismo dos sobreviventes determinaram a história de suas vidas e de suas famílias. Muitos viveram anos sem falar sobre o assunto, outros não conseguiram sequer seguir o rumo de suas vidas e a interromperam antes mesmo de tentar reconstruí-la. Os sobreviventes tiveram que conviver com a culpa: culpa por terem sobrevivido, por terem colocado os filhos numa história que era só deles, culpa por não terem resistido e sob tortura terem entregado companheiros, que devido a essa atitude foram mortos, culpa por terem falhado como filhos e verem seus pais numa busca árdua e perigosa por informações sobre o seu paradeiro.

4.2 DESAPARECIMENTOS FORÇADOS: A LUTA DOS FAMILIARES E OS MÉTODOS DA REPRESSÃO

Nesse capítulo abordaremos o desaparecimento forçado de pessoas a partir das experiências e do protagonismo dos familiares de vítimas da repressão, particularmente através dos depoimentos dos parentes dos militantes desaparecidos e da trajetória de K. Nossa intenção mais uma vez é estabelecer um paralelo entre casos reais e ficção. Antes de analisarmos a obra de Kuscinski e a saga do pai dilacerado em busca de memória e justiça, faremos uma breve exposição desses tortuosos caminhos da repressão. Basearemos nossa análise no relatório final da CNV. Todos os dados que constam nesse capítulo são um pequeno resumo dessa obra que se faz leitura necessária nos dias de hoje. Morte, dor, sofrimento, violência, luto e também amor fazem parte do repertório temático deste capítulo.

Os métodos de tortura utilizados pela ditadura eram tão cruéis que levavam os torturados à morte. No início da repressão os conflitos com armas de fogo, atropelamentos e suicídios eram as versões mais usadas para forjar essas mortes. Mas com o passar do tempo os altos índices desses crimes criaram uma desconfiança por parte da sociedade que mesmo calada por força da repressão começou a ver com desconfiança a ação dos militares. Era preciso um novo método que não deixasse pistas. E foi nesse contexto que os desaparecimentos forçados passaram a fazer parte da estratégia do Estado de ocultar os crimes cometidos pela repressão. A predominância da prática do “desaparecimento” representou uma mudança de tática para esconder os assassinatos de presos políticos nas câmaras de tortura. Durante a ditadura militar 243 pessoas foram vítimas de desaparecimentos forçados de acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Esse número representa mais da metade das mortes que chegaram a 434 pessoas.

A CNV considerou desaparecimento forçado

“toda privação de liberdade perpetrada por agentes do Estado – ou por pessoas ou grupos de pessoas que agem com autorização, apoio ou consentimento do Estado –, seguida pela recusa em admitir a privação de

liberdade ou informar sobre o destino ou paradeiro da pessoa, impedindo o exercício das garantias processuais pertinentes” (CNV, 2014, p. 291).

Dados do relatório final da CNV destacam os números que comprovam essa tática do Estado de fazer desaparecer corpos em detrimento de outros meios de violação de direitos humanos.

“Os falsos confrontos com arma de fogo representam 32% das versões apresentadas pelos órgãos oficiais na justificativa de morte de opositores políticos, dado que indica a preferência por esse tipo de encenação. Essa estratégia mudou a partir de 1971, ano em que houve 30 desaparecimentos forçados, salto considerável em relação a 1970, quando se registraram 14. Em 1972, o número de desaparecidos (44) superou o de mortes (25). A tendência se manteve em 1973 (15 mortos e 54 desaparecidos políticos), 1974 (dois mortos e 53 desaparecidos), 1975 (sete mortos e oito desaparecidos). Esses dados indicam transformação na forma de atuação dos órgãos repressores na tentativa de ocultar crimes. Em 1976, ocorreram 11 mortes e 11 desaparecimentos forçados. A partir de 1977, o número de vítimas diminuiu: nesse ano foram registrados dois casos de desaparecimento e dois de morte, números que se repetiram em 1978; em 1979, seis de morte; em 1980, cinco de morte e cinco de desaparecimento. Em 1981, não houve vítimas fatais por violência política. A partir de 1982 não há mais informações sobre desaparecimento forçado: desse ano até 1985, ocorreram quatro casos de morte. Ainda há registros de oito casos com datas imprecisas de desaparecimento” (CNV, 2014, p.456).

Um documento produzido por presos políticos “Carta ao presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil” descreve essa mudança nos métodos da repressão política:

“[...] o uso do expediente de procurar encobrir o assassinato de opositores ao regime com “tiroteios”, “atropelamentos”, “tentativas de fuga”, “suicídios” predominou até o ano de 1973. Desde então preponderou a prática dos “desaparecimentos” de presos políticos [...]. Na verdade, os repetidos comunicados oficiais sobre a morte de presos políticos em “tiroteios” etc. não estavam sendo convincentes [...]” (CNV, 2014, p. 501).

A supressão do corpo da vítima não é o suficiente para cessar o crime. Associado a outras violações como a tortura e a execução, o desaparecimento forçado é ainda associado pelo Estado repressor a outros delitos igualmente graves. De posse do corpo da vítima o Estado precisa dar fim aos restos mortais, e para isso há uma rede clandestina a serviço da repressão. Com objetivo de dificultar a identificação dos corpos e não deixar pistas, alguns procedimentos eram necessários tais como o uso de nomes falsos para enterrar militantes políticos assassinados. Esse procedimento permitiu que as torturas sofridas fossem acobertadas, e, a ausência dos familiares no reconhecimento dos corpos colaborou para que os médicos legistas continuassem a emitir laudos falsos

sem que fossem cobrados pela adulteração desses documentos. Em alguns casos, para facilitar ainda mais o trabalho dos agentes repressores, as vítimas são enterradas como indigentes. O fato é que uma situação gerava uma outra, e assim para que os corpos fossem enterrados com uma falsa identidade, ou como mendicantes, o serviço funerário era todo ele corrompido. Neste caso, cemitérios públicos e valas clandestinas eram utilizados como método de ocultação de cadáver. Em São Paulo o cemitério de Vila Formosa ficou conhecido como um depósito de presos políticos, de acordo com o livro “Habeas corpus: que se apresente o corpo”, citado no relatório final da CNV. Esse cemitério favoreceu as forças da repressão, pois no local há um número elevado de sepultamentos sem jazigo definitivo. Isto contribuiu para que cada vez mais pessoas fossem enterradas nesses locais:

“pessoas classificadas como indigentes são mantidas enterradas por três anos. Pessoas identificadas são mantidas por até seis. Passados estes prazos, os restos mortais são transferidos para um ossário ou simplesmente se faz um novo sepultamento por cima.” (CNV, 2014, p. 508).

Entre os cemitérios utilizados pela ditadura militar está o Cemitério Municipal de Juiz de Fora. A jornalista Daniela Arbex em seu livro “Cova 312”, publicado em 2015, investiga a morte do militante Milton Soares de Castro, único civil a participar da Guerrilha do Caparaó.¹⁰ De acordo com a versão oficial Milton teria se matado, num improvável enforcamento. No entanto através da investigação da jornalista fica esclarecido que Milton não se suicidou, mas foi morto; e seu corpo foi encontrado enterrado na sepultura 312, quadra L, do Cemitério Municipal de Juiz de Fora, daí o título dado ao livro.

Outras técnicas e métodos foram usados para dificultar a identificação dos corpos. Entre eles estão o lançamento de corpos ao mar ou em rios, a incineração e o esquartejamento. Em depoimento à CNV, o ex-coronel Paulo Malhães afirmou que os corpos dos desaparecidos jamais seriam encontrados, porque no período de vigência da ditadura civil militar não era interessante para o aparelho repressor enterrar os corpos.

¹⁰ A Guerrilha de Caparaó, ocorrida entre fins de 1966 e início de 1967, foi um movimento de resistência armada à ditadura. A Serra do Caparaó, cenário do movimento, fica na divisa entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Apesar do envolvimento de alguns civis ligados a organizações de esquerda, os integrantes da Guerrilha eram em sua maioria militares. O movimento contava com o apoio do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, na época exilado no Uruguai e do governo cubano. Com o fim do financiamento de Cuba o grupo foi se deteriorando até serem capturados por policiais militares com a ajuda de moradores da região.

Os agentes recorriam a outras maneiras de fazer desaparecer os corpos sem deixar rastros, sendo o lançamento ao mar e em rios uma dessas formas. De acordo com Malhães, os corpos eram lançados preferencialmente em rios, pois o mar poderia devolvê-los, ao passo que nos rios eles eram lançados em sacos com pedras que não permitiriam que boiassem. Estudos de anatomia que levavam em conta o inchaço do corpo eram realizados para determinar a quantidade de peso que deveriam ser acrescentados ao saco para que o corpo não flutuasse na água. Embora nos cause espanto, segundo o ex-coronel esse método do saco não era novidade. Tratava-se de uma técnica antiga e fora empregada numa operação do regime militar conhecida como “Operação Limpeza”. Essa estratégia foi utilizada para apagar os rastros do extermínio do Araguaia: diversos corpos que haviam sido sepultados foram desenterrados e lançados no Rio Araguaia.

Paulo Malhães também contou à CNV as fases de descaracterização dos corpos. A arcada dentária e as pontas dos dedos eram retiradas e o ventre cortado para impedir que a produção dos gases durante a decomposição fizesse o corpo emergir. Chama a atenção no depoimento do militar a frieza com que ele descreve os fatos. Apesar de se tratar de crimes hediondos, as frias palavras fazem transparecer um sentimento de que tudo aquilo tenha valido a pena. Não há arrependimento por parte do agente repressor. Segue abaixo um fragmento do depoimento do ex-coronel que explicita essa frieza e distância em relação ao outro, morto e torturado.

“Paulo Malhães: [...] Naquela época não existia DNA, concorda comigo?

CNV: Sim.

Paulo Malhães: Então, quando você vai se desfazer de um corpo. Quais são as partes que se acharem o corpo podem determinar quem é a pessoa? Quais são as partes?

CNV: As digitais.

CNV: Eu quero que o senhor me diga.

Paulo Malhães: A arcada dentária e digitais, só.

CNV: Arrancava a cabeça ou quebrava os dentes?

Paulo Malhães: Quebrava os dentes.

CNV: Cortava as mãos?

Paulo Malhães: As mãos não.

CNV: Ué, e as digitais?

Paulo Malhães: Digital é daqui para cima.

CNV: Ah, sim, cortavam os dedos. E aí?

Paulo Malhães: Se desfazia do corpo” (CNV, 2014, p. 520).

Outras medidas eram tomadas para encobrir os sinais de tortura e fazer desaparecer os corpos. O ex-delegado Cláudio Guerra relatou à CNV outra técnica usada pela repressão: a incineração. Esse método começou a ser usado em 1974 e 1975

pois houve nessa época uma pressão do governo dos EUA sobre o governo brasileiro. Os generais cobraram então uma ação mais efetiva, não era possível deixar rastros. O ex-delegado afirma que transportava os corpos da Casa da Morte em Petrópolis e do quartel da Polícia do Exército (PE) do Rio de Janeiro para a usina de Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, que pertencia ao ex-vice-governador do Rio de Janeiro, Hely Ribeiro Gomes. Entre os corpos transportados por Guerra estão os de Ana Rosa Kuscinski e Wilson Silva. A partir de uma foto Guerra identificou o casal, e acusou o ex-cabo Freddie Perdigão por ter sido responsável pelas mortes de Ana Rosa e de Wilson.

“Cláudio Guerra: Ana Kucinski.

CNV: Essa então o senhor confirma que [...].

Cláudio Guerra: Essa eu confirmo que é ela. Eu já estive com o irmão dela que é colega de vocês da imprensa.

CNV: Ela estava em Petrópolis?

Cláudio Guerra: Ela estava em Petrópolis e ela foi muito torturada. Ela estava visivelmente, havia sido violentada. Com os órgãos genitais cheios de sangue e a roupa toda cheia de sangue.

CNV: A quarta foto, por favor.

Cláudio Guerra: Esse é o esposo dela.

CNV: Foi preso. Foi o que o senhor levou junto? Os dois no porta-malas do Chevette?

Cláudio Guerra: Essa aí foi no porta-malas do Chevette os dois.

CNV: E ele estava preso também em Petrópolis?

Cláudio Guerra: Essa aí eu tenho certeza que foi em Petrópolis. O coronel Cerveira, ele me deixou uma dúvida aqui, mas esse eu tenho certeza que foi em Petrópolis” (CNV, 2014, p. 543).

Por fim, o último artifício usado pelos militares para apagar os vestígios de seus crimes foi o esquartejamento. Conforme foi dito por Malhães, numa época em que não existia ainda exame DNA a arcada dentária e as digitais eram as formas de se identificar os corpos, e por isso essas partes deviam ser retiradas do restante do corpo. Em depoimentos à CNV, o ex-sargento Marival Chaves Dias do Campo disse que os corpos eram esquartejados na Casa da Morte e as partes eram enterradas em lugares distintos no próprio terreno da casa.

Podemos constatar que mais uma vez o corpo foi usado como objeto nas mãos dos torturadores. Não foi resguardada a dignidade dos presos, e seus nomes sequer constavam da lista de detidos pelo sistema. De acordo com a legislação brasileira o preso mantém seus direitos políticos, exceto a liberdade. Portanto, teoricamente, era dever do Estado zelar pela integridade física e psicológica do preso; mas, como sabemos, as prisões políticas de forma alguma cumpriam essa garantia prevista na

Constituição. O desaparecimento forçado fazia com que as famílias não tivessem como atribuir culpa ao Estado pelos crimes cometidos por ele devido à máxima de que sem corpo não há crime. Diante desse quadro de grave violação dos direitos humanos, os familiares ofereciam denúncias às autoridades, as mesmas responsáveis pela violação. E buscavam em vão informações que ou lhes eram negadas, ou lhes eram apresentadas através de falsas pistas. Mesmo sabendo do paradeiro das vítimas, o Estado omitia, contrariava e inventava informações a fim de desestabilizar os familiares. Muitos que se propuseram a enfrentar o sistema acabaram mortos, como é o caso de Zuzu Angel, famosa estilista internacional, que denunciou no Brasil e no exterior o desaparecimento e morte do filho Stuart Edgar Angel Jones. Caso emblemático, Zuzu acabou morta num acidente de carro encomendado pelos agentes repressores.

Cinquenta anos depois da deflagração do golpe o Estado continua negando os crimes cometidos, e muitos familiares de vítimas continuam sem saber o que aconteceu com os restos mortais de seus entes queridos. Podemos constatar, tanto na ficção quanto nos testemunhos dados à CNV, que a ausência do corpo prolonga o sofrimento das famílias que mesmo diante da certeza da morte vivem um luto inconcluso. A busca pelo corpo caminha paralelo à busca por justiça.

A esperança foi o combustível que alimentou o sofrimento solitário de K em busca da filha desaparecida. Ana Rosa Kuscinski, química, professora doutora da USP, e seu marido Wilson Silva, físico, ambos militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), ¹¹desaparecem sem deixar vestígios. A dor angustiante do pai em sua busca desesperada pela filha, e seu intraduzível sofrimento, fazem com que o leitor acompanhe sua dor e de certa forma reconstrua seu sofrimento que vai aos poucos se intensificando na narrativa quando percebe que não há esperança de encontrar a filha. “Um pai a procura da filha desaparecida não tem medo de nada; pouco lhe importa o que possa acontecer, depois do que já aconteceu” (KUSCINSKI, 2014, p. 98).

Ela não conheceu a casa do pai nem seus filhos mais novos, não pode ser tia dos seus sobrinhos, não pode ter seus próprios filhos. Ele não pode dar o último abraço na filha, não pode segurá-la nos braços, não pode se despedir, não teve onde visitá-la quando a saudade doía. K lutou com todas as suas forças, até o fim de sua vida para

¹¹ Ação Libertadora Nacional (ALN) foi uma organização política de ideologia socialista que participou da luta armada contra a ditadura militar no Brasil e pela implantação de um regime socialista no país.

encontrar o corpo de Ana Rosa. Foi um guerreiro em carne viva, empunhou cartazes na cara da ditadura. O pai que procura a filha desaparecida não tinha medo de nada.

Havia se passado seis anos desde o desaparecimento da filha quando K comprou a nova casa e, ainda assim, cartas endereçadas à filha continuavam a chegar. Ele se perguntava como o sistema teria conseguido o seu endereço, e lembra-se de que ele mesmo pode ter associado o nome da filha ao novo domicílio nas inúmeras tentativas de encontrá-la. De fato, aquelas cartas mantinham de certa forma o nome da filha no rol dos vivos, embora ela não pudesse aceitar as propostas de viagens, cartões, programas de milhagens. O carteiro nunca saberia que a destinatária não existia, que fora assassinada pela ditadura.

“É como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descanse; como se além de nos haverem negado a terapia do luto, pela supressão do corpo morto, o carteiro fosse um Dybbuk¹², sua alma em desassossego, a nos apontar culpas e omissões. Como se além da morte desnecessária, quisessem estragar a vida necessária, esta que não cessa e que nos demandam nossos filhos e netos.” (KUSCINSKI, 2014, p. 10)

A morte de Ana Rosa foi um divisor de águas na vida de K, ele percorreu os perigosos labirintos da repressão sem jamais encontrar o corpo da filha. No início era a ânsia de encontrá-la viva que lhe dava forças de seguir em frente, mas com o tempo a esperança foi se esvaindo e o desejo de dar descanso ao corpo e zelar pela sua memória alimentou a saga do velho pai. Em sua busca ele não sabia quão perigosas eram as vielas da repressão, um itinerário sujo e tenebroso onde qualquer um que ousasse penetrar corria risco de ser absorvido pelo sistema, “o Estado não tem rosto nem sentimentos, é opaco e perverso. Sua única fresta é a corrupção. Mas às vezes até essa se fecha por razões superiores. E então o Estado se torna maligno em dobro, pela crueldade e por ser inatingível” (KUSCINSKI, 2014, p.16-17).

O desaparecimento de pessoas corresponde, dentro de uma política extremista, ao ápice da violência.

O “sumiço da filha”: tomando o conhecimento dos fatos

¹² “Na mitologia judaica, o Dybbuk é a alma insatisfeita que se cola a uma pessoa, em geral para atormentá-la. A palavra vem do hebraico Devek, que significa cola” (KUSCINSKI, 2014, p.10).

A trajetória de K começa dez dias depois do desaparecimento da filha. Algo em seu coração de pai o angustiava e o fazia desconfiar de que havia algo acontecendo. Ana Rosa não telefonava como de costume, não aparecera no domingo, e havia rumores de prisões por motivações políticas no Bom Retiro. O telefone da filha não atendia e ele resolveu então procurá-la na Universidade (USP) onde ela lecionava química. Acordou cedo porque ansiava encontrá-la trabalhando, e, ao mesmo tempo, sabia que o pior poderia ter acontecido.

“Sem saber o que temer, mas já temendo, e sem acordar a mulher, tirou o Autin da garagem e dirigiu rumo ao campus da universidade [...]. Conduzia devagar, demorando-se ao atravessar o centro, como se não quisesse chegar nunca, os sentimentos alternando-se entre a certeza de encontrá-la trabalhando normalmente, e o medo do seu contrário” (KUSCINSKI, 2014, p. 15).

Chegando ao Conjunto das Químicas, onde estivera pela última vez quando a filha defendera o doutorado, encontrou suas amigas que também estavam preocupadas. Porque, conforme disseram a K, Ana Rosa não aparecia há onze dias na universidade, ela que nunca faltava um dia de trabalho. Informaram a K que Ana Rosa estava sendo observada por agentes da repressão, e por isso o orientaram a não procurar as autoridades universitárias.

Saindo do Instituto de Química dirigiu-se rumo a um endereço dado pela filha para que ele a procurasse em caso de emergência. Nesse instante refletiu sobre o absurdo dessa situação: como ele, como pai, não questionou tudo isso. A filha chegava correndo e saía correndo. Quanto ao endereço Ana Rosa havia dito para somente a procurar em último caso. Havia também deixado a recomendação de não comunicar esse endereço a ninguém. K percebeu, então, o absurdo da situação. Chegando ao endereço, ninguém atendia à campainha. Estava instalada a tragédia. De todas as hipóteses, a pior seria a prisão pelos serviços secretos.

“K rememorou cenas recentes, o nervosismo da filha, suas evasivas, isso de chegar correndo e sair correndo, do endereço só em último caso e com a recomendação de não passá-lo a ninguém. Atarantado deu-se conta da enormidade do autoengano em que vivera, ludibriado pela própria filha, talvez metida em aventuras perigosíssimas sem ele desconfiar” (KUSCINSKI, 2014, p. 17).

Diante desse cenário, K dá queixa na delegacia mesmo sabendo que de nada adiantaria, porque nas prisões políticas os tribunais estavam impedidos de aceitar pedidos de habeas corpus. Diante do delegado, K não se abriu, e fez apenas insinuações retomando assim hábitos de sua juventude na Polônia, quando conspirava contra o regime comunista. Foi orientado pelo delegado a esperar e não falar mais em política.

“Não quis se abrir com o delegado, apenas insinuou. Por isso também não lhe deu o endereço da Padre Chico, deu o seu como sendo dela e o da loja como se fosse o seu. Sem perceber K. retomava hábitos adormecidos da juventude conspiratória na Polônia. O delegado de plantão não gostou da conversa. Em casos políticos estava proibido de se meter. Mas condoído registrou a queixa. Ele que esperasse e não falasse mais em política” (KUSCINSKI, 2014, p. 18).

Começava a saga do pai em busca da filha desaparecida, e não passava um dia sem que ele tentasse algo que pudesse levá-lo a encontrá-la. Procurou o IML, sem sucesso, mas com alívio; abordava fregueses na loja, vizinhos e até desconhecidos. A todos contava a história da filha, e muitos disfarçavam logo no início, porque não queriam se comprometer.

K ficara sabendo de uma reunião que aconteceria na Cúria Metropolitana; e ele, que nunca entrara num templo católico, estava ali diante do arcebispo em busca de algo que o levasse ao paradeiro da filha. Uma rede de apoio aos familiares das vítimas havia sido criada para tentar lutar contra o mutismo do Estado. A reunião varava a noite, todos queriam falar, contar sua história na esperança de que a partir dos relatos alguma lógica pusesse fim ao desespero das famílias. No entanto, a única característica comum a todos os desaparecidos era que todos sumiam sem deixar vestígios. Dentre os presentes no encontro estava um grupo que falaria em nome dos desaparecidos do Araguaia onde jovens foram dizimados pelas forças Armadas na floresta Amazônica. O exército alegava que nada havia acontecido, apesar de haver um único sobrevivente que testemunhara tudo. Estava também presente na reunião uma senhora, acompanhada de seus quatro filhos. Ela era esposa de um ex-deputado federal, e segundo ela os militares haviam estado em sua casa haviam levado o marido à delegacia. E esses mesmos militares diziam que o haviam liberado em seguida. Entretanto, nunca mais o marido fora visto. Havia uma rede clandestina que fazia desaparecer pessoas. Mas o que unia aqueles familiares na Cúria Metropolitana era o desejo de encontrar os seus ou de enterrar seus mortos.

“K. tudo ouvia, espantado. Até os nazistas que reduziam suas vítimas a cinzas registravam seus mortos. Cada um tinha um número tatuado no braço. A cada morte davam baixa num livro [...]. Não havia a agonia da incerteza; eram execuções em massa, não era um sumidouro de pessoas” (KUSCINSKI, 2014, p.23).

K se utiliza de todos os meios em sua busca, colocando o leitor em estado de comoção. Envolve-se numa rede perigosa de informantes, abre mão de recursos financeiros, recorre à anistia internacional, à Cruz Vermelha, à Comissão de Direitos Humanos, à Organização dos Estados Americanos e à American Jewish Committee¹³ nos Estados Unidos, tudo isso em vão. Há uma malha perigosa de informantes a serviço dos militares, e todos são suspeitos até que se prove o contrário. K não tinha portanto em quem confiar. Como pai em busca da filha desaparecida, K estava em constante risco, e sua vida podia a qualquer momento chegar ao fim, tal como acontecera com sua filha, porque num regime de exceção não há garantias de liberdade. A saga de K pode ser dividida em duas partes. Na primeira, a busca pela filha viva, e na segunda, a busca por seu corpo. São demandas distintas, e com o passar do tempo K percebe e mapeia a rede maléfica que sustenta a ditadura civil-militar no poder.

Além de mapear as áreas onde possivelmente os militares estariam escondidos, K deveria observar tudo e todos à sua volta, pois o aparato repressivo contava com informantes espalhados nas mais diversas regiões, o que ele nunca teria percebido se não fosse pelo desaparecimento da filha. Há no Bom Retiro uma quadrilha de delatores, K resolve se envolver na busca pela filha. Seu primeiro contato é com Caio, um vitrinista com jeitos femininos que há anos decora as vitrines do bairro. Ali mesmo o decorador ouve o monólogo do velho que busca notícias da filha desaparecida há cinco semanas. Caio, após terminar a decoração da vitrine, convida o velho pai para um café na padaria do Sr. Amadeu, e confidencia-lhe que tem informantes na polícia prometendo ajudá-lo.

No dia seguinte ele é surpreendido pela visita do Sr. Amadeu, que fingindo estar interessado numa camisa, diz ter percebido os cochichos do comerciante com Caio, e que percebera que tratava da filha desaparecida. Explica então a K que as padarias são muitos úteis para a polícia, identificando-se como um informante. Sai sem levar a camisa e também promete ajudar K.

¹³ Espécie de federação das organizações judaicas religiosas culturais.

K fica perplexo: os informantes estão por toda parte. Lembra que quando chegou ao Brasil foi advertido sobre os espões de Getúlio Vargas. E anos depois lá estão eles novamente, ou talvez sempre estiveram: eram usados segundo a necessidade do momento. Recordar-se do que acontecera à Olga Benário¹⁴. Getúlio Vargas descobrira seu esconderijo por intermédio dos informantes.

Num primeiro momento, Caio e Amadeu conseguem a mesma informação: Ana Rosa havia sido presa. Dias depois, voltam atrás e desmentem a informação. K interpreta a reviravolta como uma farsa e resolve, mais uma vez, se enveredar pelos caminhos do poder paralelo. A rede de informantes do Bom Retiro é farta e diversificada, e ele se lembra do dono da farmácia, filho de um falecido amigo: o rapaz, de uns vinte anos, era o informante de referência dos judeus de São Paulo. Era bem tolerado pela comunidade judaica porque ajudava aos judeus sem documentos fugidos do nazismo, devido ao fato de que tinha bom relacionamento na polícia. O farmacêutico ouviu o relato amargurado do velho pai e explica-lhe que subversão era assunto dos militares e que ele tinha boa entrada na polícia. Portanto, nesse caso, sua influência não seria útil. Diz conhecer um rabino e um dirigente judeu que tem contato com generais, mas adverte que contudo de nada adiantaria, porque das mãos dos militares ninguém escapava. Ainda assim, passou a K o contato de mais um comerciante envolvido nessa impenetrável teia que era o aparelho repressivo: o dono de uma galeria. O farmacêutico pediu então segredo a K. Ele não deveria dizer o nome de quem lhe dissera para procurá-lo.

Os agentes de informação possuíam um código de segurança, K sabia que não poderia dizer quem o mandara procurar o comerciante. Ele sabia que estava sendo testado. Aos poucos se desespera: algo escabroso acontecera, a ponto das pessoas interessadas em ajudá-lo se afastarem do caso.

Dois dias depois, o dono da galeria diz ter notícias de Ana Rosa. Segundo ele, a filha de K estaria em Portugal. Na verdade, eles queriam enganá-lo, porque, caso estivesse na Europa, a filha poderia ter procurado o irmão, que está na Inglaterra, e os parentes que tem em Israel. K recebe então pelos correios uma correspondência de Portugal em nome da filha. Queriam torturá-lo. A letra não correspondia à sua escrita.

¹⁴ Olga Benário foi uma jovem militante comunista alemã de origem judaica, enviada ao Brasil em 1934, para apoiar o Partido Comunista Brasileiro junto com Luis Carlos Prestes, que mais tarde se tornaria seu companheiro. Olga e Prestes foram presos, em 1936 pelo governo de Getúlio Vargas. Mesmo casada e grávida de Prestes, Olga foi deportada para a Alemanha nazista e entregue, por Getúlio Vargas, à Gestapo (polícia política alemã). Morreu executada na câmara de gás pelos nazistas.

Diante dessa farsa K preocupa-se com o que dissera aos informantes e arrepende-se da ingenuidade com que tratara a situação.

A saga do velho pai continua. Um amigo consegue uma reunião com um general a pedido da comunidade judaica. Nas escadarias do prédio do Clube Militar K recorda-se de outra escadaria em outros tempos: as escadarias de Varsóvia. Mais uma vez a história de repete. Estaria ele agora repetindo o que acontecera nos tempos de juventude? Sua irmã Guida fora presa em um comício do partido que ajudara a fundar. Na ocasião K buscava informações sobre a irmã quando foi acusado de subversão e obrigado a emigrar. Deixara na Polônia mulher e filhos, que apenas vieram para o Brasil um ano depois. Sua irmã Guida, acusada pelas autoridades locais de ter fugido para Berlim com um amante, morrer tuberculosa na prisão. Anos depois, lá estava ele novamente em busca de informações, agora da filha, que, assim como a tia se envolvera em questões políticas. No Brasil, o general o acusou de propagar mentiras na comunidade judaica além de sugerir que a filha teria fugido com um amante para Buenos Aires. A história se repetia. “Alarmou-o a emergência da lembrança, que julgava soterrada sob os escombros da memória” (KUSCINSKI, 2014, p. 36).

“A ausência de resposta das autoridades nacionais levou os familiares a recorrer a organismos internacionais. Os testemunhos dos familiares demonstram que os órgãos de repressão tinham conhecimento sobre o paradeiro dos desaparecidos, mas o omitiam, contrariavam informações anteriores e davam respostas evasivas ou falsas. Ao mesmo tempo, as autoridades procuradas sugeriam que a pessoa desaparecida vivia na clandestinidade, teria abandonado o núcleo familiar ou partido para o exílio. Sempre ressaltando que os desaparecidos eram “terroristas”, “subversivos” e “perigosos”, atribuíam às próprias vítimas a culpa por seu destino “desconhecido” ou “ignorado””(CNV, 2014, p. 503).

Dando continuidade a sua busca, desacreditado que no Brasil conseguiria quem o ajudasse a encontrar a filha, K recorre à ajuda internacional. Decide ir aos EUA e ali procura o American Jewish Committee. Enquanto aguarda ser atendido espera em uma lanchonete. De lá vê um homem judeu lendo um jornal iídiche e passa a observar os imigrantes, se perguntando se teria sido diferente se ao invés de ter feito a opção pela América Latina tivesse escolhido a América do Norte para viver com sua família. Nesse caso, pensa, o pior não teria ocorrido.

Em seguida, K esteve na Europa, em Genebra, pedindo ajuda à Cruz Vermelha, que embora muito séria e comprometida no resto do mundo, não esperava grandes

resultados de sua seção no Brasil. Também procurou a OEA, que se recusou à ajudá-lo e disse-lhe de forma cínica, que de acordo com governo brasileiro nada acontecera com sua filha. Passou também por Londres, em visita à Anistia Internacional que sugeriu que ele pedisse ajuda à American Jewish Committee, órgão que trabalhava de forma discreta com o Brasil e que vinha tendo alguns resultados. Na American Jewish Committee prometeram ajudá-lo. Entretanto, ele devia retornar para o Brasil e esperar ser procurado por um argentino chamado Jacob que usaria como disfarce para abordá-lo a publicação de um livro sobre a literatura ídiche.

Pouco mais de duas semanas depois K é procurado por Jacob. Marcaram um encontro na biblioteca para tratarem da publicação do livro. Lá falaram abertamente, ora em português ora em ídiche. Segundo Jacob, o governo brasileiro tinha um mecanismo especial de fazer desaparecer pessoas sem deixar vestígios. Acrescentou ainda que sumir com o corpo não era difícil, mas que havia sempre testemunhas: um subalterno que carregara os corpos, um piloto de avião (para os corpos jogados no mar), etc.

Dois meses se passaram depois disso. K foi procurado dessa vez por Carlos que não tinha nenhuma informação sobre a filha e o genro. Sobre Ana Rosa chegaram a admitir que fora presa, mas logo negaram. Do marido, nem isso disseram. “Era como se em torno dela e do marido tivessem erguido uma muralha de segredos impenetrável” (KUSCINSKI, 2014, p. 61). K perguntou-lhe sobre Jacob e foi informado de que desaparecera há dois meses sem deixar vestígios. Esse era o preço pago por todos aqueles que ousavam desafiar o sistema.

Dá-se então um outro acontecimento, pela primeira vez o presidente anuncia que revelaria o paradeiro dos desaparecidos. No entanto, revela uma falsa lista pois nela há nomes de pessoas que nunca estiveram desaparecidas. E sobre Ana Rosa e Wilson uma observação no final da transmissão dizia que não havia registros sobre os dois nos órgãos do governo. Inicia-se um novo tipo de tortura: a psicológica. “Confundir o inimigo com mentiras é um recurso legítimo; equivalem às cortinas de fumaça da guerra convencional” (KUSCINSKI, 2014, p. 67).

“Em janeiro de 1975, familiares de mortos e desaparecidos políticos foram a Brasília pedir a criação de comissão parlamentar de inquérito para investigar a prática de graves violações de direitos humanos no país. Pressionado a reagir às interpelações recebidas, em 6 de fevereiro de 1975 o então ministro da Justiça, Armando Falcão, pronunciou-se sobre os casos de 27 desaparecidos de forma protocolar e apresentou dados dos registros dos órgãos de segurança e informações, em que a maioria das pessoas citadas

estavam em liberdade ou foragidas, ou sobre as quais não se possuíam informações” (CNV, 2014, p. 504).

Os contatos de K começam a incomodar o sistema, e num jogo de manipulação entra em cena Fleury, delegado do DOPS de São Paulo, que resolve usar pistas falsas para enganar e desestruturar o pai. Essas pistas o levavam a acreditar que a filha estava viva. Fleury manda chamar Fogaça, um presidiário que lhe prestava serviços sujos em troca de liberdade. Ele deveria ligar para K e dizer-lhe que fora solto do DOPS e que lá vira sua filha. Assim, K desesperado faria de tudo para encontrá-lo, e a repressão ganharia tempo para encontrar uma “solução” para o caso de Ana Rosa e Wilson. Conforme Fleury havia previsto seu plano deu certo: a guerra psicológica é uma tortura eficaz.

No entanto, K não desiste de sua busca e Fleury coloca em ação um novo plano para desestruturá-lo. Liga para um contato em Portugal e manda que enviem uma carta em nome de Ana Rosa para o endereço do pai. E para completar seu sadismo dá ordens para que o dono da Galeria no Bom Retiro avise a K que a filha chegaria de Portugal num voo da TAP. Tudo isso para cansá-lo. “Vamos quebrar a espinha desse velho. Vamos dar uma canseira nele, uma canseira de matar, até ele ter um infarto, filho da puta” (KUSCINSKI, 2014, p. 72).

A busca de K importunava o sistema. Não se tratava de um problema pessoal; o caso era político. Já se falava em abertura política. Precisavam de mais tempo, e por isso, a tortura agora seria psicológica. “O inimigo agora são as famílias desses terroristas. Mas temos que usar mais a cabeça, a psicologia” (KUSCINSKI, 2014, p. 73).

Com o propósito de ludibriar o inimigo, Fleury implantou outra falsa pista a respeito de Ana Rosa, dizendo a K, que ela estava internada juntamente com outras desaparecidas no hospital de Juqueri como louca. A estratégia do aparelho repressor era cansar as famílias a fim de ganharem tempo.

“Mineirinho, eu sabia que era só esperar. Levou uma semana, mas funcionou. Sabia que eles iam morder a isca, e que ia chegar logo no velho. Ele foi sozinho até Franco da Rocha, foi assim direto, bateu na porta e disse que queria ver a filha [...]. Agora vamos dar um tempo. Deixa eles tomarem uma canseira com essa história” (KUSCINSKI, 2014, p. 73).

Todavia K não desiste nunca. K vai atrás de qualquer pista que possa levar à filha. As falsas informações não pararam de chegar, K foi procurado, a mando da

repressão, por uma brasileira que estava no Canadá e dizia ter visto Ana Rosa. Mas dessa vez K não deu tanta atenção à informação. Os agentes da repressão compreendem que precisam mudar suas estratégias. Decidem então divulgar entre os familiares de desaparecidos que os corpos haviam sido encontrados e enterrados cada vez em um lugar diferente. Começa um novo ciclo na busca do velho pai. A procura pela filha viva dá lugar ao rastreio do corpo. E no final de tudo, quando a esperança de encontrar pelo menos uma ossada que pudesse sepultar se mostram improváveis, o único desejo do pai em frangalhos é o de obter o direito de colocar uma *matzeivá*¹⁵ simbólica no cemitério judaico com o nome da filha. K morre sem que nenhum dos seus anseios fossem materializados: a única inscrição simbólica em nome da filha a que assistiu em vida foi uma homenagem feita por um vereador de esquerda que batizou ruas de um modesto loteamento na periferia do Rio de Janeiro com os nomes de militantes de esquerda forçadamente desaparecidos pelo regime militar. Nesse loteamento a memória de Ana Rosa Kuscinski e Wilson Silva foram de alguma forma eternizadas.

A busca pelo corpo: práticas de luto reivindicativas de justiça

Enquanto falsas pistas eram implantadas K não desistia da ajuda internacional. A CIA propôs um acordo ao governo brasileiro em troca de Ana Rosa e do marido, mas, os dois estavam mortos. Ainda que estivessem vivos não faria sentido entregá-los depois de tudo que acontecera, seriam arquivos vivos e poderiam delatar tudo que sabiam.

Diante da ausência do corpo resta sempre o questionamento sobre o fim que foi dado à pessoa desaparecida, isso porque o corpo é o símbolo da certeza da morte: sem o corpo o luto não completa seu ciclo. Embora no caso dos desaparecidos políticos da ditadura militar todos os indícios levem a crer que a vítima de fato faleceu, e há testemunhos que o comprovam, sem o corpo não há morte conclusa. Mesmo com o passar do tempo, os familiares de desaparecidos vivem atormentados pela culpa de seguir a vida adiante, e as dúvidas os atormentam pelo resto de suas vidas: e se o familiar estiver vivo precisando de ajuda? E se perdeu a memória e está esses anos todos vivendo como indigente? E se foi morto, onde estaria enterrado? Como foi a sua

¹⁵ *Matzeivá* é o nome dado a um túmulo, lugar onde as pessoas são colocadas quando morrem.

morte? Diante desses questionamentos o processo de luto fica estagnado. K, depois de quase quatro décadas do desaparecimento de sua filha, recebe um telefonema dizendo que Ana Rosa estaria viva. Mesmo depois da redemocratização do Brasil o sistema repressivo continuara articulado. A ligação foi uma retaliação a uma campanha da OAB na qual uma artista personificou o desaparecimento de Ana Rosa.

Essa incerteza sobre o que teria acontecido com o desaparecido ganha representação na ficção. Bernardo Kuscinski em seu livro de contos “Você vai voltar pra mim e outros contos” narra a história de Joana, mulher de um militante desaparecido, que anda na madrugada em busca do marido que ela acredita estar desmemoriado, talvez cego ou aleijado e vivendo como mendigo pelas ruas. O marido de Joana, Raimundo, era metalúrgico e se ligou a um grupo da Ação Popular ¹⁶ que organizava operários nas fábricas. Raimundo foi preso e espancado de modo tão cruel que morreu no mesmo dia. Segundo testemunhas seus gritos eram ouvidos em outras celas. Entretanto seu corpo jamais foi encontrado, seguindo os procedimentos descritos no início deste capítulo, não se sabe se para ocultar o cadáver seu corpo foi incinerado, enterrado como indigente ou disposto de outra forma. O fato é que Joana nunca aceitou que o marido estivesse morto. “Cadê o corpo?, ela perguntou. E sempre pergunta. Diz que só vai se considerar viúva no dia em que trouxerem o atestado de óbito de Raimundo e mostrarem sua sepultura” (KUSCINSKI, 2014, p. 59).

Embora não assumam a postura de Joana e não tenham a atitude de sair à procura do desaparecido, muitas famílias vivem em seu íntimo a incerteza da morte. Pelo menos uma ou duas noites por semana Joana sai às ruas exibindo a fotografia do marido, e pergunta aos moradores de rua se apareceu algum andarilho ou indigente desconhecido com as características dele. Se lhe dizem que sim, ela procura pela pessoa na esperança de ter o marido de volta. Joana nunca mais se casou: dizem que ela era uma bela mulher e que nunca quis outro homem.

Bernardo Kuscinski em um artigo do jornalista Leonardo Cazes “Os desaparecidos da ditadura e da democracia no Brasil” diz que a aceitação da morte acontece muito depois do desaparecimento, e que numa mesma família ocorre em momentos diferentes para cada um. “Esse método é perverso porque você mesmo

¹⁶ Ação Popular foi uma organização política de esquerda criada em junho de 1962 resultado da atuação dos militantes estudantis da Juventude Universitária Católica (JUC) e de outras agremiações da Ação Católica Brasileira. A partir de seu congresso de fundação decidiu-se pelo "socialismo humanista" com uma vertente protestante.

precisa "matar" a pessoa para continuar vivendo". No caso de Joana, inclusive os filhos respeitam essa necessidade da procura que alimenta a vida da mãe. Ainda que para os filhos a morte do pai seja aceita, Joana não aceita sua morte, e talvez ela encerre seus dias sem aceitá-la.

No mesmo artigo citado acima, a psicanalista Maria Rita Kehl, que faz parte da Comissão Nacional da Verdade, vê dois fatores para a impossibilidade de se encerrar o luto. O primeiro, a falta de um corpo para velar e enterrar. E o segundo é a culpa pela decisão de encerrar a busca do desaparecido. Segundo a psicanalista:

“A morte é um evento tão inaceitável para qualquer um, e a morte violenta ainda mais, que precisamos velar o corpo morto para conseguir acreditar nela. Sem o corpo, fica-se com a sensação de que a realidade da morte foi decidida não por quem causou o desaparecimento, mas pelos que desistiram de buscar o desaparecido. Por isso o luto dos familiares é uma ferida que nunca deixa de doer diz a psicanalista” (CAZES, 2013, s/p).

Voltando ao romance, K fez o que pode para recuperar o corpo da filha, inclusive colocou em risco sua própria vida, porém de nada adiantou. Percorreremos os caminhos de K em mais uma dura empreitada por memória e justiça. Diante da certeza da morte, o pai deseja que sua filha tenha uma sepultura, quem sabe assim ele colocaria fim nessa infundada busca. Em um primeiro momento ele procura o rabino, pois queria colocar uma lápide em nome de Ana Rosa ao lado do túmulo de sua mulher. O rabino é enfático e nega o pedido baseando-se no Talmud, livro sobre os preceitos religiosos. “O que é o sepultamento senão devolver à terra o que veio da terra.” (KUSCINSKI, 2014, p. 78) K argumenta com o rabino e usa como exemplo de lápide sem corpo o caso dos judeus mortos no holocausto. Eles foram homenageados no cemitério do Butantã. Entretanto, diante de sua argumentação foi admoestado pelo rabino por comparar o que aconteceu com a filha ao holocausto.

“A colocação do maitzeivá é apenas a última etapa do sepultamento, para que os familiares e amigos possam reverenciar o morto e rezar o kadish por sua alma. Qual é a origem do maitzeivá? Por que ela era colocada por nossos antepassados? Era colocada para os túmulos não serem profanados, os corpos não serem violados, de modo que voltamos à questão inicial, se não há corpo não há o que profanar, não há o que violar, não porque colocar um maitzeivá” (KUSCINSKI, 2014, p. 80).

Além disso, o rabino usa um pretexto para justificar o fato de Ana Rosa não poder ser enterrada no cemitério israelita: ela era casada com um não judeu. Estava se completando um ano do desaparecimento da filha, exatamente o tempo em que a lembrança do morto fica mais viva e a lápide é colocada. E, as palavras intolerantes e agressivas do rabino ainda ecoam nos ouvidos de K:

“O que você quer na verdade é um monumento em homenagem à sua filha, não é uma lápide, não é um matzeivá; mas ela era uma terrorista, não era? E você quer que a nossa comunidade honre uma terrorista no nosso campo sagrado, que seja posta em risco por causa de uma terrorista? Ela não era comunista?” (KUSCINSKI, 2014, p. 81).

Essa não era a primeira vez que se deparava com esse tipo de acusação. Em outra ocasião respondera com firmeza “Ela era professora universitária na USP” (KUSCINSKI, 2014, p. 82).

Diante da veemente recusa do rabino K resolve fazer para filha e o genro uma lápide em forma de um livro de memórias. Colheu depoimentos, organizou o material, e ao levar na gráfica mais uma vez foi surpreendido. “Como o senhor teve o atrevimento de trazer material subversivo para minha gráfica? Pegue isso e dê o fora, nunca mais apareça com esse tipo de coisa” (KUSCINSKI, 2014, p. 83).

K não aceita que a vida da filha passe sem registro no mundo dos vivos. Ele não concorda que transformem a história de luta e resistência de Ana Rosa em repulsa por parte de uma sociedade cega e submissa. “A falta da lápide equivale dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou seu mundo, formou-se na universidade, casou-se” (KUSCINSKI, 2014, p. 79).

A impossibilidade de enterrar seus mortos foi representada também no livro de contos de Kuscinski no conto intitulado “O Velório”. No conto, pai e mãe enterram simbolicamente o filho desaparecido. O velório parece uma grande festa e reúne todos os moradores da pequena cidade. Senhor Antunes, pai de Roberto, desaparecido pela ditadura, acabava de completar noventa anos e não queria passar dessa vida sem enterrar seu filho. Foi quando então ele e a mulher, dona Rita, resolveram fazer o enterro do filho pois, segundo Senhor Antunes, os mortos tem que ser enterrados.

“O velho Antunes acompanha, com a mão direita sobre o caixão. Faz força para caminhar ereto e com passadas firmes. Sente-se exausto mas feliz. Seu sonho de tantos anos finalmente se realiza; já pode morrer em paz. E toda cidade compreendeu. Isso foi o mais importante. Toda a cidade” (KUSCINSKI, 2014, p. 55).

Podemos extrair desse fragmento além da necessidade de se dar um destino digno à memória do desaparecido através do enterro simbólico, a constatação de que passados os anos de chumbo, momento que em o medo regia as relações sociais, a sociedade se volta para o sofrimento das famílias de desaparecidos e endossa a busca por memória e justiça. No conto os moradores da pequena cidade compareceram ao velório simbólico em concordância com a premência do enterro para a família da vítima. De certa forma, o enterro simbólico trouxe para a cidade o início de um debate necessário sobre a memória dos desaparecidos políticos no Brasil ditatorial.

O desejo de dar fim aos restos mortais dos desaparecidos também motivou as famílias na vida real a fazerem o enterro simbólico de militantes desaparecidos. As famílias enterraram urnas vazias ou com pertences pessoais. No entanto, a angústia dos familiares só termina quando os restos mortais são encontrados, conforme narra Gertrud Mayr, quando finalmente foi identificada a ossada do filho, Frederico Eduardo Mayr:

“Senti-me gratificada e só agora, com a identificação, com o traslado e o sepultamento, é que a coisa foi consumada. Antes era uma coisa só para dentro, não que eu não quisesse tirar de dentro de mim, mas eu não conseguia, não saía. Agora é o normal, acontece com qualquer pessoa: morrer e ser enterrada. Eu comecei a viver (essa normalidade) só agora” (CNV, 2014, p. 505).

Os familiares de desaparecidos carregam consigo o desejo de enterrar seus mortos. Foi assim com K, que morreu sem conseguir enterrar a filha, ou ao menos poder realizar um enterro simbólico tal qual como fizeram senhor Antunes e dona Rita. Nas advertências ao leitor do livro de contos, Bernardo Kuscinki esclarece que embora os contos lembrem episódios conhecidos, eles não passam de invenção, criações literárias sem obrigações com a fidelidade dos fatos que possam lhe ter servido de inspiração. Mas o fato é que ficção e realidade convergem e ainda, nas palavras do autor, podemos dizer que as narrativas de cunho literário permitirão ao leitor sentir um pouco da atmosfera daqueles tempos, com nuances e complexidades, que a simples história dos fatos não conseguiria captar.

Em depoimento à CNV, Kátia Elisa Pinto, filha do desaparecido Onofre Pinto, contou que sua avó esperou pelo filho até o último dia quando faleceu.

“ela ainda esperava por ele. Esperava mesmo. [...] O fato de não ter o corpo, principalmente, na nossa cultura ocidental, dá uma sensação de que a pessoa está viva, está em algum lugar, de que ela vai aparecer em algum momento” (CNV, 2014, p. 430/431).

O caso da avó de Kátia pode ser associado ao de Joana na ficção: a sensação de que a pessoa está viva atormenta o familiar até o fim dos seus dias, e o enterro simbólico tal como desejaram senhor Antunes e dona Rita, pode ou não colocar fim à angústia da família. Assim como disse Kuscinski cada pessoa tem seu tempo e seu modo de aceitar a morte, e muitos morrem sem aceitá-la.

Outro testemunho presente nos depoimentos de desaparecidos da CNV ressalta igualmente a dificuldade de se lidar com a ausência do corpo da pessoa desaparecida. Tessa Moura Lacerda lamenta a impossibilidade de enterrar seu pai, Gildo Macedo Lacerda, que desapareceu quando a mãe de Tessa descobriu que estava grávida dela. A fim de tornar a morte objeto tangível é necessário o corpo, porque o corpo, neste caso, é a evidencia da perda definitiva. Somente assim o luto segue seu curso.

“O fato de não ter um corpo para que eu faça o rito impede que eu possa ter o luto por essa morte [...] Queria poder levar meus filhos ao túmulo de meu pai. É uma história que não fecha, não é justa com ninguém” (CNV, 2014, p. 432).

São muitos os casos de desaparecimentos forçados publicados no relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Lamentamos que não seja possível que todos eles constem nessa dissertação. São pessoas que tiveram o curso de suas vidas alterados por força de um sistema tenebroso que não pensou nas famílias, que jamais se colocou no lugar daqueles que tiveram que se reinventar porque perderam os principais provedores de seu lar, são histórias que mudaram para sempre. Vejamos a declaração de Iara Xavier Pereira que perdeu o marido e dois irmãos por força da repressão. Ela mantém a luta e a esperança.

“A ilusão de que o esquecimento é suficiente, para eliminar do cenário histórico determinados períodos, sempre foi desmascarada. [...] a história não pode ser sepultada como indigente, sob nome falso. Assim como eles fizeram com os mortos enterrados em Perus, como é o caso do meu irmão, Alex, para que eles desaparecessem. Para que não restasse memória. Para que não pudéssemos sequer sepultá-lo. Os desaparecidos do Araguaia, que estão

enterrados no cemitério de Xambioá, nas selvas, na serra da Andorinha, quiçá onde eles foram sepultados para que permanecessem no esquecimento da história desse país. Um dia a verdade ressurgirá em sua plenitude. Presente e futuro são resultado de ações passadas e ignorá-las, deliberadamente, não leva ao seu desaparecimento. Reestabelecer a verdade histórica é um compromisso com o presente e com as gerações futuras” (CNV, 2014, p. 432).

O que mais nos chama atenção nas declarações de Iara é a falta de uma cultura da memória no Brasil. Ignorar o passado não leva ao esquecimento, pelo contrário, perpetua a impunidade. A imposição do esquecimento é mais uma crueldade com as vítimas que veem ignorada a história. É preciso reestabelecer a verdade para que o Brasil precisa enfrentar seus fantasmas. Nas palavras de Iara, a história não pode ser sepultada como indigente; ela precisa ser levada à exaustão, porque reestabelecer a verdade histórica é assumir um compromisso com e em prol das novas gerações para que o estado de exceção não se repita mais em nosso país.

Dando continuidade a saga de K, mapearemos os caminhos pelos quais ele percorreu. A repressão não poupou o velho pai, pistas falsas surgiam a todo o momento e ele mesmo sabendo do jogo sórdido a que estava submetido não poupou esforços para recuperar o corpo da filha. De acordo com um jornalista, em mais um jogo da repressão, presos políticos estariam enterrados em um ferro velho na baixada fluminense e numa atitude impensada K segue sozinho o encaixe da filha desaparecida. Chegando no local se convence de que deveria ter passado o informe à comissão de desaparecidos, que mobilizariam os demais órgãos envolvidos, seria uma irresponsabilidade iniciar uma escavação sem a presença da perícia, da OAB e de testemunhas lavrando em ata.

Naquela noite, após um dia exaustivo, dormiu profundamente pela primeira vez desde o desaparecimento da filha. Teve um sonho perturbado que tentou desvendar, e como todo sonho, cenas confusas se entrelaçavam. Na primeira cena, ele cavava o solo com uma pá; deveria ter feito a escavação no dia anterior e não a fizera. Na próxima cena do conturbado sonho, K, já no fundo de suas escavações, volta seu olhar para cima e se depara com rostos encarando-o: seriam rostos familiares de desaparecidos. Ficou claro para K naquela cena de sonho que ele errara em não ter acionado todos os envolvidos e ter partido sozinho atrás da pista do jornalista. De repente, se lembrou de outra cena, a pá bateu na pedra e atrás dela saiu uma cobra e ele a matou de um golpe só. Embora não tenha sido picado pela cobra, sentiu calafrios como se estivesse doente. Todos haviam sumido, só estava lá uma mocinha mulata com uma criança no colo, e

essa mulata era a babá que ele contratara para cuidar da filha quando a mulher entrara em depressão por conta das notícias da guerra. Na ocasião, Ana Rosa sofrera muito quando ela desaparecera, ou melhor, fora embora sem avisar reconstruir sua vida longe dali. Desaparecida mesmo era a filha de K, forçadamente desaparecida.

O tempo passa, e sem notícias o velho pai precisa seguir em frente, sempre atormentado pela lembrança e pela vontade de encontrar os restos mortais da filha. Quarenta anos depois da tragédia ele recebe uma citação com o timbre e assinatura de um general do Exército e pensa se tratar do desaparecimento da filha, no entanto, a citação é referente a um falso general que o chantageou em troca de informação sobre Ana Rosa; tudo não passava de uma armação.

Diante disso se questiona sobre sua ingenuidade: como ele podia acreditar que em troca de dinheiro fosse possível derrubar o muro de silêncio que envolvia o desaparecimento de pessoas pela ditadura militar, justo ele que chegara a contratar várias pessoas importantes que nada puderam fazer. Fora ingênuo ou talvez tivesse um fio de esperança.

No julgamento ficara claro que o militar estava sendo julgado não porque extorquir K, mas porque colocara as forças armadas em má situação quando afirmara ter visto Ana Rosa. Durante o interrogatório, admite nunca ter visto a moça presa e que inventara tudo. Sai então a sentença que confirma as deduções de K:

“O réu, sargento Valério, é condenado a perda da patente e um ano de reclusão, ao final da qual será expulso do exército, por ultrajar as forças armadas ao propalar com objetivos criminosos a falsa informação de que civis estiveram detidos em dependências militares” (KUSCINSKI, 2014, p. 149).

Diante da sentença K revolta-se e dirige-se aos militares presentes questionando informações sobre a filha, mas a única resposta que consegue deter é a mesma que ecoa por anos, nenhum civil estivera detido em dependências militares. Revoltado, K deixa a sala, compelido por dois soldados. Essa não foi a única tentativa de extorsão que ele sofreu na sua busca sobre notícias de Ana Rosa. Em outra ocasião não acreditou, e não levou para frente a informação dada. Talvez porque tivesse já caído na primeira cilada, porém, mesmo diante das evidências, ainda se culpa por não ter tentado.

K se tornou um ícone na luta por informações de um filho desaparecido pela ditadura, título que dividiu com Zuleika Angel Jones, conhecida como Zuzu Angel, mãe

de Stuart Edgar Angel Jones, morto na base Aérea do Galeão e desaparecido desde então. Zuzu não teve o mesmo destino de K: ela enfrentou a ditadura e acabou pagando com a própria vida. A luta contra o regime pela recuperação do corpo de seu filho acabou num acidente de carro. O carro dirigido por ela derrapou na saída do túnel e saiu da pista; chocou-se contra a mureta de proteção, capotando e caindo na estrada abaixo, matando-a instantaneamente.

O que podemos contatar nessa busca pelo corpo e por justiça é que se trata de uma busca necessária. Os familiares dos desaparecidos não viraram e nem vão virar a página como querem os militares e parte da sociedade. Há resistência e não se trata de revanchismo; o que está em jogo é uma necessária discussão sobre a memória. Embora essa seja uma história de dor, que fere e machuca, ela precisa ser debatida para que horrores como esse não continuem a acontecer como ainda acontecem em nossas periferias.

5. MEMÓRIAS FEMININAS DA REPRESSÃO

*“Narrar é resistir.”
Guimarães Rosa*

Apresentamos uma breve biografia de três mulheres juizdeforanas cujas trajetórias de vida representam o perfil das mulheres que se envolveram com o projeto político das esquerdas revolucionárias. Pretendemos discutir o papel das mulheres como sujeitos políticos e importantes figuras na construção da democracia no Brasil. A análise dos dados se dará a partir de três pilares, a saber: as motivações que levaram as mulheres a participarem da militância política contra o Regime Militar; a brutalidade do sistema repressivo, as prisões, torturas e a vida na clandestinidade e os reflexos da violência na estrutura psíquica dessas mulheres.

Com esse propósito, foram analisados depoimentos de mulheres da cidade que participaram de organizações de esquerda prestados à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora e ao Comitê pela Memória, Verdade e Justiça. A fim de estabelecer um critério para a seleção dos depoimentos que seriam utilizados nessa dissertação, buscamos mulheres nascidas em Juiz de Fora ou que tem uma militância associada à cidade cujo percurso de vida culminou em prisões, torturas e clandestinidade. Sem pretensão de fazer aqui uma análise psicológica buscamos também investigar o impacto da resistência na trajetória de vida dessas mulheres;

As histórias de Marilea Venâncio Porfírio, Marília Salles Falci Medeiros e Nair Guedes se cruzam quando se trata de luta e resistência. São mulheres que marcaram a cidade que carrega a desonra de ter sediado as tropas responsáveis pelo golpe de 1964.

Contexto histórico: Juiz de Fora e sua participação no golpe civil-militar

*“[...] a revolução não foi no dia 31, a revolução começou antes, no dia 30, que eu fui preso antes da data que eles falam aí, a revolução começou um pouquinho antes. Eu acredito, acredito, eu não vou dizer com absoluta certeza, mas é difícil de eu tá errando sabe, onde a revolução começou, ela nasceu aqui em Juiz de Fora, eu acredito que eu tenha sido o primeiro preso da revolução do Brasil inteiro” (CMV-JF, 2015, p. 47).
Depoimento de José Villani Côrtes*

Juiz de Fora carrega consigo a mácula de ter sediado as tropas que partiram rumo ao Rio de Janeiro lideradas pelo general Olympio Mourão Filho cuja ação resultaria na deposição do então presidente João Goulart. O golpe teve apoio de importantes setores da sociedade que temiam as reformas de base propostas por Jango; uma suposta ligação do presidente com regimes comunistas foi um subterfúgio da direita para evitar o avanço da esquerda e suas reformas que em nada beneficiaria as elites brasileiras.

Mourão comandava o batalhão da 4ª Divisão de Infantaria e contou com apoio dos militares juiz-foranos e das tropas vindas de Belo Horizonte e São João Del Rei para ocupar o estado da Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro. O golpe foi apoiado pela imprensa, pela Igreja Católica, por empresários e parte da classe média dominada pelo discurso das elites. Os governadores dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, respectivamente: Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, respectivamente foram os idealizadores da mobilização contra Goulart. Irritado com um discurso de Jango no dia anterior e contrariando um acordo estabelecido com o governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, com o general Carlos Luiz Guedes, da 4ª Região Militar de Belo Horizonte, e José Geraldo de Oliveira, comandante da Polícia Militar de Minas, o general Mourão Filho dá ordens para que as tropas avançassem rumo ao Rio de Janeiro.

Assim que soube do movimento que marchava rumo à ocupação do estado da Guanabara, o presidente João Goulart determinou ao ministro da guerra, general Jair Dantas Ribeiro, que tomasse providências para deter os revoltosos. Assim, as tropas do 1º Exército foram deslocadas para impedir à passagem das tropas de Mourão Filho. Em relação ao arsenal bélico, as tropas do Rio de Janeiro eram superiores, e, de certo os mineiros seriam derrotados. No entanto, o confronto previsto entre as tropas não aconteceu, após uma conversa entre Mourão Filho e o comandante das tropas do Rio de Janeiro em Areal. O 1º Exército se juntou às tropas mineiras, ocupando as cidades fluminenses ao longo do trajeto sem que houvesse resistência civil, e marcharam rumo ao Rio de Janeiro para a tomada do poder. Jango não reagiu, deixou o Rio de Janeiro em direção à Brasília, partiu para Porto Alegre, e após a consolidação do golpe se exilou no Uruguai.

Logo depois que o poder foi tomado pelos militares, o retorno das tropas a Juiz de Fora foi motivo de festa: uma multidão esperava os militares na Avenida Getúlio

Vargas para prestar-lhes homenagens. Mas a cidade estava dividida porque uma parte apoiava a “revolução”, e outra parte, composta por estudantes, sindicalistas e artistas se opunham ao que sabiam ser um golpe de estado.

Houve resistência, muitos foram presos, porém muitos permaneceram na cidade e combateram a ditadura de forma clandestina. Juiz de Fora ao mesmo tempo em que carrega a desonra de ser a cidade que impulsionou o golpe também se orgulha de ter filhos da resistência: daqui saíram grandes nomes que puderam marcar a história de luta e resistência durante os 21 anos de vigência do regime de exceção.

Cinquenta anos depois do golpe que deu a Juiz de Fora o título de “capital revolucionária”, a cidade decidiu revisitar sua história. Em 2 de abril de 2014, foi constituída a Comissão Municipal da Verdade que teve como principal objetivo voltar ao passado, descobrir o que esconde a história oficial e fazer justiça à memória das vítimas das graves violações dos direitos humanos ocorridos naquele período de nossa História.

“Na versão oficial, é enaltecido o papel da cidade de onde saíram as tropas do general Mourão em direção ao Rio de Janeiro, para, num esforço conjunto com outras forças militares, depor o presidente João Goulart e “defender a democracia”. Desta iniciativa, originada em Juiz de Fora e provavelmente da aquiescência das autoridades municipais às medidas que se seguiram ao golpe, derivaria a alcunha de Capital Revolucionária. No entanto, os desdobramentos do golpe civil-militar e as revisões da história exigidas pela sociedade brasileira após a redemocratização, encarregar-se-iam de reduzir às devidas dimensões aquela alcunha e revelar o patético encoberto no título pomposo. Se revolução não houve, mas apenas quartelada e conspiração da ordem constitucional, que sentido tinha tal denominação senão o de edulcorar a dura realidade, dando aos fatos e ao papel neles exercido por nosso município uma dignidade que não tinham?” (CMV-JF, 2015, p. 12).

A CMV-JF ouviu os depoimentos de 37 pessoas e incorporou aos seus arquivos os relatos de 15 depoimentos prestados ao Comitê pela Memória, Verdade e Justiça, e dois depoimentos ao Projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia.

Já que fomos, infelizmente, pioneiros nessa triste cena de nossa história que sejamos pioneiros na luta por memória e justiça.

Três mulheres e um ideal

Mariléa Venâncio Porfírio, nasceu em Juiz de Fora, em 7 de setembro de 1946, possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestre em Educação pela Fundação Getúlio Vargas, doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ao concluir o curso de graduação em 1969 foi aprovada no concurso para o antigo INPS, hoje INSS, como assistente social e começou a trabalhar em maio de 1970 em Belo Horizontes, trabalhou até dezembro de 1971, momento em que foi presa e não mais retornou ao seu posto de trabalho no INPS. Após sua saída da prisão trabalhou como assistente social. A partir de 1985 prestou concurso público, primeiramente para Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro, e em 1991 ingressou na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde atua no Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos.

Marília Salles Falci Medeiros é socióloga, possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ e mestre em Epistemologia das Ciências Sociais e Filosofia, Université de Picardie, doutora em Sociologia pela Université de Picardie, Amiens, França, e pós-doutora em Sociologia do Trabalho no Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces - LADDYS - da Maison Max Weber, Université de Paris X – Nanterre. No início de sua carreira, assim que terminou o curso de graduação em 1970, Marília se mudou para o Rio de Janeiro e começou a trabalhar na ONG Bemfam – Sociedade do Bem-estar Familiar no Brasil. Em 5 de abril de 1973 por ocasião de sua prisão, associada aos trabalhos da ONG, ela deixou o trabalho. Quando saiu da prisão deu aulas em universidades particulares até ser absolvida e prestar concurso público para professora na Universidade Federal Fluminense.

Nair Guedes nasceu em Araguari MG. Possui graduação em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalhou como operária em São Paulo, como camponesa em Goiás, e foi presa em Recife. No entanto, conseguiu enganar a polícia e se exilou na França entre 1974 a 1979 com três filhos pequenos. Na França

trabalhou como assistente social e lidava com mulheres estrangeiras vítimas de violência doméstica.

Mariléa Venâncio Porfírio

“... eu acho que para o país, para a história do país, para a formação política histórica do país, as comissões da memória da verdade elas são fundamentais, essa história, ela ainda é uma história totalmente desconhecida. Ela tem que ser desvelada e muito desvelada” (CMV-JF, 2015, s/p).

Motivações: as causas que levaram à luta pela resistência

Marileia começou a se envolver em causas sociais ainda na infância quando participava junto com os pais de um movimento da igreja católica chamado Vicentinos; eles realizavam visitas em bairros pobres e levavam ajuda financeira a famílias carentes. Desde muito cedo ela começou a ter contato com questões que norteariam seus pensamentos de esquerda como justiça, pobreza e desigualdade. Em sua formação familiar sempre ouviu dizer que aqueles que possuíam algo a mais deveriam repartir, que era inadmissível como católicos não agirem como Cristo agiria.

Em conformidade com a instrução familiar, Marileia, que estudava no Colégio Santa Catarina, também participava de trabalhos comunitários em prol de famílias carentes de Juiz de Fora. Foi no colégio Santa Catarina, no projeto Veridas, que ela foi conhecer as favelas da cidade e entender que só suprir a carência financeira não adiantava, e que era necessário fazer mais por essa população carente de direitos sociais. Foi assim que o curso de serviço social surgiu como uma possibilidade na vida de Mariléa.

No entanto, durante a sua formação no curso de serviço social na UFJF, tomou consciência de que as questões sociais no Brasil eram estruturais, e que a realidade não mudaria através apenas da boa vontade de pessoas, e nem através de uma profissão. Diante dessa constatação ingressou na militância.

Militância feminina e violência: Clandestinidade, tortura e prisão

Mariléa ingressou na militância em 1966. Segundo ela, os dois primeiros anos que se sucederam ao golpe se passaram ilesos, sem que ela tomasse qualquer atitude de luta frente ao regime de exceção. Ao iniciar seus estudos ela percebeu que havia algo errado acontecendo no país, e ingressou no movimento de resistência, primeiramente através da Juventude Estudantil Católica¹⁷. Passado o primeiro ano de militância, ela assumiu a presidência do Diretório Acadêmico e foi chamada para participar da Ação Popular¹⁸. Tudo isso aconteceu no ano de 1966.

Em 1967, já na Ação popular, entendendo toda a discussão que acontecia no país, começou efetivamente a militar, em função dos presos políticos, das denúncias de prisões e torturas, não só na Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, mas em todo o Brasil. É orientada pela organização a deixar Juiz de Fora e ir para Belo Horizonte. Assim que chegou em Belo Horizonte, no ano de 1970 fez concurso para o INPS e dentre várias opções para atuar escolheu um Hospital da cidade universitária a pedido da Ação Popular. Trata-se do hospital Júlio Kubitschek, que atendia tuberculosos e trabalhadores operados que se acidentavam nas minas. Embora o hospital fosse um dos espaços para militância, Mariléa deveria concentrar suas atividades na Cidade Industrial, juntamente com o movimento operário.

Entre as funções exercidas na Ação Popular constavam: participar de reuniões, de discussões de textos e de panfletagem. Nesse período ela começou a ter contato com pessoas do movimento operário e com a alta direção da Ação Popular; surgiu, então, a possibilidade de ser transferida para São Paulo para trabalhar em uma fábrica, inserindo-se na cadeia de produção.

¹⁷ Juventude estudantil católica foi um movimento da igreja que além do compromisso com a evangelização assumiu um caráter social, tendo os problemas políticos e econômicos do País como questões potenciais em seus encontros. Os estudos estavam direcionados para as contradições da estrutura social, a fim de renová-la.

¹⁸ Ação Popular foi uma organização política de esquerda criada em junho de 1962 resultado da atuação dos militantes estudantis da Juventude Universitária Católica (JUC) e de outras agremiações da Ação Católica Brasileira. A partir de seu congresso de fundação decidiu-se pelo "socialismo humanista" com uma vertente protestante.

Neste mesmo ano começaram a surgir boatos de que havia infiltração na Ação Popular, e rapidamente Mariléa e a amiga Marilda, também de Juiz de Fora, começaram a ser observadas. As duas moravam juntas e quando perceberam que estavam sendo seguidas a mãe de Marilda foi para Belo Horizonte, para veicular a imagem social de que constituíam uma família e que não tinham participação em questões políticas. No entanto, os agentes da repressão foram mais ágeis, entraram na casa quando elas estavam ausentes e encontraram livros e outras coisas que os levaram à associá-las ao movimento de resistência.

Mariléa e Marília foram presas no mesmo dia, quando Mariléa se preparava para viajar para São Paulo. A fim de despistar os agentes da repressão, Marilda saiu com uma mala de roupas e Mariléa com outra. Elas se encontrariam mais tarde antes da partida de Mariléa para São Paulo, mas os planos mudaram: Marilda foi sequestrada assim que saiu de casa e Mariléa no caminho do trabalho.

“Bom, eu saio, ela sai de casa antes de mim, ela vai dizer isso e ela é sequestrada. Eu saio logo após, eu devo ter saído umas 7h30 mais ou menos para ir para o trabalho, eu estava indo para o trabalho normalmente com a sacola, quando eu saio, dou uns dez passos, alguém me chama. Eu olho para trás, no que eu olho para trás, já tem três pessoas em cima de mim, já me agarram, já me põe um capuz, já me põe dentro de um carro. E a partir dali as pessoas dizem: "abaixa, abaixa", eu entrei em susto, eu não tive outra reação. E rodam, rodam, rodam muito tempo e logo depois param em um determinado lugar, eu entro, subo umas escadas, eu vou saber mais tarde que eram as instalações do DOPS” (CMV-JF, 2015, s/p).

Chegando ao DOPS, Mariléa é levada para uma sala fechada e colocada sozinha; e mais tarde, entre outras pessoas, ela vê Marilda. Não se recorda ao certo, mas acredita que começou a ser torturada já no primeiro dia; e como em todos os relatos que acompanhamos ao longo dessa dissertação a violência sexual, neste caso o desnudamento, é o primeiro impacto e mais brusco que o torturado enfrenta. De acordo com Mariléa:

“Mas eu acho que nessa noite eu acho que eu já comecei a ir já para uma sala e a primeira coisa que faz, aí eu acho que é o maior impactante, que causa maior ruptura entre você e outro do outro lado, é te arrancar todas as roupas e é um ato muito brusco, então, já é arrancando todas as roupas. Eu lembro que eu estava de calça comprida e de blusa e já começa pela blusa e já começa tirando tudo. Aquilo causa uma perplexidade que você não sabe o que você vai fazer. E aí já começa a te perguntar coisas que você já ali desnuda, então se você já esta desnuda, né? Corporalmente, você têm que desnudar também

as todas as outras coisas, é o que eles querem. No primeiro momento foi ainda de perguntar as coisas e eu dizer que eu não sabia de nada, não sabia de nada, não sabia de nada, ainda muito, aleatoriamente. Bom, eu não consigo lembrar como foi passada essa noite, mas eu sei que foi uma primeira noite de interrogatório e eu já totalmente sem as roupas” (CMV-JF, 2015, s/p).

No dia seguinte iniciaram as sessões de tortura. Mariléa conta que primeiro começaram com uns tapas no ouvido, seguidos de intenso interrogatório. Perguntavam se ela conhecia pessoas ligadas à organização, e citavam codinomes. Mas ficava difícil saber se ela conhecia ou não, pois uma mesma pessoa podia ter vários codinomes na organização. Na prática, os militares queriam saber se Mariléa fazia parte da direção da Ação Popular, porque ela circulava por vários movimentos de resistência e tinha contato com Aníbal, orientador geral da organização. Aníbal havia sido delatado por pessoas infiltradas na organização ou por presos que, sob tortura, acabaram dizendo o que sabiam. Os agentes estavam, portanto, ao seu encalço.

Mariléa narra que foi intensamente torturada porque não conseguia saber quem eram aquelas pessoas a quem os militares se referiam. Não se tratava para ela de não querer falar porque sob tortura, de certo falaria. Mas como não falava, a tortura foi se intensificando e após os tapas nos ouvidos ela passou a receber choques e teve os dedos enrolados para levar as descargas. Ela não sabe precisar quantos dias passou sob tortura; se lembra que durante dois dias foi retirada do DOPS para percorrer a Cidade Industrial em busca de pessoas ligadas à organização. Mas não reconheceu ninguém, exceto um operário que já havia sido preso. Dias depois foi colocada encapuzada num carro com uma outra pessoa, e ao retirarem seu capuz ela percebeu ser uma antiga colega, Verônica, e viu que estava na estrada Rio-Juiz de Fora.

Mariléa e Verônica foram levadas para o Rio de Janeiro, para o quartel de Barão de Mesquita, e assim que chegaram foram colocadas em celas separadas. Mariléa foi mais uma vez desnudada e colocada numa sala com muitos holofotes. Ela não sabe precisar quanto tempo foi deixada nesse lugar. Em seguida, foi levada para outra cela onde foi submetida à músicas ensurdecedoras. No Rio de Janeiro não foi submetida a interrogatório.

Voltando para Belo Horizonte, acusada de não falar o que sabia, sofreu torturas desde a sua chegada. Ela conta que tem os mamilos retraídos em virtude dos choques que sofreu em sessões de tortura.

“Então começou-se os tapas, os dedos enrolados que eu tenho até ainda marca das torturas, o ouvido, muita tortura no mamilo, tanto que os meus mamilos ficaram retraídos, eles retraíram, tem um que é extremamente retraído, aqui entre as mamas, nos mamilos e faziam em circuito. [...]E aí me punha num balde com água, os pés ali e os choques nos mamilos, nos ouvidos e nos dedos. E perguntando e fazendo perguntas. Eu fui para o paude-arara duas vezes e sofrendo choque nos ouvidos, nos ouvidos e nas axilas, eram lugares extremamente sensíveis, né? E nas mamas, que chegavam a sangrar. Os mamilos eles saíam tanto, que a retração do mamilo vem em função disto” (CMV-JF, 2015, s/p).

Passadas as sessões de tortura, talvez no décimo dia ou mais, os militares queriam que Mariléa fizesse uma espécie de confissão de culpa, que escrevesse as atividades das quais participava. Neste dia não houve tortura física, mas sim psicológica. De repente, enquanto ela esperava, entrou na sala Aníbal, o contato que ela tinha na Ação Popular, coordenador geral do movimento no estado de Minas Gerais, Espírito Santo e talvez Rio de Janeiro. Ele olhou para Mariléa, já com a pele roxeada, e disse:

“Olha, escreva tudo, assine isso aí, não fique preocupada” e ele me mostra uma quantidade, volumes e mais volumes: “Isso aqui já é o meu depoimento, quando eu fui preso, eles já sabiam tudo de mim, Ação Popular está caída, Ação Popular está desmornada e diga tudo já de uma vez. Fale tudo, não sofra mais”(CMV-JF, 2015, s/p).

Diante da declaração de Aníbal, que mais tarde ela descobre ser um codinome, Mariléa fica perplexa, assustada. É nesse momento que ela entende o que estava acontecendo, e, mesmo que tardiamente, ela se vê decepcionada; e as palavras do antigo companheiro de luta ainda ecoavam em sua memória “Eu já achei que foi bom, não tem mais jeito, entreguei tudo, já está tudo entregue, não apanhe mais, não seja mais torturada” (CMV-JF, 2015, s/p). Depois disso ela assinou a declaração que continha afirmações do tipo: lia documentos, estudava, fazia pichação, fazia reuniões e tinha livros subversivos em casa. Passado um tempo, Mariléa descobriu que Aníbal havia feito um acordo com a repressão porque sua mulher, que também era militante, estava grávida e seria liberada se ele entregasse tudo; e ele entregou. Foi a partir dessa sua confissão que começaram as quedas.

Perguntada sobre a dinâmica da tortura, Mariléa afirma que não era ininterrupta: havia horas de tortura intensa combinada com horas de repouso. Existia também uma estrutura composta por dois torturadores: o bonzinho e o bravo, a intenção era que o

bonzinho convencesse o torturado de que a única saída que amenizaria sua dor era entregar tudo o que sabia. Foi a partir de delações que a organização desmoronou como um castelo de cartas; não havia sequer espaço nas instalações para mais prisões.

Passado um mês sem poder se comunicar, Mariléa recebeu a visita do pai, e logo foi transferida para Juiz de Fora, onde permaneceu reclusa no quartel perto do Museu Mariano Procópio. Em Juiz de Fora ela não sofreu tortura física; foi submetida a interrogatórios até que foi liberada para prisão domiciliar. Passados três meses, foi solta com uma restrição: não poderia voltar para Belo Horizonte.

Diante disso resolveu ir para São Paulo, e quando procurou por membros da organização descobriu que todos haviam sido presos. Procurou, então, Dom Paulo Evaristo Arns, que lhe ofereceu apoio para sair do Brasil. Ela recusou. Em São Paulo começou a trabalhar como free-lance, e se hospedou na casa de pessoas ligadas à igreja católica. Contrariando as recomendações dos militares, voltou a Belo Horizonte e tentou se reintegrar, quando foi informada de que fora demitida por justa causa enquanto ainda estava incomunicável.

“Meu pai conseguiu do General da 4ª Região Militar uma declaração de que eu estava detida, eu não lembro bem as palavras, mas detida para responder a um inquérito policial militar. Meu pai levou aquilo na direção do INPS em Belo Horizonte e eles não aceitaram. Ficou arquivado lá, mas não aceitaram dizendo que não, que eu tinha sido demitida por justa causa, porque eu não tinha comparecido ao trabalho” (CMV-JF, 2015, s/p).

Mariléa foi indiciada em três processos que acabaram culminando em um processo no qual ela foi julgada e condenada a seis meses de prisão. Em Juiz de Fora o cardeal Dom Geraldo Maria de Moraes Penido teve função fundamental nos casos de prisão, assim como teve Dom Paulo Evaristo Arns em São Paulo e no Brasil inteiro. O cardeal conseguiu que Mariléa e outros condenados não cumprissem a prisão em presídios. Mariléa cumpriu sua pena na escola onde tinha estudado, o Colégio Santa Catarina.

Os impactos da violência e suas marcas no psiquismo

A primeira questão que se coloca quando o assunto são os impactos da violência sobre o psiquismo é o desnudamento, visto que ele traz consequências nefastas na vida das mulheres vítimas dessa agressividade. Durante as sessões de tortura a mulher, além

de despida, enfrenta uma série de agressões ao corpo tais como o suor, as fezes e a urina, pois lhe é retirada toda a higiene pessoal. Quando a roupa é restituída esta tem que ser colocada sobre um corpo sujo e torturado.

“A tortura, ela era sempre feita você desnuda, raramente você estava com roupa. E aí eu descobri uma coisa que eu não sabia, eu não sabia o cheiro do suor, qual é, o suor do corpo. Aquilo para mim foi uma coisa assim, foi um outro impacto, aquilo também é uma tortura, você sentir o cheiro do seu suor. Porque a tortura, ela fazia você urinar, você evacuar e você suar, e você punha roupa, só tinha uma peça de roupa que eu punha. E aí você punha a roupa, a mesma roupa, que já estava suja, que já estava suada e isso era uma coisa, assim, horripilante, que você sentia aquilo horripilante e que ao mesmo tempo você não sabia como fazer” (CMV-JF, 2015, s/p).

A segunda questão que muda o sentido da vida do sobrevivente é a injustiça: afinal, qual crime lhes era imputado? O que aqueles jovens tinham feito?

“Nada. A peça de acusação era o quê? Que tinham distribuído panfletos, tinham feito reuniões, que tinham livros de Marx, de Lênin, que tinham participado de reuniões para discutir o que fazer do país, que eram contra o regime militar” (CMV-JF, 2015, s/p).

A terceira questão colocada por Mariléa são as imagens da tortura, “Porque a tortura ficou muito presa em mim, o torturador estava muito preso em mim”. Durante muito tempo, ela via nas pessoas, enquanto andava pelas ruas de São Paulo, a fisionomia do Capitão Portela, que tinha os olhos verdes. “Todos os homens de olhos verdes que eu encontrava pela frente eu imaginava que fosse ele” (CMV-JF, 2015, s/p). Outro militar que marcou a memória de Mariléa foi um torturador que tinha o rosto todo cheio de chagas, ela o vi em todos os lugares. Isso fez com que ela se fechasse e não falasse com ninguém sobre o que estava acontecendo.

A quarta questão relacionada ao psiquismo é o apagamento da memória. Há espaços na memória que não são preenchidos, porque são imagens com as quais a vítima não consegue fazer nenhum tipo de associação. Ela sabe que aconteceu, mas não consegue reavivá-las, representá-las.

“Eu não consigo lembrar. Eu não consigo lembrar. Exemplo, eu fui acareada com o Lula. Mas eu não consigo lembrar. Fizeram perguntas que eu lembro que ele falou uma coisa e eu testemunhei e eu avancei nele: "Você está falando mentira". Mas, eu não consigo lembrar de ser torturada com outra pessoa e de ter visto o outro ser torturado. Eu me lembro de ouvir muitos gritos, eu me lembro. Mas eu não consigo lembrar. Eu não consigo,

realmente é uma névoa. Me lembro das pessoas todas envoltas, todas juntas” (CMV-JF, 2015, s/p).

“No ato de tortura. Esse Freitas eu não me recordo em momento algum, nem ali no cantinho olhando. Eu não consigo lembrar, né? Mas esse Portela... E esse outro, esse Casemir Vieira que eu não consigo ter na minha memória física como ele era, como, de que maneira ele era” (CMV-JF, 2015, s/p).

A quinta questão é a apatia política. Quando a Ação Popular acabou Mariléa foi chamada para entrar no PC do B, mas não aceitou; circulou também pelo PT e não se envolveu. Foi assim que ela se enveredou por outras militâncias, mas não políticas. Começou a trabalhar com mulheres vítimas de violência doméstica numa unidade da UFRJ voltada para os direitos humanos.

O tempo do silêncio e a reconstrução da narrativa

Assim como todas as vítimas de violência Mariléa passou pelo tempo do silêncio. Ao sair da prisão, depois de ter passado por sessões intensas de tortura ela não contou à família o que lhe tinha acontecido.

“Então, eu acho que quando eu cheguei, é, minha mãe me perguntou alguma coisa, meu pai me perguntou, mas meu pai já me viu muito mal quando eu estava lá, minha mãe também foi. Eles me viram muito mal, eu acho que eles quiseram me preservar. Eu fui falar mais tarde para as minhas irmãs, um pouco mais velhas. Mas na verdade, eu nunca falei muito, eu nunca falei o que foi, né? O ginecologista, quando ele perguntou, o ginecologista, eu deixei de ir no ginecologista homem, passei a ir no ginecologista mulher. Quando perguntou do mamilo, aí eu falei” (CMV-JF, 2015, s/p).

Com o passar dos anos, a vítima sente a necessidade de falar, mas não consegue, acredita que não tocando no assunto ela conseguirá esquecer, e assim continuar a viver sem as cicatrizes deixadas pela violência. No entanto, as marcas da tortura fazem parte da vida e do corpo da sobrevivente. “Então a tortura ficou na minha cabeça, eu não tinha vontade de falar, eu queria esquecer aquilo ali, eu queria viver outra coisa, eu queria viver minha vida, sair, ir embora” (CMV-JF, 2015, s/p).

Mariléa, conforme já dissemos, teve os mamilos retraídos devido aos choques que levou nas sessões de tortura. Somente falou sobre o que causou a retração quando foi perguntada pela ginecologista porque era algo que a constrangia. Ela e Marilda,

mesmo com o passar dos anos, conversavam pouquíssimo sobre o que lhes tinha acontecido. O mesmo acontecia com os outros amigos. Segundo ela, mesmo com amigos que haviam sido presos na mesma época não havia debate, e quando se encontravam, se falavam alguma coisa sobre esse assunto, era muito vagamente. Mariléa não se submeteu a uma análise psicanalítica, mas hoje considera que se tivesse feito poderia ter conseguido elaborar o trauma sofrido.

A reconstrução da narrativa do trauma foi possível quando Mariléa começou a trabalhar numa unidade voltada para os Direitos Humanos, num centro de referência para mulheres vítimas de violência doméstica. O confronto com a tortura fez com que ela reativasse a militância adormecida: foi a relação com as mulheres vítimas da violência doméstica que fez com que rompesse as barreiras do traumático e transformasse em narrativa a angústia provocada pelo trauma.

“Então são essas mulheres, vítimas de violência doméstica e ir trabalhar com os Direitos Humanos, é que vão me fazer desabrochar uma coisa que estava muito fechada e da qual eu não falava. Então é a partir dali que eu começo a relatar algumas coisas. As pessoas minhas amigas, que eu fiz um novo círculo de amizade, ou de trabalho, elas vão levando susto quando elas descobrem um passado meu que não era tão passado, mas no qual eu não dizia absolutamente nada. Então era assim um grande segredo, então esse grande segredo não era discutido na minha casa com a minha mãe, depois mais tarde com os meus sobrinhos e mais tarde no meu trabalho” (CMV-JF, 2015, s/p).

Quando se muda para o Rio de Janeiro, Mariléa passa a viver com um companheiro de luta, que hoje já não está vivo, e que tinha sido um perseguido político. Ele a ajudou muito, porque dizia absolutamente tudo que tinha se passado com ele.

“então foi essa pessoa que conseguiu ir me ajudando lentamente a ir mostrando e dizendo as coisas, [...]. Então eu vou participar do grupo Tortura Nunca Mais, ali as pessoas já sabiam o que tinha acontecido, mas exemplo, eu passei por alunos e mais alunos que foram descobrir o que tinha acontecido quando eu sou anistiada e aparece no jornal e na televisão. Mas eu sou anistiada há dois anos atrás. Mas eu ainda sinto alguma coisa do torturador em mim, eu ainda sinto, né?” (CMV-JF, 2015, s/p).

Ela termina a entrevista explicando a urgência do testemunho e os motivos que a levaram a contar essa parte de sua vida.

“Me dispus a estar falando? Primeiro que eu acho que para o país, para a história do país, para a formação política histórica do país, as comissões da

memória da verdade elas são fundamentais, essa história, ela ainda é uma história totalmente desconhecida. Ela tem que ser desvelada e muito desvelada, né? As gerações, eu dei aula durante anos, eu falava sobre esse período e eu não me punha como sujeito deste período. Eu sempre fui extremamente crítica, conscientemente crítica, formei alunos críticos, eu fiz todas as críticas, ainda faço, mas eu era um sujeito que pairava no ar, né? Então eu acho que isso tem que ser dito” (CMV-JF, 2015, s/p).

Quanto aos torturadores e todos aqueles atores da repressão, Mariléa pede justiça. Ela acredita que todos eles devem pagar pelo que fizeram porque praticaram danos irreversíveis, tanto físicos quanto psicológicos na vida dos militantes políticos:

“Eu sou uma pessoa que tem um dano psicológico muito forte, mas eu quero que eles também sejam responsabilizados pelo coletivo do país. Pelo coletivo, a memória desse país ainda é uma memória falseada, né? Ainda não revelada na sua totalidade, então eu penso que isto é extremamente importante” (CMV-JF, 2015, s/p).

Para terminar, podemos inferir, de acordo com o depoimento de Mariléa, que uma vez liberada a narrativa do trauma, as vítimas da violência experimentam uma sensação de alívio ao fazer do outro, o ouvinte, um alguém que compartilha de seu sofrimento, neste caso o ouvinte passa a ser a testemunha.

“Então eu fico também, para mim também é importante, eu acho que essa catarse, eu fico até feliz, né? Em poder estar passando e revelando, porque não foi tranquilo, embora eu tenha vivido minha vida tranquila esse tempo todo, eu durmo, já passou, mas tem uma coisa muito fechada, então não é tão tranquilo quanto se imaginava. Então esse momento para mim, além dessa questão política e de revelação histórica, eu acho que também tem uma questão pessoal que é muito importante e aí eu também agradeço. Eu acho que é também de agradecer, né? A importância que isso significa” (CMV-JF, 2015, s/p).

Marília Salles Falci Medeiros

“Então foi uma época de muita violência, uma violência muito grande da repressão. Eles não estavam brincando não. Estavam em guerra e eles falavam com a gente: “Nós estamos em guerra” (CMV-JF, 2015, s/p).

Motivações: as causas que levaram à luta pela resistência

Marília se formou em sociologia na Universidade Federal de Juiz de Fora e logo foi para o Rio de Janeiro em busca de emprego. Durante o tempo em que estudava não

tinha vínculo com o Partido Comunista nem com outro partido. Chegando ao Rio de Janeiro participou de uma seleção e foi chamada para trabalhar na empresa Bemfam – Sociedade do Bem-estar Familiar no Brasil, uma das primeiras ONGs de planejamento familiar. Essa empresa propunha o planejamento familiar educando mulheres pobres brasileiras levando-as a ter uma maternidade consciente e responsável. Tratava-se, a princípio, de um projeto nobre que contribuiria para o crescimento racional e organizado da sociedade. No entanto, as verdadeiras motivações que estavam por trás dessa empresa fez com que Marília repensasse sua atuação e entrasse na luta pela resistência.

Na realidade, a Bemfam era financiada por órgãos internacionais de pesquisa, e as mulheres atendidas eram na verdade cobaias de laboratórios que, em plenos anos 60, na emergência das pílulas e métodos contraceptivos, precisavam testar seus produtos. O Brasil, preocupado com questões demográficas, aceitou juntamente com todos os países pobres, pós Revolução Cubana, a participar da pesquisa.

Marília entendeu-se sobre o esquema com a ajuda de Ana Maria Callado, mulher de Antônio Callado¹⁹, que fazia parte da Resistência Armada Nacional. Através dela conheceu Amadeu, que também era membro da mesma organização. Daí em diante, cada vez mais surpresa com o que descobria, Marília começou a repassar as informações do que acontecia na Bemfam para uma revista chamada Prisma.

O fato é que Amadeu era um dos chefes da organização, e sua queda representou a queda de todos os que o conheciam, inclusive de Marília, que acabou presa pelos órgãos de repressão devido a esse envolvimento.

Militância feminina e violência: Clandestinidade, tortura e prisão

Marília atuou na resistência armada nacional em ações intelectuais. Por questões de segurança os grupos que compunham o RAN não tinham contato entre si, e por isso ela não sabia de nada que acontecia no grupo de ação armada. Ela e o marido

¹⁹ Antônio Carlos Calado (1917-1997). Foi um jornalista, romancista e dramaturgo brasileiro nivelado entre os mais importantes intelectuais a lutar contra a ditadura militar brasileira. Foi preso duas vezes. Em seus romances revela em seus romances seu compromisso político, principalmente naquele que muitos consideram o romance mais engajado daquelas décadas, [Quarup](#).

foram presos em 5 de abril de 1973, numa época de extremo fechamento político, quando as organizações uma a uma estavam caindo, uma época de muita violência e grande repressão.

No momento da prisão estavam em casa Marília e Hermes, um membro importante da organização, que inclusive participou da guerrilha do Caparaó. Ela e o marido moravam num quarto e sala no Flamengo no primeiro andar. Assim que a casa foi invadida por um grande número de militares armados, Hermes pulou pela varanda e tentou fugir. Enquanto isso, o povo se aglomerava do lado de fora do prédio, pois haviam escutado tiros e, a rua estava cercada. Os militares levaram Marília e a obrigaram a carregar armas de tal maneira que as pessoas do lado de fora na rua pudessem acreditar que se tratava de uma pessoa perigosa. Marília conta que no momento da prisão um homem abordou um dos militares e perguntou sobre o mandato de prisão. A resposta do militar foi um tapa que fez com que o homem fosse derrubado. O marido de Marília, Rogério Medeiros, chegou depois que ela e Hermes já tinham sido levados. Logo que chegou se deparou com os agentes que o esperavam dentro de casa e o levaram preso.

Marília e Rogério foram levados para o quartel da Polícia do Exército, o DOI-CODI do Rio de Janeiro. Hermes, que não fora visto pelos dois, foi intensamente torturado. Na van que o levava ele estava muito machucado. Havia recebido um tiro na perna e estava mancando. Durante as sessões de tortura ele assumiu todas as responsabilidades, deixando claro que apenas ele pertencia ao grupo de Ação Armada e que Marília e Rogério nunca haviam pego em armas. Esse depoimento foi decisivo para o desfecho da história do casal, pois embora tivessem sido torturados, não foram mortos.

Quanto às torturas, Marília, ao chegar na Polícia do Exército, foi colocada numa “geladeira”, ou seja, uma cela escura e super gelada. Além disso sofreu torturas psicológicas e foi submetida a chutes. No dia seguinte foi levada para uma cela com uma jovem do PC do B. Elas ficaram pouco tempo juntas, mas a jovem, que marcou a memória de Marília, a ajudou explicando-lhe como agir naquele lugar.

“ela chegou a ponto de me ensinar coisas, entendeu? De me ensinar um monte de coisa, do tipo assim: “Aqui vai ter que entrar, vai apanhar, é lá embaixo, aqui é uma câmara de tortura”. Ela me colocou tudo: “Aqui toda hora vem um, abre essa janela, não chega naquela janela”. Porque a tendência é a gente chegar pra ver o que é que tem no final da cela, era uma cela

grande. Ela falou: “Não, não chega lá, se chegar um cara, imediatamente aparece aqui”. Então eu nem sabia o que tinha do lado de lá. A menina foi embora. Eu nunca mais vi a menina, entendeu? Mas ficou na minha memória. Sei que ela estudava na PUC. Foi super solidária comigo. E era lá dentro uma linguagem dos nossos companheiros, assim, uma solidariedade incrível no sofrimento, né?” (CMV-JF, 2015, s/p).

Marília passou por intensas sessões de tortura psicológica: foi colocada numa cela ao lado de salas de tortura e ouvia gritos de dor a noite toda; chegaram a trazer os documentos do marido e dizer que ele tinha morrido. Ela também passou por uma acareação com Amadeu porque os militares queriam saber o envolvimento dela e do marido com a Ação Armada.

“Um dia desci, eles me tiraram numa madrugada lá e me botaram na frente do Amadeu. Eu fiquei horrorizada de ver o Amadeu. Ele estava um trapo, a boca da Amadeu estava toda quebrada, ele estava implorando água, entendeu? E ele estava no fim. Mas ele estava, assim, no fim. E os caras arrebatavam, o incrível exército de Brancalone, acabaram com ele. E eu cheguei na frente dele, porque era assim que eles faziam para poder um arrebatando com o outro, entendeu? É a chamada acareação, né? O Amadeu falou tudo que eu tinha feito, entendeu?” (CMV-JF, 2015, s/p).

No DOPS Marília não sofreu torturas físicas. Ela conta que um dia a encapuzaram e a levaram para o Hospital Central do Exército, onde ela foi submetida a exames e teve medo de ser internada como louca. Fazia parte das estratégias da repressão simular transtornos mentais para manter pessoas incomunicáveis em manicômios. Passados uns dias, que ela não sabe precisar, ela foi levada novamente para o DOI-CODI, para mais uma sessão de interrogatórios.

“E eu aí comecei a pensar, porque a gente sabia que eles internavam como louco e eles falaram: “Se cair lá não vai sair mais”, entendeu? “Se cair lá, aqui não sai mais”. Falam de tudo, eles agrediam de tudo. Mas tinha um Sargento, um enfermeiro negro, Sargento. Que um dia teve a dignidade... Bem, muita gente diz que não é dignidade, tudo aquilo fazia parte de uma coisa só. “Seu marido está vivo, você vai voltar pra PE”. Ele levava comida, a gente desesperada, nem comia direito, ele falava: “Você tem que se hidratar, você vai voltar pra PE”. E ele foi me colocando o seguinte: “Você vai sair daqui. Mas você vai antes passar pelo DOPS”. Pelo DOPS não, pelo DOI-CODI. E foi o que aconteceu. Uma bela madrugada, também me levaram encapuzada, e me levam pra eu dar o famoso depoimento que tinha que ser dado do que que eu fiz, do que que eu não fiz, de quem que eu conheço, de quem que eu não conheço, entendeu? E fiquei lá mais uns quatro dias nessa alternância de um dia na cela, outro dia lá embaixo, outro dia na cela” (CMV-JF, 2015, s/p).

Perguntada sobre os motivos de ter sido levada para o Hospital do Exército, Marília acredita que foi devido a uma suposta hemorragia provocada por torturas. Na verdade, ela não tinha nada, mas estava menstruada; e como a puseram nua, acredita que se assustaram porque ela sangrava muito devido aos chutes. Logo que saiu do hospital foi levada para a Vila Militar que, segundo ela, não era uma unidade “barra pesada”. Nesse lugar não aconteciam as sessões de tortura, porque ele correspondia a uma fase de adaptação para a liberdade. Os militantes políticos o chamavam de “engorda”: tinham direito a banhos de sol e a uma alimentação melhor.

Em relação à saída da prisão, Marília conta que eles eram orientados a sair acompanhados de algum membro da família porque os militares, depois de liberar o preso político, simulavam uma situação para provocar a sua morte e colocar a culpa na organização.

Em março de 1977, todos os envolvidos na Ação Intelectual da organização foram julgados e liberados. Os militantes da luta armada foram todos condenados e só saíram da prisão dois anos após a anistia.

Os impactos da violência e suas marcas no psiquismo

O que podemos depreender do depoimento de Marília é que a tortura psicológica a afetou tanto ou mais que a tortura física. A ameaça constante diante da possibilidade de ser torturada, e o fato de ter sido colocada próxima a salas de tortura, onde ouvia gritos de sofrimento de colegas, a desestruturaram muito. “Eu preferia mil vezes apanhar, arrebentar, choque que eu não levei, entendeu? Do que ficar em cima de uma câmara de tortura” (CMV-JF, 2015, s/p).

Ela conta que após sua saída da prisão tinha dificuldades em passar perto de um carro de polícia, “Eu não podia passar perto de uma radiopatrulha. Eu tinha medo, entendeu? E nós fomos seguidos, né? Nós fomos seguidos. Então eu fiquei muito paranoica. Foi muito difícil pra mim” (CMV-JF, 2015, s/p).

Nair Guedes

“Eu sempre digo que foi o que há de pior para a juventude, perceber que ela não pode mais, que ela está sendo cortada, que ela está sendo podada” (CMV-JF, 2015, s/p).

Motivações: as causas que levaram a luta pela resistência

As principais motivações de Nair surgiram ainda na adolescência. Ela conta que tinha vontade de ajudar e sempre se preocupou com seu semelhante. Iniciou a militância na Juventude Universitária Católica (JUC), onde chegou a ser presidente. Em seguida, passou pelo PCdoB e pela Ação Popular. Foi influenciada também pelos irmãos, nove ao todo, que cedo saíram de sua cidade natal, Araguari, no interior de Minas Gerais, para estudar no Rio de Janeiro. Quando chegou a sua vez, Nair não hesitou: foi para Belo Horizonte estudar serviço social na PUC. Enquanto as mulheres de sua geração se preocupavam em casar e ter filhos, ela tinha o desejo de participar e contribuir com o movimento estudantil.

Militância feminina e violência: Clandestinidade, tortura e prisão

A militância de Nair Guedes se passou na clandestinidade. Nair foi presa em Recife, mas conseguiu despistar os militares e se exilou na França. Conheceu José Luiz Guedes, com quem é casada há 45 anos, em Belo Horizonte: ele saiu de Juiz de Fora para estudar medicina na UFMG, ela de Araguari para estudar serviço social na PUC. O que fez com que eles se aproximassem foi à luta pela resistência, porque os dois tinham os mesmos ideais. Como estavam sendo perseguido, já estavam na semiclandestinidade, eles se casaram no Rio de Janeiro:

“Eu sempre digo que foi o que há de pior para a juventude, perceber que ela não pode mais, que ela está sendo cortada, que ela está sendo podada. Foi por isso que, inicialmente, nós não aceitamos isso, fomos para a rua, continuamos indo jogar bola de gude na polícia, nos cavalos, para eles caírem. E aí, fomos numa luta muito intensa, até que chegou o A.I 5, em 68. Foi quando, justamente, nós percebemos que a situação estava muito mais endurecida e que a gente precisaria montar outras estratégias, outros caminhos” (CMV-JF, 2015, s/p).

Além do casamento clandestino, Nair e José Guedes decidiram ter filhos, pois mesmo não tendo uma vida dentro dos parâmetros da época, eles não renunciaram ao sonho de constituir uma família. Em função da vida incerta que levavam, o casal perdeu seu segundo filho. Luiz Francisco nasceu em Belo Horizonte com sérios problemas de saúde e faleceu com seis meses: “nós perdemos por causa dessas condições difíceis, em função do nosso engajamento político e das nossas orientações, da nossa organização política, na época, a Ação Popular” (CMV-JF, 2015, s/p). Nessa época Nair trabalhava como camponesa em Goiás e teve que ir sozinha à Belo Horizonte para ter o filho.

Depois de casados e já com uma filha, o casal se mudou para São Paulo onde Nair trabalhava como operária na fábrica da Philco. Em seguida se mudaram para Goiás, onde Nair atuava no campo: era uma camponesa que cuidava da casa e trabalhava com as mulheres. Depois de Goiás, o casal, que já era muito procurado no sudeste resolve se mudar para o nordeste, para Recife, especificamente.

Nesse período, no Recife, muitos militantes estavam sendo presos e torturados. Nair foi presa enquanto distribuía panfletos à noite, denunciando a situação. Não passou por torturas físicas, mas por torturas psicológicas intensas. Nair já havia perdido um filho e estava grávida; não contou sobre a gravidez ao delegado por medo.

“ O meu medo era, justamente, que fizessem alguma coisa, por causa da Gilce. Eu não falei que estava grávida, eu estava com nome falso, tive que inventar uma história para o delegado...” (CMV-JF, 2015, s/p).

O clima era de absoluta repressão: os contatos com a família eram mínimos para não se comprometerem e não comprometê-los, e mudavam de casa sempre que algum companheiro era pego. Muitos militantes eram presos e torturados junto com os filhos. Não havia, portanto, mais condições de permanecer no país: “Eu entendi que nossos filhos não tinham feito essa escolha, que eles mereciam ter a vida deles e essa foi a razão de eu decidir sair do país” (CMV-JF, 2015, s/p).

No exílio, Nair e o marido participaram da organização do Comitê de Anistia. Eles sempre trabalhavam pensando em voltar para o Brasil um dia, e assim que a anistia foi conquistada, eles retornaram.

Os impactos da violência e suas marcas no psiquismo

As marcas que a violência deixou em Nair tem relação com a sua família, porque ela criou os filhos sob o clima da repressão, “Nós vivemos sob a égide do medo” (CMV-JF, 2015, s/p). E, conforme já dissemos, ela chegou a perder um filho. Ao mesmo tempo em que sabia da necessidade de lutar para tirar o Brasil das mãos dos militares, ela, como mãe, se preocupava com o futuro dos filhos e com o impacto da ditadura em suas vidas. Nair conta que quando foi presa sua filha mais velha ficou sob os cuidados de desconhecidos.

“A Maíra, que hoje está com 44 anos, é professora da Universidade, é uma guerreira, uma valorosa guerreira, nossa! Quando eu fui presa em Recife, ela estava com dois anos, ela ficou numa padaria com pessoas que ela não conhecia” (CMV-JF, 2015, s/p).

Ela afirma que nos tempos da ditadura vivia com muito medo de acontecer alguma coisa com seus filhos e que sabia das consequências que a vida na clandestinidade podia trazer para eles. O último filho de casal foi o que menos sofreu com a escolha dos pais, porque chegou na França com menos de dois anos.

“A Gilce, por exemplo, a nossa segunda filha do sexo feminino, ela foi presa... Eu falo com ela: “Gilce, você foi presa enquanto estava na minha barriga”. Então o que isso produziu na cabecinha dela... Porque a gente já sabe, hoje, que tudo que a mãe vive na gravidez repercute na criança, no bebê. A Gilce foi uma prisioneira enquanto estava na minha barriga. Olha o que passou na cabeça dessa criança?” (CMV-JF, 2015, s/p).

Nair e José Guedes, depois de anos, se deram a oportunidade de recomeçar: adotaram uma criança. “Eu costumo dizer que, pra mim, está sendo uma grande oportunidade de ser mãe em tempos de democracia, porque eu fui mãe nos tempos da repressão”. Ela completa dizendo “A nossa saúde, digamos, física e emocional, tem todos esses componentes desse período que a gente viveu”.

Outra marca que a violência deixa na vítima é o tempo do silêncio e a necessidade de compartilhar com os outros o que aconteceu. Nair foi influenciada por uma amiga, Gilce Consenza, companheira de luta. Segundo Nair, uma vez, ao dar

depoimento na UFJF, Gilce disse que no Ceará participava muito de debates e de palestras para jovens. Ela falava sobre o tempo da ditadura, sobre prisões, torturas. Numa dessas palestras, um dos jovens que estava na plateia, disse que não podia acreditar que tudo o que ela dizia tinha acontecido. Diante da afirmação do jovem, Gilce passou a fazer as palestras se colocando como ex-presas política: dizia o que ela sofrera nas torturas, e falava de suas dificuldades após sua saída da prisão. E ela sentiu que seu testemunho surgia muito mais efeito sobre o público. Diante disso, Nair considera que o testemunho é necessário, e reconhece o papel da Comissão da Verdade na construção de uma memória sobre a ditadura para a sociedade brasileira.

Relação com a ficção

As demissões por justa causa

Na época da ditadura, os desaparecimentos forçados eram usados como motivação para exonerações dos cargos públicos. Isso aconteceu com Ana Rosa Kuscinski e de Mariléa, elas foram demitidas por justa causa de empregos públicos por não se apresentarem no serviço. No caso de Ana Rosa, quarenta anos depois, comprovada a perseguição política, houve reparação. A USP declarou que a professora não abandonara o emprego, e que fora sequestrada por agentes da repressão. Já Mariléa ainda luta por obter um desagravo. Já deu entrada a três processos administrativos nos quais não obteve êxito, e a um processo na justiça que ainda não chegou ao fim.

“ E aí, veja só, eu fui concursada em 70, eu fiz concurso, eu fui aprovada, eu trabalhei, fui demitida como se fosse por justa causa, mas não foi por justa causa, foi por estar presa, ao mesmo tempo eu entro com processos, eu já entrei com três processos, primeiro administrativos, perdi os três e venho perdendo na Justiça, e a justificativa da Justiça, inclusive tem um juiz que ele não foi até, não usou os termos próprios: "Quem entra na chuva é para molhar" então se eu entrei na chuva, eu tenho que arcar, eu tinha que saber que aquele meu ato político teria consequências e isso do Supremo Tribunal de Justiça, não é um desembargador, é de uma Justiça ainda no nível secundário” (CMV-JF, 2015, s/p).

Embora hoje ela tenha uma ocupação superior àquela que tinha na época da ditadura, a reparação é necessária, porque se trata de uma reparação moral. Outras pessoas não tiveram a mesma sorte: perderam seu emprego e até hoje buscam sua

integração, demanda que já deveria ter sido atendida, visto o tempo decorrido desde o fim do sistema ditatorial.

“E isso tudo, então eu sei que igual a mim tem várias pessoas no país inteiro, operários, né? Bancários e outros profissionais que perderam seus empregos e que até hoje vão morrer sem que tenham tido os seus empregos reabilitados, reintegrados, por atos ainda discricionários, né? Então eu ainda continuo tendo, né? Uma consequência, ainda, como se fosse 40 anos atrás, durante o período que eu estivesse sequestrada, presa e que perdi o trabalho que eu ganhei pelas minhas forças e condições. Então eu acho que isso, eu acho que isso também tem que ser revelado, porque igual a mim, várias outras pessoas, né? Ainda estão passando pela mesma situação” (CMV-JF, 2015, s/p).

O casamento na clandestinidade

Tal como na ficção, a vida daqueles que se engajaram na luta pela resistência teve seu curso alterado. Nair e José Luiz Guedes bem como Ana Rosa e Wilson, não puderam se casar, conforme o hábito cultural da época, talvez devido à sua ideologia, ou por haverem rompido com as tradições conservadoras, ou talvez porque o casamento discreto constituía-se como regra dos manuais de segurança dos militantes políticos.

Ana Rosa e Wilson tiveram o que podemos chamar de casamento discreto, para não chamar atenção. Mas esse tipo de casamento isola a família do ritual social e pode ferir pessoas que, naquele momento, não podiam entender que estavam sendo poupadas. Em uma reunião de familiares e desaparecidos, K descobre pela irmã de Wilson Silva que Ana Rosa se casara sem seu conhecimento, sente-se mortificado em saber que ela escondera seu casamento apenas de sua família, pois mantinha contato com a família do marido, e era inclusive chamada de nora.

No caso de Nair e José Luiz, eles se casaram no Rio de Janeiro, distante das duas famílias, ela de Araguari e ele de Juiz de Fora. Nair completa dizendo que a vida dos revolucionários foi sendo cortada em muitas alegrias.

“ porque normalmente as pessoas se casam e vão para a igreja e mandam os convites... Nós não pudemos fazer isso, porque já estávamos na semiclandestinidade, nós nos casamos no Rio, não pude casar nem em Araguari nem aqui em Juiz de Fora, porque nós já estávamos sendo perseguidos”.

A questão de se poupar a família pode ser observada no depoimento de Nair Guedes. Ela explica que no Recife, quando a repressão foi intensificada, ela mantinha mínimos contatos com a família: raramente mandava cartas e poucos sabiam onde eles estavam. Era uma atitude que visava preservar os familiares e eles próprios. O mesmo aconteceu com Ana Rosa que deixou telefone e endereço apenas com o pai e pediu que a procurasse somente em caso de muita necessidade. Os agentes da repressão podiam estar no encalço dos parentes.

A busca da família pelo familiar preso

A associação mais prototípica entre ficção e histórias de vida é a relação entre familiares e a busca por notícias dos desaparecidos. A arte de fazer desaparecer tinha um alvo a ser atingido: a família. Assim que tomavam conhecimento da prisão dos filhos, os pais se mobilizavam em busca por notícias, assim foi com K e com o pai de Mariléa.

Mariléa foi ter com o pai quinze dias depois de ser presa, porque ele mobilizou todos os meios para que ela fosse solta: usou sua influência na igreja católica para que, após o julgamento, Mariléa cumprisse a pena em uma instituição católica como interna, o colégio Santa Catarina.

Há no relato de Mariléa a presença forte do pai em todos os momentos de tensão pelos quais ela passou. Ele esteve presente na prisão “Eu fui ver o meu pai no dia 1º de janeiro, durante esse período inteiro eu não vi ninguém. Eu fiquei incomunicável” (CMV-JF, 2015, s/p); depois foi o pai quem fez sua defesa no INPS quando ela foi demitida por justa causa, “Meu pai conseguiu do General da 4ª Região Militar uma declaração de que eu estava detida, [...] detida para responder a um inquérito policial militar. Meu pai levou aquilo na direção do INPS em Belo Horizonte e eles não aceitaram” (CMV-JF, 2015, s/p), e foi ele também quem intercedeu no julgamento.

“esse juiz dizia para o meu pai que ele achava que essa juventude era uma juventude que tinha sido enganada, que tinha sido levada, mas que era uma juventude assim muito utópica, mas que ao mesmo tempo tinha esperanças, que se queria coisas boas” (CMV-JF, 2015, s/p).

Depois do julgamento, o pai continua sendo uma figura forte e importante na vida de Mariléa. Ele esteve presente nas missas no Colégio Santa Catarina onde ela

estava reclusa, “Então o padre Jaime ia todos os dias, celebrar missa ali, eu ouvia, meu pai”. Assim que foi solta mais uma vez ela tem o apoio do pai, e lembra que ele esteve presente nos piores momentos de sua prisão.

“Então, eu acho que quando eu cheguei, é, minha mãe me perguntou alguma coisa, meu pai me perguntou, mas meu pai já me viu muito mal quando eu estava lá, minha mãe também foi. Eles me viram muito mal, eu acho que eles quiseram me preservar” (CMV-JF, 2015, s/p).

As quedas mediante delação

Mais uma vez a ficção encontra paralelo nas histórias de vida de nossas personagens da vida real, pois assim como na ficção em que a organização começou a ser desmantelada a partir da delação de um companheiro, na vida real as organizações foram caindo como um castelo de cartas, segundo as palavras de Mariléa e Marília.

Na ficção o autor apresenta uma das formas de ação do aparato repressivo que consistia no seguinte: as armadilhas para queda de pontos mediante delação; e a estratégia dos agentes do Estado que empregaram sistematicamente a tortura para a obtenção de informações.

“na queda do ponto considerar a hipótese pior, o companheiro não resistirá a tortura e entregará alguma informação. Não há tempo nem calma para o inventário preciso do que o outro sabia ou não sabia. Nesse caso, dizem também as instruções, adotar a hipótese pior __ o outro tudo sabia” (KUSCINSKI, 2014, p. 24).

No depoimento de Mariléa encontramos a figura do delator em Aníbal, importante agente na organização, que acabou entregando tudo e todos num acordo para salvar a mulher e o filho: a mulher também militante, estava grávida, ela seria liberada e teria o filho em liberdade se Aníbal entregasse tudo, e ele entregou.

“A ficha caiu. Eu achava que as pessoas estavam ali caindo, que as pessoas estavam ali sendo torturadas, porque havia gritos, havia choros, até uivos, mas ao mesmo tempo, quando alguém que você encontrou, alguém com quem você discutiu, alguém com quem você militou junto, chega e diz que: “Eu já achei que foi bom, não tem mais jeito, entreguei tudo, já está tudo entregue, não apanhe mais, não seja mais torturada.” Aquilo para mim foi assim, primeiro um misto de decepção com a pessoa, mas para mim uma coisa mais de desespero. O que fazer agora? O que fazer?” (CMV-JF, 2015, s/p).

CONCLUSÃO

Procuramos neste trabalho investigar como ficção e narrativas orais se complementam na busca pelo estabelecimento da verdade, e no resgate de vozes e histórias silenciadas. Através das memórias de personagens da vida real, verdadeiros heróis anônimos, conseguimos entender os anseios revolucionários de Ana Rosa Kuscinki e Wilson Silva. Por alguns momentos conseguimos nos transportar para o Brasil ditatorial e vivenciar a dor da tortura, o sofrimento das famílias, a dificuldade de se enfrentar o passado e os traumas que acompanham os sobreviventes.

Ao longo dessa dissertação pudemos constatar que a literatura de testemunho elabora sua narrativa do período da ditadura civil-militar no Brasil tecendo um paralelo entre os testemunhos orais e a ficção. Através dos testemunhos pudemos resgatar as vozes silenciadas de mulheres juiz-foranas que tiveram um papel de destaque na luta pela democracia. Pudemos também constatar que a cidade de juiz de Fora não é apenas a capital do golpe, mas a cidade que resistiu ao domínio militar.

Por meio do testemunho de mulheres que lutaram contra um sistema estabelecido pela força da violência, compreendemos como esse período foi pensado por mulheres juiz-foranas que resistiram ao golpe. Pudemos, enfim, compreender como a narrativa ficcional dá forma às memórias de militantes políticos vítimas da violência dos agentes repressores da ditadura civil-militar.

Sem dúvida alguma saímos dessa pesquisa certos de que a literatura se configura como uma importante ferramenta na busca por justiça histórica e social. Por meio de personagens ficcionais a história a todo tempo se atualiza e desperta no leitor os mais diversos sentimentos, que vão de comoção à raiva e à dor. De acordo com José Castello, em comentário na contra capa do livro, em K “a verdade e a imaginação expõem de modo gritante sua condição inseparável”.

Concluimos dessa pesquisa que o Brasil precisa enfrentar seus fantasmas. O debate é urgente, haja vista que a falta de uma política da memória permitiu que um novo golpe fosse perpetrado contra a democracia no Brasil. Mais uma vez a direita, insatisfeita com as conquistas sociais dos governos de esquerda, se organiza e coloca em prática um novo motim.

O golpe faz parte da tradição brasileira. Um infográfico publicado na revista Fórum com a linha do tempo desde o golpe militar de Deodoro da Fonseca, que deu origem à República, até o governo de Dilma Rousseff, mostra que nossa república viveu 76 anos não-exatamente-democráticos, contra 50 anos de “democracia”. Se considerarmos os 19 anos entre 1945 e 1964, período anterior ao golpe militar, conhecido como república liberal, foram 12 presidentes, sendo 6 deles interinos, e apenas dois dos que foram eleitos terminaram o mandato: o general Enrico Gaspar Dutra (1946-1951) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). A seguir foram 21 anos da ditadura (1964-1985), seguidos de um novo período “democrático”, instaurado por uma eleição indireta, que elegeu Tancredo Neves, que faleceu antes de tomar posse. Após a sua morte, em 21 de abril de 1985, os mesmos atores da ditadura se mantiveram no poder. José Sarney assume a presidência da República do Brasil. Considera-se sobre a presidência de Sarney (1985-1990) que se reinstalou um período democrático no Brasil, mas lembremos de que ele era ministro dos militares. A primeira eleição direta após o fim do regime militar foi em 1989, quando Collor foi eleito. Depois disso, mesmo com o impeachment de Collor, o Brasil viveu uma brisa democrática fortemente abalada agora por um novo processo de impedimento, dessa vez um novo golpe travestido de impeachment.

Passados doze anos sem vencer as eleições, a direita resolveu assumir o poder a força, assim como o fez em outros momentos da nossa história. Os projetos sociais dos governos Lula e Dilma, assim como as reformas de base de Goulart na época, fizeram emergir o desejo das elites de barrar o processo de reformas como fizeram os militares em 64, e revogar conquistas acumuladas em mais de duas décadas de governos petistas. Há entre os dois golpes temáticas de intensa aproximação e de leve distanciamento, isto porque mesmo quando há uma dissemelhança entre os dois processos, há formas de estabelecer um paralelo, a modelo o protagonismo. Em 2016 não são as Forças Armadas que executaram o golpe; o agente nos dias de hoje é o poder judiciário. Outro ponto que merece destaque nessa comparação diz respeito às motivações: em 1964 a ameaça comunista conquistou o apoio popular e colocou o país em estado de alerta; já em 2016 o combate à corrupção ganha a cena como se ela acontecesse somente em alguns partidos políticos, curiosamente os de esquerda. Com relação aos pontos de aproximação entre os dois momentos históricos (1964-2016) estão o baixo apoio do congresso nacional ao governo eleito democraticamente, a crise econômica, a baixa

popularidade do chefe do executivo, intensificada pelas manifestações de rua contra o governo, e o papel manipulador da mídia.

De acordo com Michael Lowy, a prática do golpe de Estado legal, aquele que tem o apoio do poder judiciário, numa judicialização da política, parece ser a nova estratégia das elites latino-americanas. No Paraguai, assim como no Brasil, o presidente eleito Fernando Lugo foi afastado através de um golpe legislativo parlamentar. O Senado paraguaio aprovou o impeachment do presidente por 39 votos favoráveis contra 4 contrários. Tal como se deu no Brasil quem assumiu o governo foi o vice-presidente que rompera com o governo um ano antes do golpe ao perceber que poderia assumir o poder.

Em ambos os países o objetivo é dar fim a um governo que não agrada as elites e não tem apoio político. Os julgamentos, nesse caso, não passam de mera formalidade, já que o processo é conduzido por duas casas parlamentares onde o chefe do executivo não possui mais apoio. Em vista disso, o voto não é pautado na queixa crime, o que reforça a tese do golpe, de que o julgamento não é um instrumento jurídico e sim político.

Em tese, a presidenta afastada Dilma Rousseff tem amplo direito de defesa. Todavia, na verdade o que acontece é o cumprimento dos prazos legais e do rito e não um julgamento, como reza a justiça, em que prevalecem os argumentos. O que se assiste hoje no Brasil é a um tribunal de condenação, articulado para dar ao golpe em curso a legalidade necessária para que este se legitime.

Citando Marx em sua célebre frase em que completa Hegel “Os acontecimentos históricos se repetem duas vezes: a primeira como tragédia, a segunda como farsa”, Michael Lowy analisa a cena brasileira. De acordo com o sociólogo, o golpe militar de 64 foi uma tragédia que deixou centenas de mortos e milhares de torturados. Em relação ao golpe parlamentar de 2016 a história se repete dessa vez como farsa.

Farsa por ter sido orquestrado por parlamentares corruptos que tentam destituir uma presidenta democraticamente eleita com 54 milhões de votos sob o pretexto de “irregularidades contábeis”. Farsa porque o processo de impeachment foi acolhido por revanchismo de um presidente da câmara de deputados sabidamente corrupto, que sentiu-se traído pelos votos petistas favoráveis à continuidade do processo de cassação de seu mandato no Conselho de Ética da Câmara, o qual investiga a existência de contas bancárias em seu nome, não declaradas, na Suíça. Farsa porque o presidente interino abandonou o governo quando percebeu que havia espaço para um golpe político. Farsa

porque o presidente interino golpista teve seu nome várias vezes citado em escândalos de corrupção, inclusive no maior deles, a Lava Jato²⁰. Farsa porque o processo foi aberto para “cumprir tabela”, num espetáculo midiático que visava tão somente à condenação da presidenta eleita.

A verdade é que as elites nunca aceitaram que uma militante de um grupo da esquerda armada assumisse a presidência do Brasil, uma vitória pela memória de todos aqueles que tiveram suas vidas ceifadas em benefício da retomada da democracia em nosso país. “Em menos de 40 anos, a presidente Dilma Rousseff estava no pau de arara e hoje está chefiando as Forças Armadas. Isso é uma glória para o Brasil. Mais importante do que ela ser mulher é o fato de ser ex-guerrilheira” (KEHL, 2012, s/p).

A participação de Dilma na resistência à ditadura poderia ter sido uma oportunidade de instituir o debate, e iniciar no Brasil um trabalho de memória sem o qual o passado poderá sempre nos golpear e voltar como farsa e ameaça a nos assombrar. Para reescrever a história desse país há de se fazer um trabalho de memória para que figuras como Jair Bolsonaro, que dedicou seu voto em favor do impeachment à um torturador, não encontre eco em nossa sociedade. É preciso enfrentar e afrontar o passado.

A farsa de Marx e Hegel se pudesse ser personificada, “far-se-ia” na figura do interino com sua ostentação mesoclítica²¹ e sua traição perfídia. O retorno da direita ao poder trouxe nomes ligados à ditadura militar mais uma vez ao cenário político nacional, como é o caso do ministro-chefe da Secretaria de Segurança Institucional, o general Sérgio Westphalen Etchegoyen, filho do falecido general Leo Guedes Etchegoyen. Este último apontado pela Comissão Nacional da Verdade como um dos 377 militares responsáveis por graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar. Além disso, um tio do ministro, Cyro Guedes Etchegoyen, foi citado pelo coronel Paulo Malhães à Comissão Nacional da Verdade, como autoridade responsável pela Casa da Morte. O ministro de Temer pormenoriza o trabalho da Comissão Nacional da Verdade e classifica como patético o esforço dessa comissão para reescrever a história do Brasil.

O que concluimos é que nossa democracia não se consolida por falta de uma política da memória. O povo humilde desse país é sempre usado como massa de

²⁰ Operação Lava Jato, deflagrada em março de 2014, é uma operação da Polícia Federal que investiga um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras do país e políticos.

²¹ Ostentação Mesoclítica é um termo usado pela mídia para caracterizar o discurso do presidente interino Michel Temer que utiliza a mesóclise a fim de evidenciar um pseudo conhecimento linguístico.

manobra golpista porque os golpes, via de regra, precisam de aprovação popular para se consolidar. Precisamos atingir a maturidade democrática necessária para discutir os efeitos da ditadura militar nos dias de hoje, face à degradação das instituições que nos representam. A tortura ainda existe dentro dos presídios e delegacias desse país e pessoas ainda são forçadamente desaparecidas.

É preciso fazer emergir esses e outros temas na nossa sociedade. Avançamos, mas ainda temos muito a percorrer. É preciso mais estudos para que histórias que ainda se encontram submersas nesse mar de esquecimento venham à tona, e para isso a academia deve se voltar para esse tema tão atual e necessário para o futuro do nosso país. Ademais, é indispensável que as forças armadas reconheçam sua responsabilidade na ocorrência de graves violações de direitos humanos durante o regime militar, que as escolas priorizem um ensino crítico sobre esse período, e que centros de memória sejam abertos em rememoração a essa época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO (1985). **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes.
- BEZERRA, Kátia. **Que bom te ver viva: vozes femininas reivindicando uma outra história**. Estudos de literatura brasileira contemporânea, Brasília, n. 43, p. 35-48, 2014.
- BITTENCOURT, Renato. **Golpismo, doença congênita do fascismo**. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, n. 180, p. 38-50, 2016.
- BRASIL (1979). **Lei 6.683, de 28 de agosto. Concede anistia e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em: 17 abr. 2016.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.
- CAZES, Leonardo. **Os desaparecidos da ditadura e da democracia no Brasil**. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 7 set. 2013. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/os-desaparecidos-da-ditadura-da-democracia-no-brasil-509472.html>>. Acesso em: 6 jul. 2016.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Tradução Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- FENICHEL, Otto. **Teoria psicanalítica das neuroses**. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.
- FERNANDES, Fabrício Flores. **A escrita da dor: testemunhos da ditadura militar**. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- FINAZZI-AGRÒ, Ettore. **(Des)memória e catástrofe: considerações sobre a literatura pós-golpe de 1964**. Estudos de literatura brasileira contemporânea, Brasília, n. 43, p. 179-190, 2014.
- FONSECA, Marcelo. **A marcha rumo ao golpe**. Estado de Minas, Belo Horizonte, 30 mar. 2014. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/03/30/interna_politica,513303/a-marcha-rumo-ao-golpe.shtml. Acesso em: 15 jul. 2016.
- FRIEDL, Flávia; FARIAS, Francisco. **Uma Articulação entre o conceito de trauma e o de memória social: a elaboração da experiência traumática**. Psicanálise & Barroco em revista, Juiz de Fora, v.10, n.2, p. 18-41, 2012.
- GENOINO, José. **A dor do passado**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 02 fev. 2000. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0202200009.htm/> Acesso em: 19 ago. 2016.

GINZBURG, Jaime . **Escritas da Tortura**. Diálogos Latinoamericanos, 2001 no. 3 p. 131-146.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2.ed. São Paulo: Editora Vértice, 1990, p 29-70.

JAQUES, Ana Augusta Brito. **As neuroses de guerra e traumáticas: respostas do sujeito à barbárie**. Trivum [online]. Rio de Janeiro, vol.4, n.1, 2012, p. 10-24.

JUIZ DE FORA. **Comissão Municipal da Verdade. Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora**. / Comissão Municipal da Verdade. Juiz de Fora: MAMM, 2015.

KEHL, Maria Rita. **Comentários sobre K. de Bernardo Kucinski**. Blog Boitempo, São Paulo, 28 nov. 2011, Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2011/11/28/comentarios-sobre-k-de-bernardo-kucinski/> Acesso em: 27 jan. 16.

_____. **Maria Rita Kehl associa tortura a ‘gozo proibido’: entrevista para a Folha de S.Paulo**. Blog Boitempo, São Paulo, 16 maio. 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/05/16/maria-rita-kehl-associa-tortura-a-gozo-proibido-entrevista-para-a-folha-de-s-paulo/> Acesso em: 25 ago. 16.

_____. **O ressentimento camuflado da sociedade brasileira**. Novos Estudos, São Paulo, n. 71, p. 163-180, 2005.

_____. **Os crimes do Estado se repetem como farsa: artigo de Maria Rita Kehl sobre o trauma da ditadura**. Blog Boitempo, São Paulo, 25 mar. 2013. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/03/25/os-crimes-do-estado-se-repetem-como-farsa-artigo-de-maria-rita-kehl-sobre-o-trauma-da-ditadura/> Acesso em: 27 jan. 16.

_____. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 4ª edição, 2011.

_____. **Tortura e sintoma social**. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-132.

KUCINSKI, Bernardo. **K**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

KUCINSKI, Bernardo. **Você vai voltar pra mim e outros contos**. São Paulo: Cosac Naif, 2014.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da psicanálise/ Laplanche e Pontalis**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LEVI, Primo. **É isto um homem?/ Primo Levi: tradução de Luigi Del Re**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, CPDOC, pp.3-15. 1989.

POMAR, Pedro. **Ministro da Defesa presta honras a general torturador Leônidas**. Carta Maior, Porto Alegre, 07 jun. 2015. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Ministro-da-Defesa-presta-honras-a-general-torturador-Leonidas/5/33671/> Acesso em: 25 jan. 16.

ROUDINESCO, E. e PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

ROLNIK, Suely. **Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico**. Cadernos de subjetividade, São Paulo, v. 1, n. 2, p.1-15, 1993.

SANTANDER, Ugo Carlos (Org.) **Memória e Direitos Humanos**. Carlos Ugo Santander. – Brasília: LGE, 2010, 15-22.

SELIGMANN-SILVA. **Anistia e (in)justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade**, Literatura e Autoritarismo, Santa Maria, v. 9, n. 9, p. 2, 2007.

_____. **A escritura da memória: mostrar palavras e narrar imagens**. Remate de Males, Campinas, v. 26, n.1, p. 31-45, 2006.

_____. **Imagens precárias: inscrições tênues de violência ditatorial no Brasil**. Estudos de literatura brasileira contemporânea, Brasília, n. 43, p. 13-34, 2014.

_____. **Literatura e Trauma**. Pro-Posições, Campinas, v. 13, n. 3, p. 135-153, 2002.

_____. **Narrar o trauma: a questão dos testemunhos das catástrofes históricas**. Psic. Clin, Rio de Janeiro, vol 20, n 1, p 65-82, 2008.

_____. **O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução**. São Paulo, Ed. 34, 2005. 360 p.

_____. **O local do testemunho**. Tempo e Argumento, Florianópolis, vol 2, n 1, p 3-20, 2010.

_____. **Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofe**. Proj. História, São Paulo, (30), p. 71-98, 2005.

_____. **Testimonio como narrativa después de las catástrofes: políticas de la memoria y el caso de la desmemoria de la dictadura brasileña**. In: JOZAMI, Eduardo; KAUFMAN, Alejandro; VEDDA, Miguel. Walter Benjamin en la ex ESMA. Justicia, historia y verdad. Escrituras de la memoria. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Prometeu Libros, 2013. Cap 19, p 293-302.

_____. **Zeugnis e "Testimonio": um caso de intraduzibilidade entre conceitos**. Pandaemonium Germanicum, São Paulo, p. 67-83, 2002.

SILVA, Izabel. **Narrando o inenarrável: a literatura de testemunho de Bernardo Kuscinski.** Revista Outras Fronteiras, Cuiabá, vol. 1, n. 1, jun., 2014.

SILVA, Miria; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Silêncio e luto impossível em famílias de desaparecidos políticos brasileiros.** Psicologia & Sociedade, Rio de Janeiro, 24 (1), 66-74, 2012.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero.** Revista Direito GV, São Paulo, p. 505-522, Jul-Dez 2015.

TIBURI, Márcia e KEIL, Ivete (Org.). **O corpo torturado.** Porto Alegre: Escritos, 2004.